

MARIA TERESA DE MORAIS PINTO FURTADO

DISCURSOS E PRÁTICAS
EMPRESÁRIOS E EDUCAÇÃO NOS ANOS 90

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer.

Este exemplar corresponde à
Redação final da dissertação
Defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
27/3/2002.

BANCA

T. Dwyer

Prof.Dr. Thomas Patrick Dwyer – Orientador

Prof.Dr. Julio Assis Simões

Julio

Prof.Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

Costa

MARÇO DE 2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE BC
Nº CHAMADA TIUNICAMP
F984d
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 6095a
PROC 16.837/0a
C _____ DX _____
PREÇO R\$ 11,00
DATA 26/09/02
Nº CPD _____

CM00174309-9

BIB ID 259067

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

F 984 d **Furtado, Maria Teresa de Moraes Pinto**
Discursos e práticas: empresários e educação nos anos 90 /
Maria Teresa de Moraes Pinto Furtado. -- Campinas, SP : [s.n.],
2002.

Orientador: Thomas Patrick Dwyer.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Empresários. 2. Educação para o trabalho.
3. Solidariedade. 4. Federação das Indústrias do Estado de São
Paulo. 5. Terceiro setor. 6. Cidadania. I. Dwyer, Thomas Patrick.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Quanto mais tempo demoramos, mais dívidas acumulamos e menos capacidade temos de pagá-las. À Capes e ao CNPq, cuja contrapartida ao financiamento deste trabalho só agora é retribuída.

A Tom Dwyer, persistente orientador que aguardou minhas idas e vindas durante longos anos de teimosas indefinições. Se esta dissertação está longe de suas orientações, sempre pertinentes, a responsabilidade é inteiramente minha.

A Júlio Assis Simões e Valeriano Ferreira da Costa, que integraram a banca de qualificação, cujas críticas e sugestões foram decisivas. Ao Professor Juarez Brandão Lopes, pela iniciação ao mundo do trabalho e das novidades tecnológicas e à Professora Helena Hirata, que discutiu este trabalho quando ainda não passava de um esboço, pela atenção e generosidade que dedica àqueles que a procuram. A Leda Gitahy, do DPCT - Departamento de Política Científica e Tecnológica/Unicamp, pela oportunidade que tive de ir pela primeira vez a campo.

A Marcos Antônio Macedo Cintra, pela amizade e profissionalismo. Marcos dedicou-se a todos do grupo de bolsistas do Cebrap de forma incomparável. Mesmo discordando de muitas das pesquisas que realizávamos, sempre esteve presente como leitor atento, crítico e criterioso. Desde então, foi apoio insubstituível. Mais tarde, Júlio Simões, profissional consistente e amigo solidário que gentilmente aceitou participar da banca examinadora, foi a alavanca a partir da qual a retomada foi efetivamente construída e a dissertação finalizada.

A Iris Kantor, pela amizade e pela oportunidade que me proporcionou de ser docente na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Ser professor é uma experiência da qual não saímos impunes – muito menos na ESP, instituição que há quase 70 anos oscila entre a reforma e a revolução. Na Unip, Maurício Gaiarsa Simões, Fátima Perucci e Cristina Penido, entre cobranças e contrapartidas às cobranças, foram apoios importantes. Ao Sebrae/SP na pessoa de Gerson Brás, que relevou horários pouco ortodoxos, fundamentais para a finalização do trabalho.

A João Furtado, irmão e mestre, pela consistente negativa às soluções fáceis.

A Mikel Aramburu, amigo basco a dez mil quilômetros de distância e a Pere Petit, amigo catalão de noites em claro, de algumas *paellas* devidas e muitos questionamentos pertinentes.

Uma certa chácara perdida em Barão Geraldo testemunhou o início deste trabalho. Rogério, o amigo responsável pela acolhida a este paraíso de jabuticabas e patos no tucupi. Leslye, Maurício, Felipe e Manduca vieram depois e integraram-se, cada um de uma forma muito particular, a esta quase roça. Obrigada a todos pela convivência. A Paulo César Manduca, um obrigada especial: nas últimas semanas, somei-me a seus (muitos) gatos dividindo mesa, bibliografia, papéis, micro e a cumplicidade daqueles que sem nada dizer, comunicam-se.

Ao Beto Cervellini, presença próxima e amigo de todas as horas, mesmo a quilômetros de distância, que me subsidiou das mais variadas formas. A Eric, presença constante dos momentos de esparecimento. A Luiz Henrique Passador, cuja troca de e-mails durante os dias de redação final foi única e a Marta, cuja proximidade a fez vítima e vilã desta dissertação. Fabiano, com seus toques e retoques, me deixou mais inteira.

200245377

Aos funcionários do IFCH/Unicamp, particularmente a Lurdinha e a Júnior, que sempre esclareceram os caminhos burocraticamente tortuosos. O IFCH é um desses lugares onde mesmo indo apenas de anos em anos, o *menino do xerox*, que deixou de ser 'menino' e é pai de dois filhos, nos chama pelo nome com a naturalidade própria daqueles que nos vêem todos os dias.

Em nome de Maria Luiza Ferreira, que além de entrevistar tive a grata surpresa de reencontrar várias vezes durante trabalhos posteriores a esta pesquisa, agradeço a todos os que me facultaram conversas, entrevistas e documentos, base deste trabalho.

A todos meu obrigada. Esta dissertação deve-se à insistência de todos vocês, ainda que carregue todos os meus equívocos.

RESUMO

Este trabalho analisa discursos e práticas da iniciativa privada (empresas e associações de empresas) sobre escolas da rede pública, em particular, e sobre a questão social, em geral, à luz de dois conjuntos de problemas. O primeiro, mais desenvolvido no final dos anos 80 e início dos 90, vincula este tipo de iniciativa a mudanças na esfera da produção (nos processos de trabalho, mais especificamente) e à necessidade de se alargarem mercados consumidores, qualificando-os para o consumo de produtos tecnologicamente mais sofisticados. O segundo, mais recente e aqui mais desenvolvido, popularizado em meados dos 90 sob a denominação de *terceiro setor*, associa estas iniciativas empresariais a um conjunto maior, que envolve a noção de iniciativas privadas com fins públicos ou coletivos para além da esfera imediatamente econômica.

ABSTRACT

This dissertation analyses both speech and practices of private companies and their trade unions. They concern a set of inter-linked matters like public schools, education and, specially, the so-called "social question". Two main problems guide the analysis. The first one, mostly developed between the late eighties and the early nineties, links this kind of private engagement to the adjustments and changes taking place on the production sphere (mainly those related to the labour process). The second one, more recent and receiving here much more attention, concerns the so-called third sector. This notion obtained growing attention along the nineties and it links these initiatives from private companies to a larger campaign, namely the notion of private initiatives with public or collective purposes and reaching well beyond the economic camp.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT	5
SUMÁRIO	7
INTRODUÇÃO.....	9
<i>A pesquisa empírica</i>	12
O início	12
O fim	15
<i>Subsídios à análise dos discursos e práticas</i>	16
CAPÍTULO 1. EDUCAÇÃO, QUESTÃO SOCIAL E A REINVENÇÃO DA COMUNIDADE.....	17
<i>A centralidade da questão educacional</i>	17
<i>A questão social</i>	22
<i>Os problemas adicionais da questão social: solidariedade com desigualdade?</i>	30
<i>Terceiro Setor, ONGs e a reinvenção da comunidade</i>	33
<i>Estratégias neoliberais x reconstrução do espaço público</i>	35
<i>ONGs como problema – ou como quase governo</i>	41
<i>ONGs como solução</i>	46
<i>A filantropia empresarial</i>	50
CAPÍTULO 2. DISCURSOS	61
<i>FIESP: emblema de uma década</i>	61
<i>Mário Amato: empresário responsável é empresário eficiente</i>	61
<i>Carlos Eduardo Moreira Ferreira: ao Estado, o social. Mas os empresários podem ajudar</i>	64
<i>Educação: o destaque social</i>	65
<i>Ação social quantificada: discursos sobre práticas</i>	68
<i>A gestão Piva e o NAS – Núcleo de Ação Social</i>	70
<i>PNBE: prioridade social é educação</i>	74
<i>O PNBE como dissidência da FIESP</i>	74
<i>Educação como prioridade</i>	76
<i>O Projeto Escola Empresa</i>	78
<i>A posição da Apeoesp às parcerias público-privado</i>	81
<i>O PNBE põe a mão na massa: a concepção de quem viabiliza as parcerias</i>	83
CAPÍTULO 3. PRÁTICAS	89
<i>Cummins: A comunidade da empresa, a empresa na comunidade ou as práticas sem discursos</i>	89
<i>Comunidade interna</i>	91
<i>Comunidade externa</i>	92
<i>O equipamento público na empresa privada</i>	97
<i>O ‘xerife’ da comunidade</i>	98
<i>A empresa privada no equipamento público</i>	99
<i>A Câmara Americana de Comércio - Amcham</i>	103
<i>Um diagnóstico sobre a questão educacional</i>	104
<i>O que é o PQE? A operacionalização do programa, em Embu e Taboão da Serra</i>	110
<i>Continuidade ampliada e desdobramentos: de programa a instituto</i>	114
<i>Nem só de educação vive a cidadania empresarial da Amcham</i>	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
BIBLIOGRAFIA	125

INTRODUÇÃO

Em todos os campos do conhecimento há modismos - inclusive conceituais. Quando se trata de temas que são pauta cotidiana da imprensa, sobre os quais muitas e diferentes fontes se manifestam, a situação assemelha-se a um caos terminológico e conceitual em que muito se fala, pouco se esclarece. Porque usados cotidianamente, palavras e conceitos vêm-se desprovidos de conteúdo - são adjetivados para que possam, ainda, ter algum sentido, mas seu próprio sentido está sendo construído - ou desconstruído. Seu uso cotidiano, certamente, não lhes atribui sentidos de forma unívoca nem imunemente. Quando a discussão se situa em um país no qual se concentram tantas e tão distintas realidades sociais e econômicas -a despeito das homogeneidades presentes em sua dimensão continental- a clareza torna-se ainda mais difícil.

Temas como pobreza, violência, analfabetismo, desqualificação, formam um conjunto que, no objeto desta pesquisa, mescla-se a outro, o da filantropia empresarial, investimento social, comunidade, solidariedade, educação, cidadania, ética, responsabilidade. Um conjunto (o da produção, com os nela incluídos e os dela excluídos ou *desfiliados*, como prefere Robert Castel) apresentado como contrapartida ao outro (o da modernidade, das novas tecnologias, do consumo, da globalização de produtos, serviços e trabalho). Nenhum destes termos, noções e conceitos parece claro, nem são claras as categorias analíticas capazes de os pensar: público não estatal, interesses de acionistas x interesses sociais ou de *stakeholders*, controle da sociedade sobre o mercado, crise do Estado, valorização da sociedade civil.

A motivação inicial deste trabalho foram as gerências tidas como mais participativas: como em uma década (1970) tantas transformações no mundo fabril podiam ter ocorrido a ponto de o Charles Chaplin, de *Tempos Modernos*, ter se transformado no operário que participa de círculos de controle de qualidade, dá sugestões, faz ginástica coletiva, toma café com o diretor geral da empresa e almoça no mesmo restaurante que todos os escalões hierárquicos, tem acesso à diretoria -que trabalha em salas abertas- e toma café da garrafa térmica que serve a todos¹, indistintamente? A transformação veio a galope e, parece, foi radical -ao menos em grande parte

¹ Em uma das entrevistas que realizei para esta pesquisa com um diretor de uma empresa cujo lay-out dos escritórios havia recentemente derrubado paredes e dado acesso a todos os lugares a todas as pessoas, havia uma garrafa térmica com café e copos descartáveis, que acreditei ser de uso comum. Frente a tal clima de descontração preparava-me eu para servir-me de um café quando vejo uma copeira, vestida a caráter, de avental, vir servir-nos - a mim e ao diretor (ou ao diretor e a mim?) - um café fresco, em xícara de porcelana.

da literatura e mídia em geral. Para onde teria ido toda a truculência dos instrumentos de controle sobre o trabalho? Será que o trabalho mudou radicalmente ou será que um escalão que trabalhava “movido a chicote” foi eliminado? Estas foram questões de ordem geral que apenas deram origem às primeiras motivações para este trabalho.

A conjuntura política da virada dos anos 80 para os 90 pintou a abertura democrática, fixada em demasia nas eleições diretas para presidente, com cores fortes e esperançosas que se esvaneceram no momento subsequente. O *impeachment* de Collor frustrou uma nação à qual tinha sido vendida a idéia de que a democracia e, mais precisamente, uma eleição, tudo poderia resolver. Collor foi-se, mas os problemas não. A inflação não foi só da moeda, finalmente estabilizada, mas de noticiários sobre corrupção, violência, miséria, índices sociais e de concentração de riqueza calamitosos.

Neste contexto, ganharam eco discursos e práticas que levavam “o social” em conta. Num país em que a cidadania não é direito mas privilégio de alguns, em que as políticas de bem-estar social jamais se generalizaram, quando os anos de milagre não foram milagreiros para todos, difundir benefícios ao entorno da empresa aparece como uma forma eficaz de garantir algum grau de comprometimento -ainda que restrito e com efeitos reduzidos às empresas que os implementam. Mas as empresas, as fundações e institutos por elas financiados cresceram e agem não só no entorno mais próximo, mas em programas de maior magnitude, ainda que restritos a um raio de ação, seja ele temático (educacional, ambiental, assistencial de vários tipos), ou espacial (o entorno, a comunidade).

O descrédito generalizado em alternativas políticas de cunho social-democrata (mais ou menos estatizantes) vem acompanhado pela valorização de ações de indivíduos, grupos e organizações que acentuam as vantagens do não burocratizado, do pequeno, do local, do voluntário. Ao Estado é atribuída uma incapacidade crônica, quase intrínseca, de gerenciar de forma eficiente as políticas que implementa: sua ação, ao invés de organizar, desorganiza; ao invés de publicizar, privatiza. A partir de tal constatação, enfatiza-se a importância de iniciativas locais, tópicas e realizadas fora da ação estatal como as mais consistentes quanto à melhoria dos serviços públicos já existentes. A julgar o problema a partir desta análise, parece ser este tipo de iniciativa - realizada por governos locais, organizações não-governamentais ou mesmo comunitárias e por grupos de empresários ou instituições que os congregam - as mais alentadoras no sentido de

tornar úteis do ponto de vista social e econômico os gastos públicos que já existem, dando-lhes uma orientação precisa do ponto de vista da atividade-fim, de qualidade e racionalidade. Diferentemente daquilo que algumas gerações aprenderam na escola, parece não ser mais o mercado o reino da anarquia nem o Estado o da racionalidade.

Neste sentido, poderíamos fazer uma analogia com o que já foi qualificado como recuperar a “função manufatura” da indústria, terceirizando funções acessórias, centrando a produção industrial no que lhe é específico. Mas, o que é específico ao Estado numa economia capitalista? Num momento em que o desenvolvimento de cada empresa parece estar assente no trabalho de cidadãos -trabalhadores qualificados, educados e bem remunerados, cientes de seus direitos- as funções específicas ao Estado passariam a estar dirigidas apenas aos definitivamente excluídos de tais mercados, cabendo a cada empresa o entorno que lhe é fronteiro? O Programa Comunidade Solidária, lançado publicamente no início de 1995, seria uma evidência de abandono de políticas sociais universais, atendidas, agora, através de demandas - mais ou menos *ad hoc* - formalizadas por um conselho consultivo e operacionalizadas através de programas pontuais.

Por ironia histórica, teríamos, hoje, a coincidência de interesses privados e interesses que, se não universais, pelo menos não tão excludentes, associando desenvolvimento econômico a acesso de uma parcela maior da população a uma cidadania que nunca chegou a se universalizar: o discurso empresarial e mesmo o acadêmico que trata a questão foi bastante enfático neste sentido. No entanto, o que verificamos é que a universalização dos direitos está circunscrita à comunidade da empresa (ou da ONG, ou da entidade filantrópica, ou do instituto ou fundação empresarial) que pode ou não abranger o entorno que lhe é fronteiro. Obviamente não estaríamos aqui referindo-nos às mesmas cidadanias: aquela proporcionada pela empresa que “investe no social” –no geral, na comunidade onde está localizada- e a reclamada pelos ditames de uma época em que o acesso ágil a informações se tornou o motor básico da economia, e que inclui educação, saúde, habitação, acesso a bens de consumo de qualidade ao conjunto da população -trabalhadores e não trabalhadores, inseridos e não inseridos nos “novos processos de produção”.

Ainda que se tratem de cidadanias diferentes, empresários e poder público reclamam-se mutuamente por sua solução. Poderíamos daí depreender que é no âmbito do mercado que a equidade poderia ser realizada, corrigindo *a posteriori*, parte dos “desvios” que ele próprio produziu, sem a intermediação do poder público? Estaria o poder público, ele mesmo, imerso nas

forças de mercado?

O objetivo desta dissertação é analisar discursos e práticas empresariais sociais e/ou comunitárias com especial acento em educação, agrupados aqui de acordo com a empresa/instituição que os abriga (FIESP, PNBE, Cummins, Amcham), mostrando que estiveram associados ao universo da produção no início dos 90, mais que nos anos seguintes, quando a questão social começa a se destacar.

A pesquisa empírica

O início

A *pesquisa empírica* realizada em 1993-1994 procurou identificar parcerias entre escolas da rede pública e empresas privadas, preferencialmente industriais, cujos processos (de trabalho e de produção) tinha estudado de forma mais intensa. Apesar de a mídia noticiar a importância do estabelecimento de parcerias e o incentivo do Governo do Estado para que acontecessem, as informações que divulgava limitavam-se a projetos pontuais ligados à estrutura física da escola, como o *escola de cara nova* e o *adote uma escola*. Um texto de Fajnzylber, de 1992, apontava uma diminuição no gasto público com educação em vários países latino-americanos. A despeito disso, revelava que o gasto total em educação não tinha caído na mesma proporção, e atribuía isso à ação de empresas, organizações não governamentais e/ou comunitárias, poderes locais (“instituições intermediárias da sociedade”). Esta leitura foi uma chave para chegar ao objeto empírico.

Foi através de fontes secundárias que tive notícia da Amcham, cujos documentos mencionavam duas empresas em Guarulhos (Açoplast, nacional e Cummins, norte-americana) e a Natura (empresa ligada ao PNBE). Parti, então, para um detalhamento destas iniciativas. O fato das várias escolas com que tais empresas estabeleciam parcerias serem da rede estadual foi ocasional.

A pesquisa junto à Amcham iniciou-se através de contato telefônico com a coordenadora de Projetos Especiais, Elizabeth Reis. Mostrei meu interesse em conhecer o trabalho de uma entidade empresarial junto a escolas da rede pública, e ela convidou-me a conhecer os integrantes do projeto, fornecendo-me material a ele relativo.

Uma vez conhecido o projeto da Amcham (Programa de Qualidade de Ensino – PQE), fui à Secretaria Estadual de Educação, que a própria Amcham tinha mencionado. Lá tive acesso às

avaliações periódicas do PQE, a informações adicionais sobre o projeto escola-padrão e às idéias sobre participação comunitária na escola. Levantei outras parcerias, mas todas menos sistemáticas ou dirigidas aos próprios funcionários da empresa. Em seguida entrei em contato com a Apeoesp e lá gravei a primeira entrevista com Isabel, já que a oposição da Apeoesp, na época interlocutor de peso, havia sido mencionada pela Amcham e pela própria Secretaria.

Conversando ou entrevistando de forma mais sistemática, sempre inicio a interlocução com perguntas mais vagas, para que o próprio entrevistado me dê elementos para que possa localizar, em sua fala, a importância daquilo que quero saber. Quando percebo grande dificuldade em estabelecer qualquer questão de ordem mais geral, coloco questões absolutamente pontuais ou marginais, que estabeleçam o mínimo de vieses – mas no geral, o início é por questões de ordem geral. Assim, creio, o risco de impôr ao outro problemáticas que não lhe estão colocadas é menor (Bourdieu, 1987).

Uma vez estabelecida alguma cumplicidade entrevistado/entrevistador (por vezes estabelecida sobre tomar café com ou sem açúcar), se acho que vale a pena a intimidação provocada pelo gravador, peço permissão para gravar, deixando claro que a qualquer momento o gravador (que deixo próximo ao entrevistado) pode ser desligado. Sempre que foi possível optei por gravar as entrevistas, já que a simples anotação deixa de apreender elementos da fala que podem se mostrar reveladores. Quando eventualmente algum entrevistado me pede para desligar o gravador também deixo de fazer qualquer anotação, deixando claro que entendi o recado e que devo permanecer sem documentar sua fala – obviamente nestes casos a capacidade de memorização aumenta.

Familiarizada com as principais vozes do PQE, parti para o segundo caso, a Cummins. Estabeleci contato com Solange, responsável dentro de RH pela “Comunidade Externa” e que havia sido mencionada por Elizabeth Reis. Lá entrevistei-a e parti, então, para as escolas com que a Cummins mantinha contato (a EEPG João de Barros e a EEPG Victor Civita). Com ambas fiz entrevistas longas (entre 1 e 2 horas), que transcrevi na íntegra, para depois analisar. Da mesma forma estabeleci contato com Sr. Lagoa, o ‘xerife’ da comunidade, que foi muito receptivo e bastante elucidador para entender a relação cotidiana entre empresa e moradores do entorno e como era a imagem da empresa para a comunidade da qual era líder. Tanto pela receptividade dos entrevistados quanto pela existência de práticas mais visíveis, a Cummins acabou sendo o estudo

de caso mais completo.

Parti, então, para o PNBE, cujos discursos se mostraram inflados em relação às práticas (Natura e Porto Seguro). Lá entrevistei Célia Tilkian, a coordenadora do projeto escola-empresa e a assessora contratada para desenvolvê-lo, Maria Luiza Ferreira. Com ambas gravei entrevistas que transcrevi e analisei. Depois de conversar com ambas visitei a Natura e o bairro onde se localizava, em Itapeirica da Serra. Lá entrevistei o diretor de recursos humanos, o qual acompanhava mais de perto o trabalho com a escola, vizinha da empresa e os próprios professores, que mostraram resistências ao projeto da Natura na escola pelo fato da empresa levar pouco em consideração as reivindicações relativas à estrutura física da escola: pintura, vidros, pátio esburacado.

Nas entrevistas com aqueles que falavam pelo equipamento público (diretores de escola, professores, secretaria de educação, líder comunitário) e que aqui estão agrupadas em *Práticas*, procurei num primeiro momento entender as deficiências, os problemas de funcionamento. A partir daí, procurava verificar como eram resolvidos e, no geral, o próprio entrevistado começava a elencar os responsáveis pelas soluções – era quando as empresas/empresários eram mencionados. O objetivo foi explorar tensões entre a necessidade de apoio e as críticas a eles. Quando existiam críticas, elas estavam associadas à origem do apoio ou a seu conteúdo. No caso da Cummins, só colhi elogios, ainda que por vezes temperados por certa ironia. Quanto à Amcham, havia divergências relativas tanto ao conteúdo do projeto (basicamente por ser avaliado externamente) quanto por sua origem (não só privada, mas norte-americana).

Com relação aos empresários (aqui agrupados em *Discursos*), procurei datar o início das preocupações com questões relativas “ao social”, de forma geral, e a educação, precisamente, pois interessava-me saber até que ponto a preocupação com o social estava relacionada aos processos de trabalho ou a questões mais gerais de ordem política e social. Procurei ainda identificar se os apoios empresariais aos equipamentos públicos eram por eles entendidos como uma alternativa efetiva ou como mais um suporte, pontual, temporário a problemas estruturais – e aqui as possibilidades de interpretação complexificam-se, e serão retomadas na conclusão deste trabalho.

Quanto à FIESP, tratei os discursos por ela veiculados basicamente através de fontes secundárias.

Fiz pesquisa na Biblioteca Roberto Simonsen (que atualmente faz parte do acervo do IFCH/Unicamp), consultando as revistas e boletins periódicos da entidade publicados desde meados dos 80, as repercussões na mídia sobre alguns de seus discursos e seu site, no qual estão publicados alguns textos que mostram o caráter polissêmico de seus discursos.

O fim

Ainda que sem fazer pesquisa de forma sistemática entre 1995 e 2000, acompanhei algum noticiário sobre o desenvolvimento de fundações empresariais, ONGs por elas contratadas, projetos e programas desenvolvidos por empresas que extrapolavam em muito aquilo que tinha acompanhado até 1994 e decidi que finalizaria a pesquisa com a análise das informações disponíveis em alguns destes sites e das listas de discussão *balanço social e terceiro setor*.

Basicamente, pretendia analisar o Balanço Social, 'subsite' do Ibase que divulga alguns balanços sociais, o do Gife – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas e o do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Mais do que analisar os sites em si, pretendia mapear as práticas sociais e/ou comunitárias patrocinadas e/ou gerenciadas pela iniciativa privada com intersecções com políticas governamentais através de critérios como público-alvo, recursos investidos, justificativas apresentadas, tempo de atuação, tipo de atuação (setorial/temática e/ou localizada/comunitária). Pretendia avaliar até que ponto existem de fato inúmeras práticas ou até que ponto são algumas – poucas – que se repetem e se autoreferenciam. A divulgação de tais experiências na internet, no entanto, é muito heterogênea, frequentemente filtrada por várias mídias, por vários filtros simplificadores. Seria impossível, assim, eleger iniciativas com alguma consistência, que não se resumissem a 'propaganda enganosa'. Desisti definitivamente desta alternativa quando a *Exame* publicou seu *Guia da Boa Cidadania Corporativa*, no qual são apresentadas cerca de 500 projetos sociais empresariais resumidos em poucas palavras, e do qual consta, por exemplo, a distribuição de folhetos informativos sobre prevenção de doenças, pela Unimed, ou a Barca Embarcações, que recolhe lixo da Baía de Guanabara. O objeto da dissertação não eram ações compensatórias numa dimensão tão imediata. Recolhi, ainda, o material disponível na internet dos veículos da grande mídia: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Veja* e *Exame* com buscas a partir das expressões “responsabilidade + social + empresarial”, “filantropia”, “empresários + social”, “balanço + social”, usado apenas subsidiariamente.

Assim, aproveitando parte do material empírico colhido anteriormente, optei por tratar os discursos empresariais sobre o social, antes com um acento especial em educação e hoje apresentados de forma mais difusa a partir da FIESP, PNBE (Capítulo 2) e das experiências concretas da Amcham e da Cummins (Capítulo 3), cujas práticas não se vinculam a qualquer uma das associações empresariais estudadas, mas pode ser tida como exemplar, porque revela claramente as limitações de tais práticas que estão presentes nos discursos apenas secundariamente.

Subsídios à análise dos discursos e práticas

Além da bibliografia da qual havia partido antes da realização da pesquisa empírica, que associava trabalho a educação (e que abre o Capítulo 1), a leitura de *As metamorfoses da questão social*, de Castel, mostrou-se bastante profícua, e foi aqui usada juntamente com a análise de Elisa Reis com o intuito de pensar a existência/inexistência de laços de solidariedade como constituintes da construção de uma cidadania, entre nós mais ou menos inédita. Colocada a questão mais geral, iniciei a leitura de um conjunto de artigos redigido pelos próprios atores, agrupada em três conjuntos de textos relativos a seminários, todos realizados no Rio de Janeiro sobre terceiro setor e ONGs: *Desenvolvimento Internacional e as ONGs*, promovido pelo Ibase em 1992; *ONGs: solução ou problema*, em 1995, também com a participação do Ibase na organização; *III Encontro latino americano do terceiro setor*, de 1997, cujo primeiro artigo é de autoria de Ruth Cardoso em publicação promovida pelo GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, instituição responsável por várias publicações vinculadas à temática empresarial, mapeando e quantificando os recursos investidos pelas *grantmakers* brasileiras, procurando mostrar que há investimentos substantivos de fundações (nacionais ou vinculadas a empresas multinacionais) com autonomia para realizar projetos de cunho social - ou seja, que independem da matriz estrangeira. Também o GIFE está na origem do resgate da idéia de “filantropia empresarial”, cuja apresentação fecha aqui o Capítulo 1.

CAPÍTULO 1. EDUCAÇÃO, QUESTÃO SOCIAL E A REINVENÇÃO DA COMUNIDADE

A centralidade da questão educacional

Educação associada ao mundo do trabalho, à construção de um mercado consumidor mais qualificado e extenso, ao uso do tempo livre e à necessidade de formação permanente esteve em pauta na literatura acadêmica, empresarial e na imprensa em geral durante o final dos 80 e início dos 90. Ainda que sem consenso a respeito do caráter qualificante/desqualificante de processos de trabalho nos quais a informática está presente, a idéia de uma educação básica de qualidade, com conteúdos universalistas foi associada tanto ao consumo quanto à produção, ao gerenciamento do tempo livre e, como sempre, à cidadania.

Este tema foi tratado de forma radical por Schaff como uma forma não apenas de atualizar e informar grandes contingentes populacionais para o trabalho, mas de resolver problemas advindos das crescentes possibilidades de desemprego estrutural:

“A analogia com a primeira revolução industrial está no salto qualitativo operado no desenvolvimento da tecnologia de produção que acabou por romper a continuidade dos avanços quantitativos que se iam acumulando das tecnologias já existentes; a diferença, porém, está em que, enquanto a primeira revolução conduziu a diversas facilidades e a um incremento no rendimento do trabalho, a segunda, por suas consequências, aspira à eliminação total deste.” (Schaff, 1990:22)

Segundo Schaff, educação pode ser uma forma de resolver problemas de cidadãos livres de quaisquer constrangimentos materiais porém, desocupados: o não ter o que fazer poderia trazer problemas em uma dimensão muito superior ao enfrentamento cotidiano e massacrante do trabalho.

Paiva (1989) resumiu em quatro teses básicas a discussão relativa à qualificação média do trabalhador no capitalismo contemporâneo. São elas: 1. desqualificação absoluta; 2. requalificação; 3. polarização das qualificações; 4. requalificação absoluta e desqualificação relativa (a qualificação média se elevaria, mas comparada a épocas pretéritas, se reduziria). Ferraz e Campos (1991) distinguiram analiticamente técnicas organizacionais de automação industrial, na tentativa de mostrar que a polêmica da qualificação/não qualificação pode ser elucidada a partir desta distinção, ainda que apenas ao nível analítico. Assim, enquanto as técnicas organizacionais levariam a uma maior necessidade de educação básica, a automação industrial, por si só, apenas incrementaria o ritmo das tarefas.

Mello (1991), ainda que de forma bastante generalista, mostra que não é só no espaço fabril que se querem homens mais aptos a lidar com inovações, mas também o mundo do consumo os exige: capacidade de processar e selecionar informações, criatividade e iniciativa são matérias primas vitais para as economias modernas. Exatamente por isso, a educação teria voltado a ocupar lugar central nas estratégias de desenvolvimento.

Cláudio Salm é outro autor no centro deste debate, segundo o qual o Brasil, para adequar a força de trabalho aos novos requerimentos impostos pela revolução tecnológica em curso (que não se restringe ao espaço fabril), terá enormes dificuldades, que podem inviabilizar sua modernização industrial ou restringi-la, criando novas formas de polarização social, e defende uma educação tradicional em contraposição à voltada para um ensino profissionalizante.

“Embora sob a aparência de crítica à dualidade real do sistema, os planejadores da educação se debatem na tentativa de conciliação entre o conceito tradicional de qualificação profissional (com todos os seus conteúdos e objetivos específicos) e de educação para a cidadania (com seus conteúdos gerais, responsáveis, segundo aqueles planejadores, pela criação de uma ‘consciência crítica’). Tal fato denota uma atitude conservadora, além de paradoxal, ao insistir na dissociação entre cidadania - participação política - e trabalho - participação produtiva. Esse elemento, característico da concepção tradicional, também se reflete na rejeição das evidências de que, com a modernização tecnológica, tendem a desaparecer os processos e sistemas educacionais dicotômicos.” (Salm, 1991: 7)²

As idéias e dados expostos num texto de Fajnzylber mostram evidências empíricas na América Latina das preocupações mais gerais com educação, apontadas acima. Sua questão básica diz respeito às orientações estratégicas no que tange à formação de recursos humanos, tendo em vista a inserção de países latino americanos num mercado mundial cada vez mais globalizado. Apesar de o diagnóstico não ser dos mais alentadores quanto à inexistência histórica de pontes entre o mundo do trabalho e da educação, mostra alguns dados reveladores, que podem ser interpretados como o início de algumas associações entre estes dois mundos. Diz o texto:

² Se muitos, como Salm, defendiam a educação em seus conteúdos clássicos, Paiva (1989) mostrou que, a despeito do avanço do capitalismo conduzir à demanda por educação geral, os trabalhadores seriam mais facilmente substituíveis pela empresa, que passaria a deter maior controle de comércio da força de trabalho, dificultando a realização de interesses dos trabalhadores e fortalecendo sua estrutura hierárquica. É este raciocínio que, segundo Paiva, teria levado intelectuais da esquerda européia que durante toda a sua vida defenderam a escola única a pensar que, dadas as condições do final da década, o sistema dual, segmentado e tradicional, talvez não representasse uma desvantagem tão grande para o trabalhador, podendo sua desmontagem significar para eles uma perda real.

“...en los años ochenta, a pesar de que el gasto público con educación cayó, el gasto total en educación no descendió en la misma proporción. Esto sucedió porque las familias, las empresas, los poderes locales y regionales, las organizaciones no gubernamentales, las instituciones intermedias de la sociedad, hicieron un grand esfuerzo que reflejó una opción implícita por dar prioridad a este tema. La precaria información disponible sugiere que hubo allí una expresión concreta de la voluntad de compensar los rezagos que se manifestaban en el ámbito público” (Fajnzylber, 1992:10).

O texto acentua ainda o consenso internacional em torno desta questão, em que todos parecem estar de acordo não só da necessidade de incrementos substanciais na qualidade da educação pública oferecida, mas da incapacidade do Estado aumentar o montante de recursos destinados à educação. Como também a produção de pesquisadores ligados ao IPEA (Gomes e Amaral Sobrinho, 1992) tem mostrado, não se trata de uma questão apenas de recursos, mas de aspectos de ordem institucional, de acordos sociais e políticos estáveis que garantam um desempenho qualitativamente crescente à educação oferecida.

Os dados relativos à situação do ensino público no Brasil naqueles anos são apresentados de forma bastante clara por trabalhos publicados pelo IEA/USP. O fundamental deles é que mostram que o problema não é de acesso à escola, mas aos seus conteúdos. Mesmo no Brasil ela está praticamente universalizada, sobreuniversalizada, se levarmos em conta a imensa quantidade de vagas ocupadas por um exorbitante volume de repetências. Talvez saísse muito mais barato ao Estado contratar professores de qualidade, bem pagos e bem formados, a fim de resolver o problema crônico de crianças que ocupam um sem número de vezes o mesmo banco escolar sem jamais saírem dele com um diploma na mão³.

Alternativamente às interpretações sobre fluxo de alunos através do sistema educacional feitas pelo MEC, que se utiliza de dados do Censo Educacional, o modelo PROFLUXO⁴, utilizando-se

³ “Com os recursos de que dispõe, o Governo Federal poderia ter uma presença decisiva no problema do fracasso das séries iniciais do 1o. grau. O total de alunos que tende a repetir a 1a. série corresponde a cerca de 3,5 milhões. A contratação de 175.000 professores alfabetizadores de bom nível para trabalhar com estes alunos, em turmas de no máximo 20 deles, implicaria num gasto anual de 910 milhões de dólares, se cada um desses professores recebesse mensalmente 400 dólares - o que poucos professores do Ensino Fundamental sonham ganhar. Pois bem, tal programa corresponderia a apenas 14% dos recursos do MEC. Vê-se, portanto, que o problema não é de recursos, mas de gestão dos recursos.” (IEDI, 1992a:14)

⁴ Este debate foi objeto do seminário promovido pela Fundação Carlos Chagas *Modelos de Análise de Fluxo Escolar*, 28-9.VII.1992. Na discussão, os técnicos do MEC acusam os autores do modelo PROFLUXO de simplismo no tratamento dos dados, e vice-versa.

de dados das PNADs (IBGE), chegou a resultados que enfatizavam não a evasão, como o MEC, mas a repetência como o problema fundamental de ineficácia do sistema. Os dados oficiais de transição da oitava série (1986) chegam ao absurdo resultado de evasão negativa; em contrapartida, uma simulação de fluxo de alunos nos oito anos de escolaridade básica, usando taxas do PROFLUXO, apresenta um em cada 100 alunos como frequentando 14 anos a escola para completar as oito séries iniciais, o que, à primeira vista, soa como pouco verossímil (Ribeiro, 1991 e 1992). Discussão estatística à parte, há evidências de que, de fato, a evasão tem sido um tema superestimado e controvertido. Um dos pontos que Ribeiro salienta é o fato de crianças que chegam ao final do ano letivo com poucas chances de promoção serem aconselhadas pelos próprios professores a desistirem e a se matricularem, como alunos novos, na mesma série para o ano seguinte.

“Mesmo correndo o risco de ser simplista e reducionista, achamos que a prática da repetência está na própria origem da escola brasileira. O mesmo modelo de ensino da elite, onde o papel do professor era muito mais de perceptor; da educação orientada pela família do que auto-suficiente, do ponto de vista do processo ensino-aprendizagem. É como se a escola tivesse apenas um papel de administradora da educação formal, que seria realizada pela família.” (Ribeiro, 1991: 17)

Ribeiro mostra, segundo seu modelo estatístico, que se perdem 13 anos de instrução para cada aluno que se forma no primeiro grau. Este dado, por si só, é de fato impressionante, principalmente se o associarmos à qualidade do aprendizado dos alunos: em 1992, uma pesquisa que realizou algumas comparações internacionais relativas ao desempenho de alunos de primeiro grau em disciplinas básicas colocam o Brasil em 19º lugar (em 20), perdendo apenas para Moçambique (IHL/GM, 1993). Demora-se muito para se aprender muito pouco. Onde residia, então, o problema?

Mello (1991), em estudo sobre políticas públicas de educação, evidencia a dificuldade em se compatibilizar políticas de ajuste econômico com objetivos que se efetivam apenas a longo prazo, como os da educação. Aponta para problemas que vão de recursos a qualificação dos professores: o Brasil não gasta pouco, mas mal (o asfalto da rua próxima à escola é por vezes incluído em educação); há escolas congestionadas e outras, ociosas; a escola não reflete a realidade dos alunos, atêm-se a conteúdos padronizados que se tornam uma camisa de força, restritiva e inócua; a escola burocratizou-se, está distante das comunidades onde se insere, não atende a seus anseios; além disso, não é cobrada por resultados, as boas escolas e as ruins são tratadas igualmente.

Dentre os objetivos elencados capazes de romper este círculo vicioso, Mello destaca, primeiramente, que a escola deve voltar-se para sua atividade fim: se por contingências históricas a escola foi levada a arcar com tarefas que estão longe de sua atividade-fim (o processo de ensino-aprendizagem), estas não podem subvertê-la: antes de ser lugar onde se distribui merenda, antes de ser depósito de crianças para famílias que trabalham, a escola deve levar a sério sua atividade básica e, para isso, deve adequar seus conteúdos. Além disso, a repetência deixa marcas profundas no aluno, é dispendiosa e precisa ser superada – não por decreto, apressa-se em dizer.

É neste momento que as avaliações do sistema público de ensino começam a ser alvo de propostas. Tais avaliações teriam vários objetivos, que vão da equalização das condições à premiação por desempenho. O público teria, assim, como avaliar a escola que custeia.

O empresariado também se manifestou de forma veemente sobre a questão educacional, repetindo parte dos argumentos presentes nos trabalhos publicados pelo do IPEA e pelo IEA/USP. O Instituto Herbert Levy/Gazeta Mercantil publicou em 1993 um estudo no qual analisa o sistema de ensino público e propõe ações para o governo. Diz o trabalho em sua introdução:

“A evidência histórica referente às relações entre educação e produtividade é incontornável. Na primeira etapa do processo de industrialização, foi possível a países como o nosso estabelecer um parque industrial razoável com uma base estreita de mão-de-obra qualificada, somada a um contingente enorme de trabalhadores pouco educados e mal preparados para enfrentar desafios mais complexos. Hoje, no entanto, a realidade é outra. (...) O vínculo entre competitividade empresarial e um sistema educacional eficiente está mais do que evidente. (...) Numa época em que o saber se transformou na mola mestra de todo o processo produtivo, qualquer esforço para melhorar a competitividade nacional tende ao fracasso se a máquina geradora deste saber, que é o sistema educacional, não apresentar uma eficácia compatível com as exigências da nova era.” (IHL/GM, 1993: 7)

Esta introdução ilustra o discurso empresarial de forma clara, associando, de forma inequívoca, competitividade a um sistema educacional de qualidade no qual, além dos conteúdos de uma educação básica (comunicação e expressão, matemática, ciências), o aluno precisa aprender a aprender, “condição indispensável para poder acompanhar as mudanças e avanços cada vez mais rápidos que caracterizam o ritmo da sociedade moderna”.

Quanto a propostas substantivas, um sistema de controle de qualidade, “que permita à sociedade,

aos empresários, às famílias e às escolas acompanhar o progresso de cada escola em relação aos seus próprios objetivos e às normas e nacionais”, além de “mecanismo objetivo e universalista de arrecadação e repasse de verbas” que garanta alocar 300 dólares/ano por aluno de primeiro grau (recursos condizentes com as “atuais condições da economia brasileira”, que asseguram a “operação eficaz e eficiente das escolas”). A participação de empresários “empresta seu caráter pragmático”, mas não substitui o governo: “não é sua responsabilidade, sua missão e, muito menos, sua intenção”. Sua participação, aqui, “complementa a ação do governo, queimando, em defesa de seus próprios interesses, etapas do processo de otimização do ensino brasileiro”. Escolas públicas de boa qualidade, por sua vez, incentivarão as escolas particulares “a se transformarem em escolas de excelência”. A ação empresarial é, sempre, limitada, finaliza a Introdução. (IHL/GM, 1993: 7-9)

Este trabalho, apoiado em estudos de pesquisadores citados aqui anteriormente, apesar de não negar a importância de ações localizadas de melhoria da escola pública (sejam elas de caráter comunitário ou empresarial), aponta que as soluções devem partir de ações governamentais: só elas possuem o caráter universal que a escola pública exige.

A questão social

Castel (1998), em extenso estudo sobre o que denomina “questão social” parte de uma pergunta: num mundo em que a esfera econômica autonomizou-se e automatizou-se, em que gerou taxas crescentes de desemprego, precarização, flexibilização, em que “as regulações tecidas ao redor do trabalho vêm perdendo seu poder de integração”, “é possível uma renegociação entre políticas sociais e interesses de mercado?”.

Seu estudo justifica o uso do termo *desfiliação*, preferido ao de *exclusão*, que encerra um caráter definitivo, estanque, homogeneizador, enquanto *desfiliação* remete a processos que engendram tais situações: “falar de *desfiliação* não é ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso.” (Castel, 1998:26).

No último capítulo, intitulado “A nova questão social” (e que aqui mais nos interessa), Castel mostra como os “problemas sociais” avolumam-se exatamente porque o mercado desvinculou-se estruturalmente de sua solução – ou, em seus termos, a questão salarial enfraqueceu-se: “a

questão da exclusão que há alguns anos ocupa o primeiro plano é um de seus efeitos, essencial sem nenhuma dúvida, mas que desloca para a margem da sociedade o que a atinge primeiro no coração” (Castel, 1998:496). O trabalho, que passou a ser “mais que trabalho”, tem seu simétrico oposto: o não-trabalho é mais que desemprego. Se há poucas décadas (que Castel localiza na França no início dos 70’) convivíamos com a idéia de que o amanhã seria sempre melhor, idéia assente no progresso como linear⁵, hoje não podemos confiar no futuro. O artífice desse futuro menos desintegrador seria o Estado social, cuja existência jamais se completou. Como, então - pergunta Castel - fica o “Estado de crescimento”, decorrente de uma situação de fato, o “quase-pleno-emprego” em vias de extinção? O crescimento facilitou a constituição de “Estados sociais” mas, adverte Castel, não substitui a vontade política: “As seguridades podem ser enganosas quando se apóiam exclusivamente no crescimento.”⁶ Castel sugere o caráter conjuntural de vários direitos, de várias “conquistas sociais” constituintes da relação salarial: foram fortes enquanto a situação do quase-pleno-emprego vingou, ou seja, cresceram sem se consolidar para um futuro que chegou rápido e incerto.

Castel mostra a passividade da sociedade civil, gerada pela mudança social operada pelo Estado que a conduziu, tornando seus beneficiários “homogeneizados, enquadrados por categorias jurídico-administrativas (...) cortados de seu pertencimento concreto a coletivos reais” (Castel, 1998:507): se a garantia de assistência existe, se o Estado se tornou o grande provedor, para quê recorrer a famílias ou a vizinhos?

“As proteções sociais foram inseridas (...) nas falhas da sociabilidade primária e nas lacunas da proteção próxima.” (Castel, 1998:508)

O impasse vem exatamente do rompimento deste cimento social: quebrados laços de

⁵ Diferentemente do que Marshal (1992) afirmava, a cidadania não se construiu de forma linear, associada a diferentes (e ascendentes) estágios de desenvolvimento. Segundo Marshal, a cidadania teria caminhado do século XVIII ao XX de forma mais ou menos inexorável dos direitos civis (direitos básicos, garantidores da liberdade individual), aos políticos (direito de participação no exercício do poder político) até atingir seu estágio mais desenvolvido, a cidadania que contempla direitos sociais e bem-estar econômico, incluindo educação e serviços sociais.

⁶ No caso brasileiro podemos lembrar os anos de “milagre econômico”, em que prevalecia a lógica do “crescimento do bolo” como pré-requisito à sua distribuição. Nos anos 90 a estabilização da inflação parece ter assumido esse papel, que já pertenceu a Delfim Netto no caso da ‘teoria’ do bolo dos 70.

solidariedade⁷, operacionalizados por um Estado que deles prescindiu, foram restabelecidos em novas bases, sem qualquer registro de pertencimento a uma comunidade, temas caros à tradição liberal.

“Se o Estado se retira, é o próprio vínculo social que corre o risco de se decompor. O indivíduo encontra-se, então, em contato imediato com a lógica da sociedade salarial entregue a si mesma que dissolveu, juntamente com as solidariedades concretas, os grandes atores coletivos cujo antagonismo cimentava a unidade da sociedade. (...) ...se não há contradição existem, pelo menos, fortes tensões entre esse desenvolvimento do individualismo, que caracteriza a sociedade salarial, e a imposição de formas de socialização da renda e de coerções administrativas, indispensáveis ao funcionamento do Estado social.” (Castel, 1998:509)

O Estado social (e Castel pensa basicamente na França, ainda que suas reflexões nos sirvam) minou as bases da solidariedade que uns (os ativos) tinham para outros (inativos):

“...pelo modo como instrumentalizada, essa forma de ‘fazer sociedade’ não exige senão investimentos pessoais muito limitados e uma responsabilização mínima [pagar contribuições e participar de decisões marginais, basicamente]. (Castel, 1998:508)

Se o Estado minou as bases da solidariedade anteriores à constituição do bem-estar, também foi minado: pela descentralização de poderes (atribuídos progressivamente às unidades que o compõem, aos poderes locais), e pela necessidade de enfrentamento a outras nações, numa economia que se mundializou. Pressões “de cima” e “de baixo” tornaram-no atado a suas próprias conquistas: “a política social de um Estado resulta de uma arbitragem difícil entre as exigências de política interna (simplificando: manter a coesão social) e exigências de política externa: ser competitivo e ‘poderoso’”. (Castel, 1998:512)

Num momento em que às empresas é exigida flexibilidade (externa, para com outras, e interna,

⁷ “O Estado-providência corresponde a uma forma de reencaixamento do económico no social, corrigindo e compensando os efeitos do mercado. A sua crise (...) deve-se principalmente ao modo de efectuar este reencaixamento, e não ao seu princípio. Os mecanismos de produção da solidariedade tornaram-se abstratos, formais, ilegíveis. (...) O Estado-providência como princípio de mediação entre o económico e o social acaba por operar de uma forma muito longínqua. (...) A pessoa que dispõe da simples pensão de velhice, mas que possui uma horta e está inserida em relações de vizinhança ou de família, não vive da mesma maneira que a que está isolada num sexto andar de um prédio de uma grande cidade.” (Rosanvalon, 1984:94). O autor adverte quanto a uma certa “utopia comunitária”, em que indivíduos constituiriam grupos, como uma família alargada, auto-suficiente, mpostrando que a *Gesellschaft* (sociedade) surgiu “como um formidável instrumento de emancipação” (p. 95). À pergunta chave (“Como conciliar [...] a emergência de novas formas não estatais de solidariedade com o desejo de autonomia?”) (p. 96), Rosanvalon responde: através de formas de socialização trasversais, cuja possibilidade de efetiva de existência está associada ao aumento do tempo livre dos indivíduos.

para com os seus) como fica a função integradora da empresa?, pergunta-se Castel. A formação permanente, adequada aos novos tempos, pode transformar-se numa seleção permanente, já que o contingente dos bem formados cresce a olhos vistos. De acordo com Castel, a tese da qualificação como o caminho para vencer o desemprego é limitada – e equivocada: claro que os mais qualificados inserem-se mais facilmente, mas não existe relação imediata entre qualificação e emprego. Existe, isso sim, uma grande inadequação entre qualificação e emprego, as funções estão desajustadas; para cargos que exigem “x” de qualificação contrata-se uma qualificação “x+x”. Elevar a qualificação, a formação educacional, mais do que garantir emprego, tem garantido uma elevação de qualificação dos desempregados, e a subordinação dos empregados a cargos aquém de suas possibilidades.

Mas sobram alternativas às empresas, imersas nesses mercados mundializados? Deveriam ser elas as responsabilizadas por “fazer o social”? Essa não é sua razão de ser ainda que haja limites à precarização, lembra Castel: flexibilização extrema das relações de trabalho, por exemplo, pode ser contraprodutiva, pois ameaça a própria coesão social da empresa. De qualquer forma, essa é uma dimensão muito diminuta do fenômeno:

“Pode-se (...) desejar uma gestão inteligente desses imperativos pela empresa. Em contrapartida, é ingênuo acreditar que [a empresa] possa assumir a responsabilidade social dos riscos da ruptura social que decorrem de seu funcionamento. Afinal, as empresas mais competitivas são também, amiúde, as mais seletivas e portanto, sob certos aspectos, as mais excludentes, e (...) a publicação de ‘planos sociais’ acompanha, frequentemente, a dos balanços comerciais positivos. É uma maneira de dizer que uma política que tem por objetivo controlar os efeitos da degradação da condição salarial e de vencer o desemprego não poderia apoiar-se exclusivamente na dinâmica das empresas e nas virtudes do mercado.” (Castel, 1998:522, grifos meus)

Sob esta ótica (quanto mais competitiva mais excludente), os balanços sociais, os programas e projetos sociais desenvolvidos por empresas seriam uma forma de mostrar à sociedade que, apesar de competitiva – e, por isso mesmo, excludente – a empresa pode trazer benefícios sociais: “...uma sociedade não pode mais ignorar o mercado, assim como a física não pode ignorar a lei de gravitação universal.” (Castel, 1998:523) Se é no mercado que as perversidades são geradas, se por sua regulação cada vez menos forças existem, se a solidariedade entre e intra gerações não se constrói mais tendo como base uma sociedade na qual grandes organizações perseguem rentabilidade, competitividade, o que resta à coesão social? Basta vontade política para “enquadrar o mercado”? Castel responde a esta pergunta com bastante cautela. Todo o seu texto é

construído no trinômio problemas/soluções/limites, e a resposta não é – nem poderia ser – taxativa.

Castel compara a “amplitude” e centralidade” da “nova questão social” ao pauperismo da primeira metade do século XIX – porém, mais perverso: nosso “neopauperismo” não só precarizou a periferia, mas desestabilizou os estáveis (Castel, 1998:526). Há um “*déficit de lugares* ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público.” (Castel, 1998:529)

Esta “inutilidade social”, decorrente em grande medida daquela gerada na esfera econômica, é replicada politicamente: este imenso contingente de desempregados não desencadeou qualquer movimento social de proporções, “em contrapartida, suscitou um número incrível de discursos e, por consequência, um sem número de ‘medidas de acompanhamento’”. O problema deste contingente, que na França totaliza 3,5 milhões de pessoas, porém, “é o próprio fato de sua existência”: não se constitui coletivo e não tem projeto, elementos pressupostos à luta política (Castel, 1998:530-1).

O pertencimento a um coletivo deixa de ser estabelecido através do trabalho, de uma associação ou de um sindicato, e pode passar a significar relações, por exemplo, com outros usuários dos serviços sociais. A desfiliação, assim, não significa necessariamente ausência de vínculos econômicos, mas - pior - pode significar a “ausência completa de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de um sentido.” (Castel, 1998:536)

O paradoxo (radicalizado, adverte) que o autor apresenta para revelar o sentido da mudança “*marca a passagem de políticas desenvolvidas em nome da integração para políticas conduzidas em nome da inserção*”, as de integração entendidas como as que buscam grandes equilíbrios, “pela homogeneização, a partir do centro”, “diretrizes gerais num quadro nacional” (Castel, 1998:537-8, grifos do autor). As políticas de inserção (que o autor data do início dos 80, no caso do França, e talvez as possamos datar cerca de 10 anos depois no Brasil, com a discussão e consolidação de alguns programas governamentais como as várias modalidades do renda-mínima, associados ou não a educação, ou mesmo alguns aspectos do Comunidade Solidária, de 1995) têm um caráter pontual que vai se alargando, instalando “o provisório como definitivo”, exatamente porque diagnosticam um problema estrutural como conjuntural, como emergência a

ser resolvida. Além desta questão, a descentralização de políticas, transferindo ao “local” a responsabilidade por seu desenvolvimento (como se dependesse apenas de mobilização comunitária restrita a dada unidade territorial – preferencialmente, o município), torna as possibilidades de redistribuição muito limitadas. “A mudança é, então, um reordenamento dos elementos internos ao sistema mais do que a transformação dos dados que estruturam, de fora, a situação”⁸.

O horizonte Castel apresenta a partir de quatro possibilidades, num *continuum* que vai da “aceitação da hegemonia do mercado”, acentuado as condições presentes, à “redistribuição dos ‘raros recursos que provêm do trabalho socialmente útil.’” A continuar como estamos (e Castel não acredita muito nesta tendência, ainda que alternativas a ela não sejam nada claras), com políticas tópicas, emergenciais, apenas podemos vislumbrar mais violência (uma forma de contestação, expressão de uma sociedade anômica). Castel descarta ainda a possibilidade de traçar “cordões sanitários” entre os inseridos e os não inseridos pela simples razão destes serem elementos de uma relação não polarizada, mas de um *continuum* sem fronteiras claras, com distâncias diferenciadas em relação ao centro da sociedade.

“...dizer que a questão suscitada pela invalidação de alguns indivíduos e de alguns grupos concerne a todo o mundo não é só fazer apelo a uma vaga solidariedade moral, mas, sim, constatar a interdependência das posições trabalhadas por uma mesma dinâmica, a do abalo da sociedade salarial.” (Castel, 1998:569)

Na terceira alternativa (em segundo lugar de “otimismo”), Castel destaca que nem sempre a

⁸ Por vezes, sequer este reordenamento, no caso brasileiro, consegue ser realizado. O Programa Comunidade Ativa, lançado pelo Comunidade Solidária em meados de 1999 em cinco municípios de cada estado da Federação e ampliado no final de 2001 para cerca de 500 municípios exemplifica, no caso brasileiro, o acento em políticas locais: o Comunidade Ativa vai até os municípios (fisicamente), monta um “Fórum de Desenvolvimento”, o qual deverá elaborar um plano de desenvolvimento e uma agenda, com prioridades estabelecidas pela “comunidade”. Esta agenda deve ser prioritariamente negociada no próprio município, mais dificilmente com o governo do estado, e com o governo federal apenas em casos extremos. A grande demanda dos 5 primeiros municípios constantes do programa em São Paulo (Apiai, Capão Bonito, Itaporanga, Ribeirão Branco e Sete Barras) foi a formação de uma equipe de extensão rural que até hoje (passados quase dois anos do término do programa, previsto inicialmente para 18 meses), não foi atendida. Há, em alguns destes municípios, grandes empresas (Votorantim, Camargo Corrêa, Orsa Papel e Celulose) que jamais estabeleceram qualquer interlocução com estes “fóruns”. Uma das únicas conquistas destes fóruns, em apenas um dos municípios (Capão Bonito), foi uma maior democratização do uso de recursos como os do Pronaf – Programa de Agricultura Familiar, que ao invés de serem usados em apenas um item que pouco beneficiava o agricultor familiar, como um trator, pulverizou estes recursos, com equipamentos de menor porte para um conjunto maior de produtores. De qualquer forma, só os que conheciam os mecanismos de financiamento estavam presentes ao fórum, reivindicando para os seus esses recursos. As informações sobre o Comunidade Ativa são fruto de meu acompanhamento ao Programa, em São Paulo, em todas as suas etapas, de setembro de 1999 a dezembro de 2001, como consultora do Programa de Desenvolvimento Local do Sebrae/SP, instituição “parceira” do Comunidade Ativa.

mobilidade é sinônimo de precariedade, mas pode significar “instituições menos solidificadas”. Há uma grande gama de empregos (ou trabalhos) possíveis dentre os quais os de assistência, o trabalho doméstico, o de manutenção e reparos⁹. Estes, no entanto (Castel sintetiza-os na expressão “jazida de empregos”), subempregos que são, de fato, “o financiamento de serviços de ordem doméstica”, cujas relações de trabalho podem significar uma “dependência de tipo servil”, uma “neodomesticidade”: são subqualificados, sub-remunerados, longe das relações salariais modernas.

“Esses famosos ‘serviços de proximidade’ podem, portanto, oscilar entre uma neofilantropia paternalista e formas pós-modernas de exploração da mão-de-obra, através das quais os ricos se oferecem, por exemplo, ‘serviços pessoais’ financiados por reduções de impostos. (...) Efetivamente, podem existir serviços que tentam mobilizar recursos monetários e não-monetários, articular a esfera pública e a esfera privada, os investimentos pessoais e as regulações gerais. Mas são pouco visíveis socialmente e não ultrapassam o estágio da experimentação. A preocupação de promover uma ‘economia solidária’, isto é, de ligar a questão do emprego e da coesão social, de criar vínculos, ao mesmo tempo que atividades, entre as pessoas, é respeitável ao máximo. Porém, na situação atual, trata-se mais de declarações de intenção do que de afirmação de uma política.” (Castel, 1998:574-5)

O chamado “terceiro setor” (que Castel trata como “economia solidária”¹⁰), em expansão, trata o desemprego como questão social, ficando por vezes entre o trabalho e a assistência. Castel completa: “só como eufemismo é que se pode chamá-las de ‘políticas de emprego’”. O fato de existirem estas “jazidas de emprego” não pode, por si só, resolver a crise de integração através destes trabalhos, pois são atividades desenvolvidas em pequenos âmbitos, longe das relações centrais que o regulam. O trabalho doméstico, vinculado a dependências não contratualizadas e pouco contratualizáveis, característica de países terceiro-mundistas, pode deixar de sê-lo, sendo retransportado para os países desenvolvidos.

⁹ Inúmeros trabalhos desenvolvidos por ONGs, por associações e entidades assistenciais podem aqui ser inseridos. Muitas vezes o trabalho voluntário equivale a um “estágio não remunerado”, a partir do qual se aguardam outros trabalhos (quicá, até, empregos).

¹⁰ Economia solidária, no Brasil (que tem tido em Paul Singer um de seus promotores), tem se aproximado mais de propostas de autogestão empresarial e de criação de mercados “paralelos”, cujas relações (não exclusivamente capitalistas) não seriam pautadas por lucro, mas por terem embutidas relações que se estabelecem com algum grau de independência em relação às relações mercantis monetarizadas. Em seminário realizado recentemente, por exemplo (*Comércio Justo*, 30-31/10/2001, Rio de Janeiro), foram apresentadas experiências de organizações cujos integrantes trocam bens e serviços entre si, prescindindo, ainda que parcialmente, da moeda nacional. Terceiro Setor, como veremos adiante, engloba um conjunto de experiências bastante heterogêneo, que vão desde as tradicionais formas de assistência social a experiências que se aproximam do “Comércio Justo” ou do “Consumo Consciente”.

Esta, portanto, não pode se constituir em alternativa à integração promovida pelo assalariamento. As inserções promovidas pelos programas de renda mínima, *idem*. O trabalho de Fonseca (2001) mostra que seus beneficiários, mais que algum dinheiro no bolso, querem um trabalho, e encaram o renda mínima (ou suas variações, vinculando-o a educação ou a saúde) como algo provisório, até se conseguir uma “colocação”: quem não faz nada, não é nada.

A última opção que Castel apresenta (redistribuir os raros recursos que provêm do trabalho socialmente útil), é cuidadosamente diferenciada de uma “restauração da sociedade salarial” (Castel, 1998:580), ainda que permaneça como referência, afinal,

“A sociedade salarial é a formação social que havia conseguido esconjurar, em grande parte, a vulnerabilidade de massa e assegurar uma ampla participação nos valores sociais comuns. Em outros termos, a sociedade salarial é o alicerce sociológico em que se baseia uma democracia de tipo ocidental, com seus méritos e suas lacunas: não o consenso, mas a regulação dos conflitos; não a igualdade, mas o controle e a redução da arbitrariedade do ricos e dos poderosos; não o governo de todos, mas a representação de todos os interesses e sua representação para debate no cenário político.” (Castel, 1998:580)

O trabalho, segue Castel, continua sendo o fundamento da cidadania em suas dimensões econômica e social. Assim, a idéia de partilha está associada à de um espectro de posições (amplo), mais e menos próximas do centro, em que cada um tem lugar. Não se trata apenas de reduzir a jornada de trabalho, mas de dividir também as proteções a que o trabalho está sujeito. Em suma, Castel propõe que o risco a que o trabalho se sujeita seja dividido com o capital, afinal é no âmbito da empresa que se estabelece a articulação entre ambos, e que se funda a possibilidade de mantermos uma sociedade coesa.

Concluindo, Castel resume seu trabalho como uma abordagem do clássico tema da passagem da *Gemeinschaft* (comunidade) à *Gesellschaft* (sociedade), para a qual foi determinante o assalariamento. Se a sociedade é, fundamentalmente, salarial, há que manter suas conquistas ainda que com cada vez menos empregos dignos desse nome. Reconstruir laços comunitários, relações de vizinhança, associações de ajuda mútua ainda tem como referência esse tipo de sociedade, ainda que seus fundamentos estejam cada vez mais abalados. Trabalho, pode haver, mas o próprio indivíduo deve saber vendê-lo, deve definir, ele próprio, sua identidade profissional, sem balizas externas.

“Sem a mediação de direitos coletivos, a individualização das ajudas e o poder de decisão fundado sobre interconhecimentos, tendo em vista as instâncias locais, correm sempre o risco de encontrar a velha lógica da filantropia: jure fidelidade e será socorrido. (...) Mas tudo se passa como se o Estado social oscilasse entre tentativas de expansão para fazer face ao que a situação atual comporta de inédito e a tentação de abandonar a outras instâncias – à empresa, à mobilização local, a uma filantropia bizarramente coberta de novos europeís e, inclusive, aos recursos que os próprios órfãos da sociedade salarial deveriam desenvolver – a responsabilidade de realizar seu mandato de fiador do pertencimento de todos a uma mesma sociedade.” (Castel, 1998:607 e 610-11)

Os problemas adicionais da questão social: solidariedade com desigualdade?

Refletindo sobre “problemas da solidariedade e da integração social em contextos de elevada desigualdade”, Elisa Reis (1995) usa o conceito de ‘familismo amoral’ elaborado por Edward Banfield (1958), para pensar como a esfera pública se retrai nas grandes cidades brasileiras (Reis, 1995:35). O estudo original de Banfield perguntava-se por quê os habitantes de um pequeno povoado rural no sul da Itália (Montenegro) nos anos 50 limitava o “senso de identidade” à família. “Familismo amoral” estava então referido a “uma situação em que a solidariedade social e o sentido de pertencimento não se prolongava fora do ambiente familiar”, a uma “incapacidade de transitar da esfera privada para a esfera pública” (Reis, 1995:35 e 37), cujas motivações Banfield atribuía à subordinação do interesse pelas questões públicas ao ganho material imediato. Elisa Reis afirma que tal subordinação podia ser fruto de uma espécie de “desajustamento” aos novos tempos:

“...a população local abandonou seus sentimentos básicos de confiança mútua, e retirou-se defensivamente para os limites seguros de seus círculos mais íntimos. Se a comunidade ‘natural’, tradicional, de épocas anteriores já era coisa do passado, os costumes mais modernos de associação para a defesa de interesses comuns – uma atitude que traria grandes resultados em outros lugares – ainda não havia deitado raízes na região. (...) ... a autoridade estatal supria a falta de solidariedade cívica e providenciava um mínimo de bens públicos.” (Reis, 1995:36)

Reis salienta que Banfield estava interessado nos elementos pré-contratuais da solidariedade, e acreditava que essa era uma situação em vias de superação: a “universalização da modernidade alargaria as fronteiras da comunidade para longe da unidade familiar e um sentimento cívico aglutinaria pessoas em torno de interesses tanto públicos quanto privados de maior amplitude” (Reis, 1995:37).

O problema de Reis refere-se à associação entre escassez de recursos e solidariedade social em sociedades tão pobres e desiguais como as terceiromundistas: apesar da importância de vários movimentos sociais (de classe média, apressa-se em esclarecer), “a grande maioria da população pobre não encontra incentivos para ações conjuntas” (Reis, 1995:38). Miséria extremada, violência, corrupção, desigualdade crescente seriam respostas imediatas e individuais a problemas comuns.

Diferentemente da França que Castel analisa, as sociedades latino americanas não criaram laços, identidades sociais que não as forjadas pelo próprio Estado: “... o processo de definição de uma identidade social abrangente, que se deu juntamente com o processo de modernização na América Latina, foi moldado por um ideal nacionalista sob o patrocínio do Estado.” (Reis, 1995:39)

Ainda assim, tal como em Castel, Reis destaca a idéia de futuro promissor que o passado recente evocava (através do Estado, artífice da possibilidade de progresso para todos, que se esvaiu na crise dos 80). Reis identifica três dimensões da crise do Estado: econômica, administrativa e ideológica, todas em maior ou menor medida com repercussões sobre a identidade coletiva, objeto do artigo.

Este atrelamento da sociedade civil ao Estado fez com que o conceito se associasse à boa vontade e ao altruísmo, “relegando a defesa de interesses próprios a uma forma de egoísmo ilegítimo (...), o discurso da sociedade civil, sintonizado com o ethos predominante, valoriza sobremaneira um ideal comunitário de forte inspiração cristã” (Reis, 1995:41), criando uma “solidariedade ilusória”. Como Castel, ainda que com elementos adicionais relativos a um “ideal nacionalista sob o patrocínio do Estado”, Reis (1995:39 e 40) associa o “sentimento de pertencer a uma comunidade nacional” a uma “crença generalizada de que o progresso da sociedade iria distribuir os frutos da modernização por um número cada vez maior de pessoas”, que por sua vez fortaleceria uma “comunidade nacional de interesses.” Esta comunhão de interesses, no entanto, foi solapada pelo Estado, cuja crise tem várias dimensões, antes de se consolidar. Os movimentos sociais e a filantropia, por sua vez, mesmo sendo relevantes, não estão necessariamente relacionados ao avanço da solidariedade cívica ou da democracia. Também as associações voluntárias e filantrópicas mantêm para com a “população não integrada” uma relação “clientelista, no melhor dos casos” (Reis, 1995:42).

A analogia com o “familismo amoral” de Banfield, a despeito das várias ações de auto-ajuda que não se esgotam no círculo familiar, é justificada por Reis na medida que se mantêm na esfera privada. São, para ela, mais que uma manifestação de solidariedade social estabelecida sobre bases comuns, reciprocidades pessoais, que podem aumentar o desnível das desigualdades:

“Quanto maior é a distância entre os segmentos sociais, mais abstrata se torna a preocupação dos que estão em cima com as dificuldades dos que estão embaixo. Teoricamente, aqueles que têm alguma coisa a perder associam diretamente a violência e a insegurança com seus temores frente à pobreza e à desigualdade, enquanto, na prática, a incapacidade do Estado para garantir a ordem, a segurança e o bem-estar incentiva a adoção de medidas de proteção privada. Essas ações privadas, por sua vez, contribuem para reduzir a arena pública, ampliando ainda mais as distâncias sociais e reforçando as concepções restritas de solidariedade.” (Reis, 1995:42)

O círculo vicioso fecha-se, e a universalização da integração social sai de nosso horizonte: os “pobres” não se organizam não só porque não dispõem dos meios disponíveis (como alerta Castel), mas porque não confiam na relação custo-benefício advinda de tal participação. Os “ricos” agem pontualmente na ajuda aos “excluídos” enquanto cobrem de grades seus redutos privados¹¹.

“Na medida em que a autoridade estatal deixa de ser vista como guardião natural do organismo social, e as tentativas de desenvolvimento econômico nacional enfrentam permanentes bloqueios, parece não haver bases universais para a solidariedade” (Reis, 1995:44)

A noção de sociedade civil, assim, quando usada por alguns discursos da elite, “invoca a ilusão de uma comunidade de interesses”, homogeneizando diferenças, nestas bases, irreconciliáveis. Quanto a ações comunitárias, movimentos sociais e associações independentes do Estado, Reis não lhes atribui um significado preciso: podem ser a reprodução de elementos clientelísticos ou o embrião de uma nova sociedade civil. Até que ponto, porém, esta “sociedade civil”, tão celebrada, garante a seus membros “oportunidades iguais de incorporação na arena pública”, é questão não resolvida – afinal, diferentemente do contexto analisado por Castel, nossos laços de solidariedade sempre estiveram atrelados à ação estatal – ou seja, nunca existiram.

¹¹ A título de provocação talvez possamos pensar na ironia que a indústria e os serviços de segurança privada (que vai da produção de tecnologias sofisticadas de vigilância à contratação de guardas, gerando tecnologia, empregos e renda) são uma forma (perversa) de integração social.

Vejamos na sequência como os autores mais engajados neste renascimento da sociedade civil através da idéia de setor não governamental e/ou não lucrativo elaboram as possibilidades de intersecção entre público e privado, entre o político, o econômico e o social.

Terceiro Setor, ONGs e a reinvenção da comunidade

A referência ao Leste Europeu é uma constante em se tratando de ‘terceiro setor’, constitui-se sua razão de ser. O artigo de Alan Wolf, um dos autores presentes ao seminário *Desenvolvimento, cooperação internacional e ONGs*, realizado no Rio de Janeiro em 1992, inicia com uma analogia à idéia de trindades: se até então as trindades estavam referidas a conjuntos de países agrupados de acordo com seu grau de desenvolvimento, uma vez superada a dualidade capitalismo x socialismo, a dualidade Estado x mercado também perde centralidade, renascendo a sociedade civil como idéia forte. Os movimentos contra um Estado totalizador (no Leste) e contra um mercado de grandes corporações que tudo podem (no Ocidente) deram-se na esfera da sociedade civil, que começa a mostrar-se possibilidade de superação aos problemas construídos naquela dualidade. Wolf parte de duas perguntas, que lança ao Estado e ao mercado:

“Mesmo que a expectativa de vida aumentasse, que houvesse serviços de saúde e que a população tivesse acesso à educação, poderia o socialismo de Estado ser considerado bem sucedido, se o preço de tais benefícios fosse a proibição da associação, o aumento do desenvolvimento das capacidades morais e sociais de cada indivíduo? (...)

É possível conciliar o mercado com a comunidade, quando os valores associados com o que é local, incluindo aí o altruísmo voluntário, a dedicação de grupo e as relações de confiança e cuidado, são difíceis de serem conciliados com a busca individualista do interesse privado? É a lógica do mercado totalmente compatível com o meio ambiente, não somente com a ecologia natural, mas também com a ecologia social da confiança e cooperação?” (Wolf, 1992:19-20)

A resposta Wolf atribui à sociedade civil (que considera pouco teorizada), pois nela residiriam possibilidades longe dos problemas criados pelo Estado e pelo mercado: “As famílias são organizadas a partir de uma lógica moral, que nem é racional nem dispendiosa. Os filhos cuidam de seus pais porque eles existem, e dessa forma os cuidados providos pela família são ‘invisíveis’ em termos de custo público.”(Wolf, 1992: 22)

O conceito de comunidade volta, então, a ser uma alternativa para pensar a potencialidade dos

arranjos locais: “As comunidades são chamadas a realizar mais coisas na medida em que sua [do Estado] capacidade para fazer qualquer coisa diminui. O resultado é uma pressão sobre os governos locais e as comunidades, para que ofereçam serviços que os governos nacionais relutam em custear, em estrangulamento fiscal e político que pode pesar na crescente relutância das organizações locais, com base na comunidade, em responder às necessidades nacionais.” (Wolf, 1992: 22)

Esta pressão exercida sobre comunidades para que façam por menos aquilo que o Estado deixou de ter capacidade de realizar, no entanto, quando usada por governos de forma indiscriminada (Wolf faz alusão aos governos conservadores), pode minar os laços nelas presentes: a lógica que preside a vida das comunidades não é a da eficiência, e caso lhes seja imposta, sua vitalidade pode se esvaír. O que Wolf defende é uma rearticulação (uma “complementação”) entre sociedade e comunidade, cuja dualidade considera falsa: a comunidade deve inserir-se nos interstícios sociais¹².

Processos de desenvolvimento devem, portanto, passar pelo local (a comunidade está associada a uma delimitação territorial, seja o bairro ou uma localidade), por uma descentralização de recursos cujo uso que deve passar pelo crivo daqueles que os usam. Wolf menciona alguns exemplos em que as comunidades são mais eficientes: a rede de esgotos de Carachi foi feita a uma fração do custo que o Estado teria, porque executada através de ONGs. Wolf cita Fernando Henrique Cardoso em *Democratizing Brazil*, no qual se utiliza de Gramsci para mostrar que o grande momento ético-político do ABC paulista no final dos 70 deu-se através da *Gemeinschaft* (a comunidade) antes de ter passado pelo sindicato ou, depois, pelo partido.

As ponderações (os problemas) decorrem da própria não inserção de todos em comunidades: “há sempre custos envolvidos no tipo de inserção que é alcançado, porque há sempre muito mais excluídos que incluídos pela noção de comunidade” (Wolf, 1992: 24) A noção de pertencimento, de identidade tem de existir.

¹² “Chamamos *comunidade* a uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social (...) se inspira no *sentimento* subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes de *constituir um todo*. Chamamos *sociedade* a uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social se inspira em uma *compensação* de interesses por motivos racionais (de fins ou de valores) ou também em uma *união* de interesses com igual motivação. (...) a imensa maioria das relações sociais participam *em parte* da ‘comunidade’ e *em parte* da ‘sociedade’ ”. Max Weber (1997). *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura (p. 33).

“Assim, voltando ao exemplo de Carachi, o objetivo de uma estratégia de desenvolvimento que lança mão de uma organização comunitária deve ser não somente oferecer um serviço mais barato que o oferecido por uma companhia do governo, mas também fortalecer os habitantes de uma comunidade a entender que o mundo em que vivem é um mundo que eles ajudaram a modelar. O que é importante quanto ao sistema de esgoto é que as pessoas que o construíram, se sentem potentes pelo fato de o terem construído e, baseado no que aprenderam nesse processo, são capazes de decidir por si o que querem fazer logo a seguir.” (Wolf, 1992: 28)

A destruição dos valores comunitários – dos quais a família é o fundamento – tem trazido problemas aos países desenvolvidos, nos quais não é só a taxa de natalidade diminuiu, mas o número de famílias. Segundo Wolf, este dado tem trazido problemas (particularmente o equacionamento à questão da velhice). E finaliza, numa analogia entre o ‘social’ e o ‘natural’:

“O social, assim como a natureza, requer cultivo e cuidados, se se deseja que ela sobreviva. A sociedade, nesse sentido, não é como o mercado ou como o Estado, pois os dois são plantas resistentes, que costumam sobreviver por seus próprios meios. (...) Os padrões que caracterizam a sociedade civil, tais como as organizações de base e as comunidades, não se auto-regulam através de algum tipo de processo automático, que sempre produzirá um resultado ideal se deixado à deriva.” (Wolf, 1992: 32)

Estratégias neoliberais x reconstrução do espaço público

A ênfase de Betinho (Souza, 1992) em artigo do mesmo seminário é diferente da de Wolf, ainda que não contradiga sua argumentação (ambos, aliás, se referenciam). Para explicar a importância das ONGs, Betinho parte da mudança de rumo operada pelo Banco Mundial na alocação de seus recursos aos países de terceiro mundo: depois de aplicar muitos milhões de dólares, via Estados, no geral sob regimes autoritários, deu-se conta que tais recursos, para grandes projetos e para os chamados programas de desenvolvimento social, não chegavam ao destino. E descobriu as ONGs, que podiam operacionalizar a execução de projetos e substituir a ação governamental:

“Elas eram honestas, competentes, flexíveis e eficientes. Tinham todas as vantagens para substituir o Estado corrupto, incompetente, gigante, burocrático e ineficiente. Essa mudança responde também a um outro objetivo político da estratégia do grande capital, realizada através do Banco Mundial, entre outras instituições: o de implementar uma política neoliberal de libertar as forças do mercado (leia-se do capital) das amarras ou do controle dos Estados que começaram a passar por processos de democratização. Enquanto o Estado autoritário servia ao desenvolvimento do grande capital, o Banco Mundial não aplicava seus princípios liberais à liberalização do Estado, que era funcional ao grande capital e a seus projetos. Depois que o Estado autoritário foi questionado e liberalizado, através das pressões da sociedade civil, o Banco Mundial se deu conta de que o neoliberalismo

deveria aplicar-se também ao Estado. Este, que já fora privatizado por dentro, deveria agora ser privatizado por fora. O Estado deveria ser reduzido à sua existência mais simples, para não colocar entraves ao desenvolvimento das chamadas forças de mercado.” (Souza, 1992:140)

Betinho esforça-se por não caracterizar as ONGs como organizações que substituiriam o Estado, criticando os esforços (e a ação efetiva) do Banco Mundial e dos países desenvolvidas em fazê-las instrumentos de estratégias neoliberais, através de uma atuação que chama de *welfare*: o mercado continuaria o responsável pelo desenvolvimento econômico, ficando o bem-estar a cargo das ONGs (“ONG’s *welfare*”). Ainda assim, Betinho oscila no papel que podem desempenhar: ora aparecem como atores privilegiados e com possibilidades efetivas de sanar parte das consequências negativas do desenvolvimento capitalista, ora têm um raio muito limitado de ação. Tanto nas agências de cooperação internacional como nas ONGs brasileiras existe uma dupla negação (não governo, não mercado) que frequentemente é usada como idêntica. É na tentativa de diferenciar esta dupla negação que Betinho detalha o surgimento de nossas ONGs, que nascem “contra o Estado e de costas para o mercado”.

Betinho localiza o nascimento da maioria das ONGs durante o regime militar, ligado a movimentos de base, à igreja, a sindicatos. Esses movimentos populares (“sociedade civil pobre e reprimida”) têm nas ONGs assessorias na área de educação, de saúde, de habitação, e seus recursos advêm em grande parte da “solidariedade internacional”, de agências de cooperação para o desenvolvimento “pressionados pelo sentimento de culpa de quem se enriquece graças à desigualdade internacional.” (Souza, 1992: 141)

Com o processo de abertura, liberaliza-se sociedade e Estado, e agora sim as ONGs têm de se definir de forma mais precisa: saem do privado para o público, do micro para o macro, da resistência à proposta:

“O papel das ONGs na década de 90 é, pura e simplesmente, propor à sociedade brasileira, a partir de sua posição na sociedade civil, uma nova sociedade, cuja novidade não está no fato de ser brasileira¹³, mas na condição de ser democrática.” (Souza, 1992: 143)

Weffort (1992) também está presente no seminário, e retoma um tema bastante recorrente na

¹³ A idéia de uma *cidadania planetária* é a tônica do livro que se tornou referência obrigatória ao se tratar a noção de terceiro setor: *Privado porém público*, de Rubem César Fernandes, publicado em 1994, tratado na sequência.

Ciência Política: o desenvolvimento político (democrático) não trouxe avanços substantivos (por vezes coincidiu com retrocessos) em termos de equidade econômica: nem alternativas de cunho estatista nem (neo) liberal tiveram resultados. Para tanto, levanta a hipótese de que a democracia política estaria encontrando seu limite na economia¹⁴.

As dimensões da crise, para Weffort, são de governabilidade, de obsolescência econômica e do Estado-nação como forma política, cujos limites de ação expressam-se em suas funções clássicas, como a de regular a moeda, de garantir segurança aos indivíduos e coesão à sociedade, que aqui mais nos interessa. A coesão da sociedade envolve não só crescimento, mas distribuição de renda:

“Se pudermos admitir que a história pare no ponto em que está, teremos de concluir que fracassa o maior sonho das elites latino-americanas, o da incorporação das massas. (...) Os seus projetos [do Estado-nação] são cada vez mais ligados a setores, regiões e grupos, e cada vez menos se apresentam como projetos de desenvolvimento nacional. (...) Assiste-se a um visível aprofundamento do dualismo que divide a sociedade entre os que participam dos benefícios do desenvolvimento e da modernidade e os que se acham condenados à miséria, ao subdesenvolvimento e ao atraso. No mesmo passo, assiste-se a uma espécie de ‘balcanização’ da sociedade e a uma exacerbação do corporativismo social. Algumas sociedades latino-americanas se aproximam da imagem de sociedades em degenerescência. Estão mais perto das imagens *hobbesianas* de um estado de natureza (...) que de qualquer sociedade moderna.” (Weffort, 1992: 48-9)

A integração social e política, diz Weffort, que outrora encontrou soluções autoritárias, hoje só pode encontrar soluções democráticas, através das quais a sociedade pode ser (re)construída: “É isso, aliás, que significa dizer, nos países latino americanos, que a democracia é necessária.” A integração, no entanto, envolve ainda uma dimensão entre Estados: “O Estado, em cada país latino-americano, só será capaz de superar a crise se for capaz de se projetar para além de seus próprios limites nacionais.” (Weffort, 1992: 49)

Oliveira Neto¹⁵ é o último dos artigos deste seminário aqui analisados. Em seu artigo estabelece

¹⁴ Este tema (a associação entre um tipo específico de minimização da desigualdade econômica e um tipo específico de democracia, a partidária competitiva), foi objeto de Offe (1984) e Przeworski (1989), dentre outros. No caso brasileiro, em que a consolidação democrática ainda é um projeto e a igualdade econômica é uma ficção, o tema adquire contornos muito mais problemáticos.

¹⁵ Valdemar Oliveira Neto é um dos fundadores do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (2000). Na época (1992) fazia parte da Fundação Vitae.

um diálogo com Francisco de Oliveira, pautado por um paralelismo interessante entre ONGs e classes médias em torno da intermediação de interesses presente na construção e utilização do que Francisco Oliveira chama de fundo público:

“O ponto de partida da análise é a afirmação do caráter da classe das ONGs e sua definição como canal de participação das classes médias na esfera pública, exercendo as funções de tradução e articulação dos interesses e demandas dos setores populares nas arenas institucionais de confronto e negociação dos conflitos sociais.” (Oliveira Neto, 1992: 150)

Francisco de Oliveira (1988) trata do *padrão de financiamento* do Estado-Providência, que prefere ao uso de *intervenção estatal* por este caracterizar uma relação de exterioridade, omitindo o lugar estrutural e insubstituível dos fundos públicos no financiamento do trabalho e do capital. De acordo com Oliveira, a crise deste padrão de financiamento está associada à produção de bens sociais públicos, e não à sua presença na estruturação do capital, cujo investimento e renda des-territorializaram-se, o que dificulta sua taxaço, mas não os impedem de continuarem a ser alvo de investimentos públicos. Oliveira usa a metáfora do jogo de xadrez (em que os ‘territórios’ de cada direito estão previamente mapeados e hierarquizados, nos quais há o reconhecimento da alteridade do direito alheio, indevassável) para caracterizar a construção da esfera pública. O jogo de damas (em que não há hierarquia de peças, mas de posições, em que a qualquer momento as peças podem ser premiadas e devassar todo o tabuleiro) caracterizaria uma sociedade sem esfera pública: “... nos Estados de Mal-Estar, com uma penada, o governo pode reduzir salários, aumentar impostos a seu bel-prazer, confiscar bens (...). ... a função intermediadora do fundo público alterou as relações entre classes e deu lugar à ampliação e fixação das funções das classes médias.” (Oliveira, 1988: 22 e 24).

O que Oliveira Neto (usando Francisco de Oliveira) chama de ‘fundo público’ teria tido um papel fundamental na reestruturação das relações sociais nos últimos 50 anos. Porém, a especificidade brasileira fez com que o papel intermediador e regulador do fundo público fosse realizado (como advertiu Reis) num contexto de eliminação da esfera pública e aprofundamento das práticas patrimonialistas, garantindo sua privatização, reforçando clientelismo e assistencialismo. (Oliveira Neto, 1992:151)

A classe média estaria, como intermediadora dos interesses populares (através de organizações tipo ONGs), super representada na esfera pública. A pergunta que Oliveira Neto faz é até que

ponto estes segmentos de classe média estariam dispostos a construir uma esfera pública, consolidando o processo democrático, já que os sujeitos políticos populares continuam excluídos da tal 'jogo'. É aqui que Oliveira Neto começa a diferenciá-la, mostrando sua segmentação através da própria segmentação do universo do 'não governamental'. Esta segmentação teria dois subconjuntos, constituídos por *entidades de assistência social* (de caridade, filantropia ou de promoção de desenvolvimento, com função suplementar às políticas governamentais e com boa capacidade de acesso a recursos, nacionais ou mesmo internacionais) e por *entidades de defesa de direitos*, subconjunto no qual estariam representadas as classes médias. Este subconjunto engloba o que o autor chama de "direitos difusos" (do consumidor, feministas, aidéticos), os relativos à defesa dos movimentos populares (cuja origem está em grande parte na militância ligada à igreja e a movimentos de base) e os promotores da cidadania, que pretendem "influenciar na concepção, formulação implementação, avaliação e transparência das políticas públicas, negociando reivindicações e difundindo demandas populares junto ao Estado, na perspectiva de democratização." (Oliveira Neto, 1992: 157)

Oliveira Neto, apesar de vislumbrar um potencial democratizador, de construção de uma esfera pública por alguns segmentos da classe média, rotoma os argumentos de Betinho para mostrar a facilidade de associação entre estratégias neoliberais (levadas a cabo pelo Banco Mundial e por agências de cooperação internacionais) e projetos democratizadores cujo respaldo popular está mediado por organizações cuja direção não está em suas mãos.

"A principal motivação do Banco Mundial para a participação das ONGs em suas operações decorre da capacidade destas de envolver a população, especialmente os estratos mais empobrecidos, no processo de desenvolvimento. A capacidade organizacional, que decorre da ação das ONGs, é percebida como recurso estratégico e essencial ao processo de desenvolvimento auto-sustentável". (Oliveira Neto, 1992: 158)

Oliveira Neto chega a afirmar que o universo das ONGs traria embutida a tendência à criação de ONGs "paragovernamentais", criadas por setores da burocracia estatal. Uma evidência desta caráter paraestatal seria o intenso trânsito entre funcionários públicos cedidos a ONGs e vice versa¹⁶, motivados basicamente por acesso a recursos – e aqui voltamos à questão do fundo

¹⁶ Verónica Schild (2000), em "Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas novas democracias" mostra o intenso trânsito de mulheres ativistas e profissionais entre ONGs, organizações populares e instituições governamentais: empregadas em ONGs durante a ditadura chilena, têm desde então

público. Os recursos, em baixa em se tratando de cooperação internacional, sempre reduzidos em se tratando de empresas e limitados quando vindos de doações individuais, podem ser captados junto ao próprio fundo público, cujo desfecho encerra várias possibilidades:

“No momento em que os gastos sociais públicos realizados por instituições governamentais, ONGs e organizações populares estiverem submetidos a controles institucionais definidos e forem operacionalizados em arenas democráticas de confronto, negociação e formação de consensos políticos, os termos da relação público/privado estarão redefinidos.” (Oliveira Neto, 1992: 163)

Oliveira Neto apresenta como exemplo de construção da esfera pública os Conselhos de Defesa da Criança e do Adolescente, cuja importância está associada às “frações democráticas das classes médias presentes na burocracia estatal” (Oliveira Neto, 1992: 163) e cujo trabalho passou por:

1. organização de uma base social dispersa, violentada e excluída;
2. mobilização;
3. estabelecimento de alianças;
4. produção de propostas;
5. penetração na mídia;
6. proposição legislativa;
7. articulação internacional;
8. pressão política;
9. ocupação de espaços.

Os passos deste processo, que se iniciou no final dos 80 com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, tiveram várias conquistas, ainda seguindo Oliveira Neto, dentre as quais a mais notável seria o controle social sobre os recursos e políticas públicas, concretizado apenas parcialmente.

“Aos Conselhos estão vinculados fundos constituídos por dotações orçamentárias, transferências governamentais e doações do público. Cabe a eles fixar os critérios de utilização e aplicação desses recursos. Porém, a legislação é omissa, e pouco contribui para a visualização dos mecanismos de funcionamento dos referidos fundos.” (Oliveira Neto, 1992: 164)

Este formato institucional, ainda que pouco acabado, é para o autor espaço “onde a regulação dos conflitos e o atendimento das demandas decorrerá não apenas do seu caráter normativo e fiscalizador, mas sobretudo do papel no financiamento de programas e projetos públicos e

privados.” (Oliveira Neto, 1992: 164).

A atuação da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança - Fabrinq - pode aqui ser mencionada como um dos raros exemplos de ação social empresarial que contribui diretamente com fundos públicos e tem intersecções efetivas com o formato ‘conselho’ mencionado por Oliveira Neto. Dentre os 10 passos que a Fabrinq recomenda às empresas para que se tornem “empresas amigas da criança” constam o não emprego de mão-de-obra infantil pela empresa ou por seus fornecedores, oferecimento de creche, incentivo ao pré-natal e à amamentação por seis meses e, o mais importante, investimento sobre o faturamento da empresa e contribuição ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incentivando a criação de conselhos onde não existam¹⁷.

ONGs como problema – ou como quase governo

Intitulado *Organizações não governamentais: solução ou problema*, realizou-se no Rio, em janeiro de 1995, seminário para discutir o tema, que a exemplo do realizado em 1992, mereceu publicação¹⁸. Logo na apresentação, uma observação sobre a ausência do poder público, apesar de “exaustivamente convidado”, denuncia o caráter mais oposicionista dos convidados¹⁹. No prefácio, Emir Sáder reclama não a falta de teorizações sobre a sociedade civil, mas de uma teoria de Estado:

“Falta uma teoria do Estado democrático para dar conta do tamanho, do caráter e das alternativas à crise do Estado, das formas de prática política e de representação política. Falta uma teoria centrada na esfera pública, para romper com a armadilha liberal que pretende nos enfeixar nas alternativas estatal / privado, em que a primeira encarnaria todos os males possíveis e a segunda, sua redenção.” (Gonçalves, 1996:15)

Uma das observações do seminário é relativa ao que no fim das contas pode ser considerada uma organização não governamental. De acordo com Menescal (1996), nessa categoria cabe tudo: dependendo da leitura, a Igreja, pode ser considerada a mais antiga ONG, às organizações africanas, criadas pelo governo, idem. Na origem do termo, ser ou não governamental era a questão: “Na resolução 288 (X) de 1950 do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) foi

¹⁷ Caberia uma avaliação mais minuciosa do impacto de tal tipo de iniciativa, que dentre todas as empresariais, talvez seja das mais relevantes.

¹⁸ Gonçalves, Hebe (org.) (1996). *Organizações não governamentais, solução ou problema?* SP: Estação Liberdade.

¹⁹ Na sequência (*ONGs como solução*) trataremos artigos relativos a outros seminário, realizado em 1997, que contou com a participação de Ruth Cardoso, cuja publicação intitula-se *3º setor: desenvolvimento social sustentado* (Ioschpe, 1997)

definida no âmbito das Nações Unidas como sendo *uma organização internacional a qual não foi estabelecida por acordos governamentais*.” NGO referia-se a organizações que atuavam supra e internacionalmente. “O artigo 71 das Nações Unidas concedeu ao ECOSOC (Economic and Social Council) a possibilidade de consultar ONGs (...) sobretudo sobre questões de violação dos direitos humanos em todo o mundo.” (Menescal, 1996: 22).

OIGs (organizações governamentais internacionais, como a OTAN, a União Européia ou as agências especializadas das Nações Unidas) eram não governamentais e internacionais. Segundo a autora, os problemas surgiram a partir do momento em que o termo ONG passou a se referir a contextos nacionais. No Brasil, Fernandes (1994) definiu-as como “micro organizações não governamentais”, que atuavam junto a movimentos populares. Na Alemanha, ONG surge mais dentro do governo que fora dele, como ajuda para o desenvolvimento.

Neste artigo a autora de propõe a analisá-las a partir de dois aspectos: solidariedade e função sócio-política. Do ponto de vista de solidariedade, elas se constituem muito em função das deficiências do Estado, que abriu espaço para ONGs prestadoras de bens coletivos²⁰. Podem, ainda, se constituir em espécie de governos privados – e novamente a África é mencionada, onde não há instituição que garanta o abastecimento básico da sociedade.

Quanto a seu caráter democratizante, que parece ter se estabelecido nos órgãos de comunicação de massa, Sá (1996) lembra que nem sempre as ONGs tiveram essa imagem:

“...seria mais correto passar a chamá-las de organizações semi-oficiais. Isso porque pretendem brigar por dinheiro público... Planejam abrir os cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do FGTS, e de organismos de fomento à pesquisa, como o CNPq.” (Veja, Maio 95, *apud* Sá, 1996: 42)

Sá prefere, assim, chamar essas organizações de “quase-governamentais”. Segundo Aspásia

²⁰ Bens públicos e coletivos são usados pelos autores tratados de forma pouco distinta. A tese de Coelho (2000) dedicou uma nota à questão. Ao delimitar o que seria terceiro setor, a autora distingue o coletivo do público: “Os interesses coletivos podem se referir aos de um determinado grupo; interesses públicos devem ser entendidos como algo mais amplo, referente ao conjunto da sociedade. No terceiro setor podemos encontrar organizações que defendem tanto um quanto outro tipo de interesses.” (p. 40, nota 12) Algumas páginas depois, Coelho cita Augusto de Franco (um dos disseminadores da idéia de DLIS – Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável, idéia base de um dos programas do Comunidade Solidária, do qual é conselheiro, o Comunidade Ativa), que diferencia coletivo de público, sendo que há as ONGs que defendem fins privados coletivos (não públicos) que constituem a grande parte do que consideram setor (o terceiro). Públicas seriam apenas aquelas voltadas para o atendimento a um interesse comum da sociedade, voltadas para o bem comum. (Franco, *apud* Coelho, 2000: 59)

Camargo, do Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

“Em torno do ministério gravitam 400 entidades envolvidas em projetos” (JB, 5/6/95)

O tom geral dos artigos deste Seminário (*Ongs, solução ou problema?*) refletem uma preocupação não necessariamente pelo que as ONGs fazem, seja na defesa de direitos seja na operacionalização de serviços, mas pela ausência de controle público sobre suas ações.

Se a Constituição de 1988 contempla um modelo de democracia em cuja base estão instâncias como os conselhos (municipais, estaduais, federal) e vários mecanismos que institucionalizam uma maior participação da sociedade, por outro temos o que Gonçalves (1996) chama de “modelo factual”, no qual estes mecanismos são reapropriados por mecanismos autoritários. A falência do *Welfare-state* trouxe duas alternativas, que podem seguir o rumo conservador (a execução dos serviços públicos entregues aos mecanismos de mercado, com os quais frequentemente as ONGs se assemelhariam) ou um rumo progressista (criando um novo tipo de sociabilidade, assente em efetiva participação popular). Entre ambos (progressistas e conservadores), no entanto, adverte Gonçalves, há uma intrigante convergência: o abandono do monopólio do Estado no que toca à política social pública: uns apontam para uma maior participação popular, outros para um abandono do próprio sentido público do bem-estar social. Gonçalves tende a acreditar que a possibilidade conservadora tem mais possibilidades de êxito.

Esta possibilidade é dada pelo próprio formato das políticas governamentais, e a autora cita o Comunidade Solidária, que foi instalado em 1995, substituindo todas as instituições governamentais encarregadas da execução da política pública da área social. Substituiu-as, mas ocupou-as com um programa contra a fome.

“Abandonamos o modelo constitucional, que é um modelo de estado de bem-estar ampliado, na verdade um modelo de sociedade de bem-estar, para adotar uma escala de política social que se limita à metade da metade da metade: ações que na verdade só dizem respeito [a] uma parte do previsto como forma de assistência complementar ao problema específico da fome. Trabalhar com inanição está longe de assegurar direitos sociais.” (Gonçalves, 1996: 53)

Como Landim (1993), Gonçalves destaca que desde pelo menos o início do século (XX) há a participação dos setores privados na prestação de serviços sociais, em cooperação com o Estado, financiadas com repasse de verba pública através de convênios e contratos. A questão, para a

autora, é porquê as ONGs conseguiram carregar o carimbo de “novidade”. Tal explicação decorre do fato de nos 70 terem se constituído como canal de expressão das demandas populares e nos 80 como as operacionalizadoras da incapacidade do setor público na prestação de serviços. É esta transfiguração (esta mudança de objeto e fim) que as mantém, muitas vezes, como vinculadas à sua origem, que em grande parte perderam:

“A idéia que quero demonstrar é que, se no primeiro momento as ONGs se distinguem das antigas entidades de assistência, no segundo elas se aproximam: ganham o perfil de prestadoras de serviços, serviços esses que a população aprende a reivindicar a elas diretamente, ignorando as responsabilidades do setor público e comprometendo a própria concepção de direito social.” (Gonçalves, 1996: 54-5)

Os dados que apresenta comprovam o que afirma: nos anos 70 as ONGs eram financiadas com cerca de 10% de recursos públicos, porcentagem que aumenta para 50% em 1983. Sá (1996) chega a afirmar que na primeira metade dos 90, 75% das verbas geridas pelas ONGs eram públicas. Estabeleceu-se, assim, uma relação de dependência (mais que de reivindicação ou demanda política) das ONGs para com o Estado.

“E quando as ONGs tornam-se dependentes da verba pública, colocam-se diante da exigência da transparência. Elas precisam submeter-se às regras de manuseio de recursos públicos, não só porque, na medida em que lutavam pela transparência da máquina pública – uma luta política pela democratização –, precisavam elas próprias mostrar-se capazes de transparência. Mas a transparência tem um preço, e o preço a pagar foi a complexidade operacional das ONGs, que as transformou em grandes instituições. Ou seja: quanto maior o volume de dinheiro injetado pelo Estado, maior a necessidade de haver uma secretária, um contador, uma escrituração de verbas, arquivos de comprovantes de despesas, e logo uma diretoria administrativa... E os outrora pequenos grupos dinâmicos transformaram-se em prestadores de serviços múltiplos, com muitos recursos e projetos a gerir.” (Gonçalves, 1996: 55)

Fernandes (1996), cujo elogio ao caráter ágil e desburocratizado das ONGs é a tônica de seu *Privado porém público*, de 1994, discorda da análise de Gonçalves. Para o autor, não se trata apenas de terceirizar recursos públicos, mas de tentar encontrar outros recursos privados (parcerias): “Não se trata simplesmente de utilizar recursos do Estado terceirizado, pois então estaríamos falando do mesmo montante de recursos, divididos entre Governo e não Governo. Trata-se de trabalhar com a expectativa de que, além dos recursos terceirizados, seja possível encontrar outras fontes que possam investir no social.” Tais parcerias, continua Fernandes, devem passar pela “educação” do capital brasileiro, “em seu ambiente institucional, social, natural”.

(Fernandes, 1996: 60)

O exemplo de tal “educação” (e seria útil lembrar que educação tem, sempre, uma dimensão de coerção), é dado por campanhas como a *Campanha contra a fome* ou o *Viva o Rio*. Ambas contaram com a participação de empresários, que discutem estratégias de marketing e demandas sociais, estabelecendo pontes entre ambas. A ação social do empresariado, adverte Fernandes, não é espontânea, é fruto de solidariedade e de pressões, e pode e deve ser usada a favor de causas mais abrangentes:

“...cidadania quer dizer capacidade de pleitear políticas de governo, mas também quer dizer capacidade de solidarizar-se.” (Fernandes, 1996: 62)

O lugar da reivindicação continua sendo o partido:

“Os canais para pleitear políticas de governo não são as organizações não governamentais. Elas podem criar um movimento, mas o lugar para pleitear ações de governo são os partidos políticos.” (Fernandes, 1996: 63)

O caráter reivindicatório, no entanto, dispersa-se em tempos de democracia:

“(…) há uma diferença entre a época da ditadura e os dias de hoje, e essa diferença é que a ditadura concentrava todas as reivindicações: se faltava água no morro, gritava-se *Abaixo a ditadura, eu quero água no morro!* (...) A democracia dispersa as instâncias: a água deverá ser solicitada à CEDAE (...) Acredito numa certa anarquia de iniciativas que, orientadas por valores comuns, tendem a somar. A organização não deve tomar um sentido burocrático, e sim respeitar a cultura e a tônica dos temas.” (Fernandes, 1996: 71 e 73)

A definição genérica de ONGs (que vários autores prefeririam que se chamasse simplesmente organizações da sociedade civil, ou sociedade civil sem fins lucrativos, como afirma seu estatuto legal), não é, porém, o reino dos bem-intencionados: a Ku Klux Klan, por exemplo, afirma Fernandes (1996) é uma integrante legítima do universo das organizações não governamentais e do universo do voluntariado.

Pressburger (1996) lembra que na origem, como organizações internacionais de defesa de direitos, operavam como doadoras. O problema passa a existir quando organizações, que levam o mesmo nome, passam a ser receptoras de recursos. Fernando Henrique Cardoso, num possível ato falho, teria se referido a elas como *organizações neo-governamentais*, e no México são denominadas OTNGs: *organizaciones todavia no gubernamentales*. Daí, as ONGs como problema, que tendem a assumir tarefas de governo sem os limites a ele impostos.

ONGs como solução

Em Ioschpe (1997), está a publicação do *II Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor*, realizado em setembro de 1996 no Rio de Janeiro, promovido pelo GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, terceiro seminário aqui analisado e mais carregado de elogios àquilo que denomina “terceiro setor”. O único autor presente a ambos é Rubem Cesar Fernandes, cuja autoridade no tema vem de sua publicação de 1994, *Privado porém público*, que se tornou referência obrigatória.

No texto de 1994, Fernandes estabelece os parâmetros básicos do que seria o “setor”, ainda que não o defina de forma precisa: é composto por iniciativas 1. privadas não orientadas para o lucro; 2. na esfera pública, não realizadas pelo Estado; 3. compostas por cidadãos participando espontânea e voluntariamente em ações destinadas ao interesse comum; 4. que valorizam o sentido da solidariedade. É neste texto que defende a promoção da “cidadania ativa e da sociedade civil em escala mundial”, de uma “cidadania planetária”, sem a qual não haveria remédio contra as arbitrariedades.

Fernandes refaz o histórico já realizado por Wolf (1992) e Souza (1992), destacando que na pequenez das organizações que constituem o Terceiro Setor reside sua grandeza: agentes privados com fins públicos (o terceiro setor) seria o simétrico oposto a agentes públicos com fins privados (a corrupção), e seu maior antídoto. Ações como as de Madre Teresa de Calcutá e donativos de milionários seriam “emblemas” do terceiro setor.

“Palavras como gratidão, lealdade, caridade, amor, compaixão, responsabilidade, solidariedade, verdade, beleza, são as moedas correntes que alimentam o patrimônio do Terceiro Setor.” (Fernandes, 1994: 10)

Mas nem tudo são flores, como Fernandes já havia alertado: o terceiro setor não é composto apenas de “matéria angelical”, pois sujeito a coerções morais e ideológicas²¹ exatamente porque articulador das esferas pública e privada.

Fernandes afirma que a primeira geração de ONGs na América Latina (cuja localização temporal precisa não nos é dada, mas que deduzimos situar-se na década de 70) surgiu como solução *ad*

²¹ Além destas, poderíamos lembrar que o “setor” depende ainda de financiamentos de terceiros, sejam eles do poder público ou de agentes privados, devendo, portanto, se submeter a sua regulação, quando existe.

hoc a uma falta de alternativas que era imaginada como conjuntural no sistema institucional existente e tida como provisória. Mas sua atividade foi crescendo: “descobriu-se que atividades de interesse público podem ser exercidas fora do governo. (...) Em suma, sem que seus principais protagonistas o percebessem, as ONGs trouxeram ao campo do trabalho social, elementos significativos do que se costuma chamar de ‘livre iniciativa’.” (Fernandes, 1994: 55) Esta “livre iniciativa”, assimilada pelas ONGs através da necessidade de realizar projetos, fê-las assimilar a “lógica pragmática” da iniciativa privada.

O fato de assimilarem tal lógica, defende Fernandes, não fez de tais ONGs empresas cujos fins deixassem de ser públicos: elas fariam a mediação entre os limites estreitos da comunidade e a lógica universal da cidadania. O crescimento de associações voluntárias, no entanto, pode dispersar o fim que pretendem alcançar. E, novamente, o Estado é chamado: “Os serviços públicos dispersos pelas micro-iniciativas cidadãos não têm como prosperar se não interatuam positivamente com as macro-intervenções públicas dirigidas pelo Estado.” (Fernandes, 1994: 83)

Fernandes tematiza ainda o conjunto de fundações privadas e a filantropia empresarial, que apesar de não pertencerem à tradição latino-americana (em que caridade é tratada como assunto pessoal²²), “...a idéia que tendo capitalismo seria interessante que tivéssemos também filantropia, apenas começa a afirmar-se. (...) A generalização do conceito de cidadania parece contribuir neste sentido, Não só o indivíduo, com sua consciência moral, mas também a pessoa jurídica, a instituição particular, passa a ser valorizada como personagem de um espaço comum.” (Fernandes, 1994: 85)

Não apenas porque seduzidos pelo bem-comum, mas porque algumas empresas pensam a longo prazo ou mesmo são coagidas a pensar nele:

“Se a co-responsabilidade pelo meio ambiente natural e urbanístico se torna evidente no plano do discurso, sobra só um pequeno espaço para repartir responsabilidades pelo desenvolvimento no plano sócio-cultural, indo um pouco mais além dos limites das empresas. Além dos compromissos que devem assumir com seus trabalhadores, as empresas são instigadas a comprometer-se com a sociedade. Os progressos tecnológicos exigem investimentos constantes e renovados em qualificação profissional, pressionando as empresas a interessar-se pela educação das novas

²² Como veremos particularmente no Capítulo 2, para o PNBE, formado por empresas nacionais, esta característica é bastante marcante.

gerações. O investimento em pesquisa é vital para os setores mais dinâmicos. E, mais ainda, a qualidade do ambiente sócio-cultural interfere das formas mais imprevisíveis nas oportunidades que se apresentam e que se perdem para os grupos empresariais. Acompanhando relatos de empresários exportadores, as notícias do exterior sobre violência nas grandes cidades latino-americanas têm um efeito negativo em seus negócios. Mais perto ainda, o aumento da pobreza e a proliferação da violência urbana envenenam o viver cotidiano das elites, forçando-as a perguntar-se o que se pode fazer. Tudo isto exige uma olhada para o futuro, mais além do lucro e das perdas imediatas, o que não é fácil de realizar, sobretudo em circunstâncias críticas, mas é justamente esta perspectiva mais ampla que se espera do cidadão.” (Fernandes, 1994: 86)

A filantropia empresarial seria um dos quatro principais segmentos do terceiro setor. Os demais seriam as formas tradicionais de ajuda mútua, os movimentos sociais e as associações civis. Movimentos sociais e associações civis mantiveram (e mantêm) estreitas vinculações, o que Fernandes nega para a filantropia empresarial e para as formas tradicionais de ajuda mútua. Os anos 90 seriam mais promissores, porque estes vários segmentos rompem o isolamento a que estavam sujeitas (fruto do regime ou da conjuntura internacional): são apoiados por governos, reconhecidos publicamente, divulgam o que fazem. Empresários sequestrados, diz Fernandes, transformam-se em “militantes” da filantropia empresarial e os hotéis de luxo financiam projetos contra a violência. Outro exemplo, o da *Campanha Contra a Fome*²³: de acordo com o IBOPE: 32% brasileiros participaram pessoalmente da campanha em 1993.

Por fim, Fernandes tenta conceituar o que seria terceiro setor, e faz uma analogia com a química, de um catalizador que provoca reação em cadeia, mas que não se constitui maestro. E finaliza:

“A fragmentação característica da ‘pós modernidade’ traria consigo, na verdade, uma diminuição das motivações associativas. Considerando as desigualdades crescentes e o enfraquecimento da capacidade reguladora do Estado, fala-se num cenário de crescente barbárie. Mas é justamente porque a situação global é tão grave e as tendências sistêmicas tão alarmantes, que o campo das iniciativas voluntárias é instado a pressionar governos e mercados na busca de alternativas.” (Fernandes, 1994: 134)

Ruth Cardoso (1997), no seminário em que as ONGs aparecem mais como solução que como problema, associa o Programa Comunidade Solidária à idéia de terceiro setor, o qual estaria

²³ Fernandes (e, no geral, os pesquisadores cariocas vinculados ao ISER) têm na *Campanha contra a Fome* um marco, constantemente referenciado. A campanha seria um emblema de soluções emergenciais que podem criar mecanismos mais duradouros de ação, para além do combate à fome.

vinculado às instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços, à defesa de direitos de grupos específicos (mulheres, negros, povos indígenas, proteção meio ambiente...) e, mais recentemente, à filantropia empresarial. Contra o que qualifica como “preconceitos” ao terceiro setor, afirma que é preciso superar o Estado autoritário e a sociedade civil reivindicatória. Ao terceiro setor ainda faltaria um marco legal que o possa regular.

O tom deste seminário é dado basicamente pela idéia de trindades, anteriormente apresentada por Wolfe (1992). Adicionalmente, a idéia da libertação das amarras do emprego, “a fim de que milhões de pessoas possam ser liberadas para restaurar a vida familiar e comunitária.” (Rifkin, 1997: 21) O lugar privilegiado da restauração da vida comunitária seria o terceiro setor. Porém, falta-lhe poder, sem o qual, afirma, identidades não são construídas. Tais amarras seriam substituídas pelo trabalho social, crescentemente profissionalizado. À pergunta, inevitável, que o leitor faz ao texto (no final das contas, quem remunerará tal trabalho?), a resposta de Rifkin:

“Quase 3% dos homens dos EUA estão em prisões aguardando julgamento. Essa é a rede social lá; o Estado garante alimentação e vestimenta a essas pessoas, e custa US\$ 30 mil por ano – do dinheiro dos impostos – manter um ser humano na prisão. Mais vale aproveitar esse dinheiro para criar empregos no setor civil.”²⁴ (Rifkin, 1997: 22)

Coelho (2000), em tese de doutorado orientada por Ruth Cardoso, é autora que também atribui possibilidades positivas ao terceiro setor. Inicia seu estudo, que é uma comparação Brasil-EUA, reclamando a ausência de levantamentos sistemáticos das ONGs brasileiras. O Banco Mundial teria, em 1991, destinação de US\$ 245 milhões à educação básica desde que fossem repassados a ONGs locais. Até 1994 nenhum repasse havia sido feito, pois ninguém sabia onde estavam essas ONGs, que combinariam a flexibilidade e a eficiência do mercado com a equidade e a previsibilidade da burocracia pública.

Coelho trata as ONGs como um subconjunto do terceiro setor. São organizações que prestam serviços públicos, são privadas (não-governamentais), sem fins lucrativos (não mercado), são estruturadas (possuem quadro de pessoal que obedece a rotinas, por isso se diferenciam de movimentos sociais²⁵), autogovernadas e envolvem esforço voluntário. O segmento das ONGs

²⁴ Este “setor civil” é o universo das organizações do terceiro setor, e não a construção civil.

²⁵ Seria um objeto de pesquisa importante verificar a mortalidade das ONGs, até que ponto também grande parte delas não é “episódica e contextual”, como a autora afirma relativamente aos movimentos sociais (Coelho, 2000: 77).

que advogam direitos se assemelha aos movimentos sociais, e a fronteira entre ambos pode ser tênue. O caráter reivindicatório estaria mais ausente do universo do terceiro setor, sendo característica básica dos movimentos sociais. O MST – Movimento dos Sem Terra, mencionado pela autora, revela a imprecisão de tais definições: é estruturado, reivindicatório, não governo, não mercado, não partido, não sindicato, é mais que um movimento social episódico. Quanto às doações empresariais, Coelho não as considera como terceiro setor, na medida em que visam interesses próprios, ainda que não imediatos.

A justificativa à eficiência do que por seu estatuto legal se constituem organizações “sem fins lucrativos” (que englobam a categoria “fundação”) encerra um argumento, ao menos em parte, circular: têm menores custos não só porque são menores (e por isso melhor geridas e mais cobradas), mas porque têm isenções fiscais. A contrapartida às isenções fiscais é a gratuidade de 20% dos serviços que oferecem. A legislação brasileira ainda precisa ser aperfeiçoada, lembra Coelho, distinguindo organizações cuja meta é o bem público daquelas que visam atender seus associados – clubes de tiro, por exemplo, podem ser incluídas em organizações sem fins lucrativos, de acordo com a legislação brasileira.

Mesmo nos EUA, cuja legislação seria mais adequada, há bastantes distorções. Coelho, que analisa entidades prestadoras de serviços de educação infantil aqui e lá, mostra que desde o governo Reagan o setor sem fins lucrativos tem sido acusado de operar comercialmente, cobrando taxas similares às de empresas lucrativas. O levantamento que realiza nestas entidades no Brasil mostra a precariedade de documentação: mesmo com a possibilidade de serem contempladas com os recursos do Banco Mundial, apenas 49 (das 74 pesquisadas) enviaram dados financeiros. Esclarece ainda que das receitas destas entidades, 40% vem de verbas públicas – cujo uso é pouco controlado. E finaliza:

“A parceria pode ser muito sedutora mas pouco provável se esse relacionamento [governo-terceiro setor] não acontecer sob a égide de uma política social explícita, com metas claras a serem alcançadas, às quais o repasse de recursos deve obedecer. Só assim teremos uma política social, e não uma distribuição de fundos públicos.”
(Coelho, 2000: 185)

A filantropia empresarial

A ARCO - Assessoria de Relações Comunitárias, que presta serviços à Câmara Americana de

Comércio e à IAF – Fundação Interamericana²⁶, publicou em 1993 um estudo sobre a filantropia empresarial no Brasil. Segundo o estudo no Brasil, há poucas fundações antigas, dentre as quais cita a Fundação Antártica - com cerca de 100 anos - a Fundação Armando Álvares Penteado e a Fundação Anchieta, responsável pela TV Cultura. Num passado mais recente, a Fundação Bradesco (década de 60) e a Fundação Alcoa, dos anos 70. Diferentemente da tradição norte-americana, aqui as fundações mais antigas são mais operadoras que doadoras, isto é, oferecem serviços sem esperarem da comunidade qualquer iniciativa de “auto-ajuda”²⁷:

“...a predominância de fundações operadoras parece refletir os aspectos mais paternalistas da cultura brasileira: dado o dado o baixo nível de confiança na capacidade administrativa da comunidade, o filantropo tende a operar seu programa diretamente, desestimulando iniciativas da própria comunidade.” (ARCO, 1993:4)

O trabalho enfatiza a não representatividade do estudo se considerada a filantropia privada como um todo - ela trata apenas da empresarial. A destacar neste estudo são as razões alegadas pelas próprias empresas/fundações/institutos aos programas filantrópicos que desenvolvem:

1. *Reação a pressões políticas/morais reais ou subjetivas*: particularmente no caso de proximidade de um bairro particularmente pobre ou favela; às vezes, como resposta a depredação ou agressão pela comunidade vizinha; solicitações de funcionários ou grupos externos; perdas eleitorais para partidos que são tidas como opostas aos interesses das empresas.

2. *Postura de ação antecipada a fim de assegurar benefícios a longo prazo*: As empresas que se envolvem sem alegar qualquer pressão externa tendem a explicar que a produtividade e eficiência são prejudicados por fatores sociais e, por conseguinte, as empresas se beneficiarão da adoção de medidas para a solução de problemas sociais pelo menos a nível local e, possivelmente a nível nacional; a ‘estabilidade política’ e o ‘ambiente político favorável’ dependem de adequada situação social e, por conseguinte, as empresas devem participar ativamente na solução de problemas sociais; empresas envolvidas com a comunidade obtêm consideráveis vantagens em relação a seus concorrentes: funcionários motivados, vantagens no processo de recrutamento, maior credibilidade nas iniciativas de promoção de políticas, melhor imagem da empresa, etc.

²⁶“Criada em 1969, a Fundação Interamericana é uma agência independente do governo norte-americano, criada como alternativa experimental para assistência externa à América Latina e Caribe.” Em 1994 tinha um orçamento de cerca de 40 milhões de dólares anuais (folheto da IAF, 1994).

²⁷ Em estudo mais recente patrocinado pelo GIFE (Falconer e Vilela, 2001), apresenta o que denomina de *grantmakers* brasileiras: organizações vinculadas a empresas (nacionais ou não) com autonomia sobre uso de recursos para ações sociais. Seriam 30 organizações responsáveis por doações da ordem de R\$ 200 milhões.

3. *Filosofia empresarial*: - crença na ‘cidadania empresarial’, que pode ter origem em preocupação pessoal do fundador ou presidente da empresa, em considerações éticas ou em qualquer dos fatores citados; no caso de empresas multinacionais, desejo de ser coerente com as práticas da matriz da empresa. (Arco, 1993:5)

Segundo o estudo, a ênfase num ou noutro fator depende muito do contexto em que as ações são feitas, das pessoas a quem são dirigidas: os “serviços à comunidade” não teriam, assim, justificativas *a priori*, não sendo sempre claro e unívoco seu sentido - ele depende da conjuntura político-econômica e depende da posição ocupada na empresa pelo entrevistado:

“... nas últimas eleições presidenciais [Collor x Lula, 1989], muitos executivos propuseram-se maior envolvimento na comunidade como meio de cooptar a eleição de um presidente considerado socialista. No ambiente atual, é natural que maior número de empresas alegue preocupações com a competitividade internacional. (...) ...é provável que um funcionário atribua o programa filantrópico à ‘filosofia da empresa’ seja ao ‘desejo do presidente’. É mais provável que a administração superior declare as razões que justificam a ‘norma da empresa’” (ARCO, 1993:6)

O estudo aponta para os anos 90 como mais promissores para o desenvolvimento da filantropia empresarial, pois desenvolve-se um ambiente no qual “o reconhecimento dos problemas sociais não é interpretado como repúdio à ‘versão oficial’, não sendo, como nos tempos do regime militar, politicamente ofensivo ao Estado e nem politicamente nocivo às empresas denunciadoras”. Além deste, mais dois elementos: a desigualdade social tem tido maior visibilidade (nacional e internacionalmente) e a “crescente concorrência internacional, associada ao entendimento cada vez maior de que a mão-de-obra barata, doentia e desqualificada não representa vantagem no atual cenário econômico. (...) Muitos executivos passaram a encarar o paternalismo como um inconveniente: é contrário às práticas econômicas modernas, tais como administração participativa e descentralização, e incompatível com os sistemas políticos modernos.” (ARCO, 1993: 7 e 11)

O estudo reclama as limitações que o regime militar impunha à ação social das empresas, mas não é só ele o mencionado. Também as organizações e movimentos populares, porque associados em demasia ao PT e à igreja católica, muitas vezes inviabilizam o investimento de empresas na área. É mencionado o caso de uma empresa disposta a angariar e doar US\$ 2 milhões para o movimento de meninos de rua que não encontrou “qualquer grupo ‘idôneo’ e simultaneamente politicamente neutro que pudesse receber essa assistência financeira.” (Arco, 1993:13)

Apesar de a questão social estar, aqui, fora do âmbito político, tratada em outro espaço – o dos “politicamente neutros”, em seguida, no entanto, são apresentados exemplos da diminuição deste “preconceito” das empresas para com lideranças populares partidarizadas e destas para com as empresas. O Cardeal Arns, vinculado aos setores mais progressistas da Igreja Católica, é citado por ter participado da seleção aos candidatos pelo Prêmio Eco (da Amcham, que premia projetos sociais) como exemplo deste diminuição do preconceito mútuo.

“A redução do preconceito contribuirá, por sua vez, para a redução de tensões, gerando um círculo virtuoso que facilita a propagação de uma filantropia mais voltada a resultados.” (Arco, 1993:13)

A Fundação Interamericana, financiadora de projetos sociais, um dos quesitos para que os aprove é o envolvimento direto dos beneficiários (o público-alvo) com a solução proposta²⁸. Os financiamentos internacionais implicam, assim, em mobilização local: “busca-se viabilizar determinada mudança apenas se os beneficiários concordarem em envolver-se na criação de sua própria organização.” (IAF, março/1994)

Betinho escreveu em um dos boletins da IAF – Interamerican Foundation, reafirmando que a solidariedade internacional não presta apenas ajuda humanitária, mas a projetos de médio e longo prazos, cujo resultado não é meramente assistencialista:

“Ao transformarmos solidariedade em ato político, invertemos a fórmula que dicotomizava solidariedade e ação apolítica. Do espaço privado e individual, a solidariedade se expande para a esfera pública, transformando-se também e fundamentalmente em ato político, de resgate da cidadania. E essa, talvez seja a experiência inédita que, modestamente, pensamos possa ser transmitida a outros países.” (Betinho, IAF, março/1994)

A partir de uma reflexão sobre o funcionamento da ação privada sem fins lucrativos nos EUA, o texto *Notas sobre Filantropia nos Estados Unidos* propõe esclarecer às ONGs brasileiras o desenvolvimento da ação privada sem fins lucrativos norte americana, retomando às origens de sua formação, destacando suas raízes associativistas:

“As dificuldades vividas nos primeiros tempos de construção da sociedade norte-

²⁸ Esta é a tônica da estratégia do Banco Mundial e de várias agências de financiamento internacionais. Ver, por exemplo, Garrison (2000), documento elaborado com base em uma série de reuniões do Banco com órgãos governamentais, instituições filantrópicas e ONGs brasileiras.

americana, quando o governo era distante e fraco, obrigaram os pioneiros a se unirem no sentido de criar um governo próprio que promovesse a ajuda a cada indivíduo e assumisse algumas atividades comunitárias, como por exemplo construir escolas e criar sistemas de defesa. A partir dessas experiências, desenvolveu-se uma tradição de iniciativas e esforços individuais no sentido de promover o bem estar público. Mais tarde inúmeros grupos de imigrantes, como os asiáticos ou os latino americanos, também mobilizaram suas comunidades no financiamento a igrejas e na formação de grupos e associações para auxiliar tanto os pobres quanto atuar na assistência à população de suas terras natais. Os americanos nativos e os afro-americanos também têm práticas de beneficência profundamente enraizadas.” (ISER e IAF, 1993:4)

Se caridade tem um sentido mais imediato, de alívio da dor alheia, filantropia teria um caráter mais profundo, de amor pela humanidade que inclui atacar as causas da pobreza. No Brasil as organizações que realizam algum trabalho filantrópico se definem com “não governamentais”, nos EUA definem-se como “não lucrativas”. No caso dos EUA, as fundações corporativas (empresariais) são uma das formas preferidas da filantropia empresarial, cujo crescimento é verificado até os anos 80, quando a crise econômica interrompe esse crescimento. As fundações empresariais totalizam cerca de 5% das fundações norte americanas. Educação é o tema priorizado:

“Uma de suas motivações principais foi reagir às consequências negativas do analfabetismo crescente e da decadência da educação básica americana sobre a produtividade industrial. Essas ações frequentemente provocam polêmicas na sociedade norte-americana, tendo essas últimas doações, por exemplo, sido alvo de críticas de determinados setores, enquanto possíveis ameaças à liberdade de pensamento.” (ISER e IAF, 1993:13)

O financiamento de empresas e grandes corporações a organizações privadas e sem fins lucrativos é classificado de várias maneiras: mecenato industrial, filantropia corporativa ou empresarial, responsabilidade social da empresa, investimento social, cidadania empresarial ou corporativa.

De acordo com o documento, as contribuições empresariais nos EUA transformaram-se pouco a pouco em elemento central do planejamento industrial, subtraindo inclusive recursos da área de publicidade. Dentre as motivações para esse tipo de atuação mereceriam ser analisadas. São mencionados o crescimento dos “consumidores socialmente responsáveis”²⁹, dando preferência a

²⁹ O Instituto AKATU, criado em 2000 por iniciativa do Instituto Ethos, pretendia ser um shopping virtual, do qual constariam produtos de empresas “socialmente responsáveis”, que incentivariam a disseminação da idéia de

produtos das empresas comprometidas com a comunidade – elemento fundamental, segundo o documento, principalmente para as multinacionais que atuam em diferentes contextos sociais; além deste, o artigo refere-se a tais práticas como uma reação a pressões políticas ou morais, em que a idéia de produtividade deve estar associada a um meio mais estável e saudável. (ISER e IAF, 1993)

O GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - foi formado em 1991 como grupo informal, formalizando-se em 1995. Em 1994 coordenava 56 instituições que realizavam algum tipo de filantropia empresarial.

O público alvo das empresas cuja ação divulga foi agrupado, em 1993, segundo a faixa etária (jovens, 26%; crianças, 25%; adultos, 16%; idosos, 8%) e, ainda, sob a rubrica “comunidade” (18%) (GIFE, 1994a). A capa do primeiro número de seu boletim resume o que a iniciativa privada pensa sobre suas ações filantrópicas: “Terceiro Setor: a força de iniciativa privada - cinquenta instituições fazem mutirão pela sociedade”. A iniciativa privada como potencializadora e viabilizadora do “desenvolvimento social” entendido aqui enquanto “promoção do homem, transformação da realidade e melhoria da qualidade de vida através do desenvolvimento econômico fundado na iniciativa privada”. A imagem de vários nomes de fundações, institutos e empresas (Abrinq, Emílio Odebrecht, Roberto Marinho, Cultural Itaú, Herbert Levy IBM, Hoechst, Caterpillar) preenchem, de Norte a Sul, a reprodução de um mapa do Brasil. Segundo o editorial deste primeiro boletim, o GIFE existe

“...incentivando ações de parceria, o intercâmbio de idéias e a participação solidária na busca de soluções para os problemas enfrentados pela sociedade brasileira. Representa, hoje, a crescente consciência do meio empresarial sobre a importância do exercício da cidadania participativa, somando esforços na busca de alternativas para os problemas sociais, através da filantropia privada. São 50 instituições, em diversos estados do Brasil, que movimentam em torno de 100 milhões de dólares/ano, de recursos próprios, o que significa o orçamento de muitas cidades brasileiras. Este recurso é investido em programas e ações que vão ao encontro das necessidades sociais, econômicas, culturais e científicas da comunidade, o que identifica a contribuição de empresas e instituições privadas para com o crescimento do país.”

“consumo consciente”, projeto que não vingou. Seu atual diretor, vindo do Greenpeace, lançou no início de 2002 uma campanha de 10 itens pelo não desperdício, que inclui água, embalagens, energia. O Akatu, a exemplo do próprio Instituto Ethos, que lhe deu origem, ao definir responsabilidade social como um processo, no qual as empresas vão progressivamente desenvolvendo práticas socialmente responsáveis, não estabelece critérios mínimos que as certifiquem como tal.

(Gife, 1994a)

A exemplo da própria Fundação Interamericana, uma das preocupações destes primeiros boletins do GIFE (que desde 1997 estão incorporados ao site *www.gife.org.br*) é diferenciar filantropia de caridade, a qual estaria vinculada a um caráter “meramente” assistencialista, paternalista, criando o termo “filantropia transformadora”: de fato, o termo filantropia foi progressivamente sendo abandonado – mesmo adjetivado, sua conotação caritativa não foi perdida. No número 3 do boletim (Gife, 1994c), ao qual foi dado destaque por ter consolidado um logotipo, discute a possibilidade de resgatar o termo “filantropia”, retirando-lhe tal caráter. A maioria das empresas associadas ao GIFE considerou possível ou necessário resgatar a palavra filantropia (68%) mas utilizam outra expressão para designar os programas que desenvolvem (39%):

“...desenvolvimento social, cidadania participativa, investimento social, solidariedade, ação social transformadora, desenvolvimento comunitário, filantropia transformadora e terceiro setor, entre outros termos.” (Gife, 1994c)

David Rockefeller, que participou de seminário promovido pelo GIFE, “classificou como inaceitáveis as condições de vida de parte da população do continente. Segundo ele, 225 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, em toda a América Latina. (...) E acrescentou que o caminho para tirar o Brasil da crise passa pelo ‘Terceiro Setor’”. (Gife, 1994a)

O segundo número do boletim (Gife, 1994b) estampa fotos de crianças trabalhando em uma horta, um museu, crianças e computadores, crianças pintando uma sala de aula, crianças em atividades lúdicas – o destaque é de uma faixa etária (crianças/adolescentes) e de uma dimensão social (educação e cultura).

Uma matéria de destaque em seu terceiro número é “A desestatização da imprensa” (Gife, 1994c), assinada pelo Secretário Geral da Fundação Roberto Marinho. Segundo o texto, é crescente o consenso pela desestatização; neste sentido, a maior contribuição à desestatização não é defendê-la, mas praticá-la. Com a notícia, o processo seria análogo - é preciso desestatizá-la:

“A imprensa ainda se preocupa mais com o governo do que com a sociedade. Com o político, mais do que com o cidadão. Tem Brasília demais. (...) Não importa se a reportagem é contra ou a favor, ao focalizar o governo, o jornalista acaba por valorizá-lo e sobrepô-lo à sociedade. (Gife, 1994c)

Segundo o jornalista, são três as causas da hipervalorização do governo como notícia. Uma, de

ordem histórica - no regime militar o governo era onipresente, não havia como escapar a seus ditames; a segunda, de ordem prática - a sociedade, diferentemente dos prefeitos, vereadores e deputados, não tem assessoria de imprensa: é mais fácil, através deles, conseguir-se notícia.

“... a terceira causa é conceitual. Grande parte da imprensa e da televisão ainda confunde interesse público com interesse estatal. Limita aquele a este. É capaz de, na inauguração de uma praça, destacar o prefeito que foi lá de convidado, omitindo a empresa que doou a praça e a associação de moradores que lutou por ela. Prevalece ainda a ideologia que iguala prefeito ao interesse público e altruísta, e empresa e moradores ao interesse privado egoísta. (...)”

A sociedade brasileira e a democracia devem muito à imprensa. Vão ficar devendo, espero, mais esta: menos estado e mais sociedade nos jornais e televisão.” (Gife, 1994c)

Mas não é só a imprensa preocupada com o acompanhamento dos novos rumos daquilo que está sendo chamado de ‘terceiro setor’: a Fundação Getúlio Vargas, tradicional escola superior de Administração de Empresas, originalmente em parceria com o próprio GIFE, desenvolve cursos de formação de administradores do terceiro setor. A idéia é inicialmente desenvolver pesquisas na área, verificar a demanda e, no curto prazo, implantar curso de pós-graduação destinado aos quadros das organizações sem fins lucrativos – empresariais ou não.

A notícia mais importante do número 4 do boletim (Gife, 1995) fica por conta do processo de sua formalização - exatamente por causa dela, as discussões anteriores a respeito do melhor termo que qualificasse corretamente suas ações, as enquetes sobre as atividades dos associados, etc. a partir do qual pudessem ser qualificadas de forma homogênea. O GIFE institucionalizou-se depois de três anos de existência.

Ana Maria Wilhelm, Secretária Executiva da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, assina artigo sobre o próprio GIFE. Segundo a autora, a motivação do artigo vem pelo “momento histórico em que vivemos no País e fora dele, com relação à organização e à proliferação do chamado Terceiro Setor.” Acentua ainda os progressos alcançados pelo GIFE que, uma vez formalizado, pode planejar melhor suas ações, e profissionalizar indivíduos que se dediquem exclusivamente às ações do GIFE. E acrescenta:

“Justamente porque estamos fortalecendo a nossa entidade de grupo, sinto a necessidade de aprofundar questões como a relação Estado-Sociedade Civil, e dentro

do universo sociedade civil a relação das fundações, empresas e institutos de iniciativa privada com as entidades sociais, especialmente as organizações não governamentais sem fins lucrativos - ONGs. (...)

Fico perguntando o quanto nosso trabalho é resultado de uma nova mentalidade empresarial ou resultado de atitudes individuais de cidadãos à frente das empresas. Estamos falando de investimentos sociais resultados de uma postura empresarial ou de iniciativas pessoais?

Sinceramente acho que estamos falando das duas coisas, mas seria mais interessante conhecer um pouco mais sobre este assunto para termos uma noção mais precisa sobre o que representamos. Especialmente porque isto tem reflexo direto sobre as ações de investimento social.

Por exemplo, me pergunto quantos de nós temos clareza até onde deve ir a ação do Estado e onde começa a nossa intervenção, especialmente nas áreas sociais como saúde e educação.

Esta clareza precisa de esferas precisa ser elucidada por exemplo para que possamos atuar no mundo da legislação fiscal de estímulo aos investimentos sociais.” (Gife, 1995)

A Fundação Abrinq, diferentemente das demais organizações empresariais, vem desde então participando de forma sistemática de órgãos como o *Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil*, que reúne representantes do governo, de trabalhadores, de empresários e outras organizações. Aquelas empresas que se candidatam a receber o selo “empresa amiga da criança” devem não só garantir a inexistência de trabalho infantil no produto (da empresa ou de seus fornecedores) e contribuir, inclusive com recursos, para a formação e consolidação dos Conselhos da Criança e do Adolescente. A interface com instâncias governamentais deliberativas (os Conselhos estão vinculados aos executivos municipais, estaduais e federal) é um dos quesitos para que a uma empresa possa ser atribuída a certificação.

Leilah Landim é referência em se tratando primeiro de filantropia, depois de terceiro setor. Em estudo de 1993, Landim faz um histórico sobre o desenvolvimento das organizações sem fins lucrativos no Brasil, desmistificando ao menos parcialmente sua desimportância pretérita e sua novidade presente, indicando a necessidade de maiores estudos para que tal tipo de afirmação possa ser feita. Já no início, questiona a possibilidade de pensar uma categoria capaz de agrupar tão distintas organizações: são pequenas mas o âmbito de sua atuação pode ultrapassar fronteiras nacionais; vão da arte e cultura ao feminismo; de museus e universidades a abrigo de indigentes;

são mercado de trabalho e voluntariado: “De natureza privada, não são empresas; atuando em benefício público, não são órgãos do governo. São as chamadas organizações sem fins lucrativos.” (Landim, 1993:5)

No caso dos EUA, a referência que Landim mais usa, o *non profit sector* está mobilizando muita pesquisa: eram, em 1993, 26 centros especializados no estudo da filantropia, que adquiriu *status* acadêmico bastante recentemente. Este conjunto de organizações tem aliados e adversários: uns, vêem-nas como possibilidades de valorização de espaços de manifestação de pluralismo; outros, como pontas de lança de políticas neoliberais, agentes de governos a serviço do desmonte do Estado.

No debate brasileiro, lembra Landim, deve ser levado em conta um Estado centralizador - mas ineficiente e excludente em suas políticas sociais. O processo de democratização coincide com uma crescente marginalidade de grandes contingentes da população. Aqui (diferentemente da realidade norte americana) ainda não há o reconhecimento de um *terceiro setor* em debates acadêmicos ou políticos, discute-se apenas o pano de fundo: crise Estado, neoliberalismo, aumento de pobreza, transformações na cena mundial. Muito recentemente se fala em *setor voluntário, filantropia, sem fins lucrativos*. No Brasil, “ONG” é um termo que começou a ser usado em meados dos 80. Seu registro legal não tem qualquer distinção de outra associação.

Alguns parágrafos são dedicados à filantropia empresarial, inserida no item “tendências e debates recentes”. As razões para o tema estar no debate referem-se basicamente à mobilização de recursos: o Estado não se apresenta como sócio muito promissor e as agências de cooperação internacional estão mais focadas ao Leste Europeu. Landim menciona o estudo da Arco (Arco, 1993), mostrando que este assunto só nos últimos anos teria sido destacado. Historicamente, os “homens de bem” fizeram filantropia através da igreja. Nas últimas décadas, setores empresariais foram ativos colaboradores do regime militar, reforçando a distância entre associações civis e empresas privadas. Landim encampa o argumento da ARCO (1993) e reafirma que “a retórica ideológica vem perdendo terreno para uma procura mais aberta e pragmática de soluções.” (Landim, 1993:41)

A questão que se coloca é até que ponto as organizações da sociedade civil estariam se aproximando mais dos recursos disponibilizados por empresas e associações empresariais. Neste

ponto, vale a observação da própria Landim: tratá-las como um todo pode levar a equívocos homogeneizadores. Ainda que organizações que funcionam com recursos advindos da iniciativa privada tenham crescido quantitativa e qualitativamente, não podemos daí depreender que deixam de existir antagonismos ideológicos entre a lógica da iniciativa privada e organizações da sociedade civil.

CAPÍTULO 2. DISCURSOS

FIESP: emblema de uma década

Na década de 80 o tema da responsabilidade social da iniciativa privada vinculava-se à figura do empresário e estava restrito aos muros da empresa, ainda que temperado por discursos políticos mais gerais. De Mário Amato a Piva, no entanto, o discurso social da FIESP vem se alterando sobremaneira: inicialmente num tom mais agressivo, que cobrava um Estado com uma atuação concernente às suas funções inalienáveis (segurança interna e externa, garantia de direitos básicos do cidadão), deixando o econômico à iniciativa privada; por fim, assegurado o processo de privatização, temores sobre a sucessão presidencial afastados, a FIESP passa a admitir possibilidades de parcerias, inclusive as estabelecidas para além do chamado Sistema “S”. No período de Carlos Eduardo Moreira Ferreira (1992-1998), a FIESP teve uma atuação menos destacada, e voltou às manchetes de jornais com Horácio Lafer Piva, que ainda a preside. Piva tem um discurso mais social-democrata e menos neoliberal, afirma a importância das questões sociais e associa-as à própria dinâmica econômica. É sobre estes discursos, que podemos segmentar como anti-sociais no período Amato, sociais em sua dimensão educacional voltada para o consumo empresarial na gestão Moreira Ferreira e político-sociais com Piva que trata este primeiro subcapítulo.

Mário Amato: empresário responsável é empresário eficiente

Em palestra proferida na FIESP em 12 de fevereiro de 1987 intitulada “Responsabilidade Social do Empresário”, Mário Amato abre com sua trajetória de empresário:

“Tenho pautado, realmente, minha vida ao trabalho. (...) nada se faz sem esforço, sem dedicação e sem aquela força interior de fazer alguma coisa, não só para si. Porque quando se é beneficiado por Deus de possuir essa flama de comunicar, de fazer obras, como um pedreiro de Deus (...) o fato é que esses homens edificam uma verdadeira nação. E para se construir uma verdadeira nação, principalmente no capitalismo moderno, é muito importante (...) que quando o Estado, por razões que não vêm ao caso, não atender à coletividade, à sociedade, principalmente naquilo que tange ao social, cumpre ao empresário tomar essa tarefa. E acho que essa é a nossa hora presente. (...) mesmo que não seja pelo espírito de bondade, mas pelo próprio espírito de sobrevivência.” (FIESP/CIESP/IRS, 1987:8; grifos nossos)

Condscendente com a incapacidade de o Estado “atender à coletividade”, Mário Amato afirma que o mundo econômico não pode mais estar desvinculado do político, e precisa sua fala:

“Anti-social se torna uma empresa não eficiente, isto é, não lucrativa”³⁰. Ela é que irá à falência, provocando desemprego ou tentando valer-se de recursos extramercado para se manter. (...) Para as demais, há um nexos vital entre o lucro e o empreendedorismo econômico. (...) Lucro, portanto, é a primeira responsabilidade social do empresário da livre iniciativa: é o resultado da competência contra o risco do empreendimento.” (FIESP/CIESP/IRS, 1987:10-11, grifos nossos)

Se até um passado recente o capitalismo industrial “já ignorou quase tudo o que hoje consideramos direitos sociais legítimos”, hoje, o cumprimento a eles é, além do lucro, o primeiro passo a dar pelo empresário responsável, completa Amato (FIESP/CIESP/IRS, 1987:11). No que se traduzem estes “direitos sociais legítimos”? Basicamente, em remuneração justa pelo trabalho:

“Hoje, consolida-se a compreensão de que o empresário não deve cogitar apenas os direitos do capital, mas igualmente a justa remuneração do trabalho. Ao trabalhador deve ser assegurado o direito a um salário justo. Devemos ter consciência de que é preciso respeitar sempre mais a dignidade humana, a começar pela melhora da qualidade de vida dos trabalhadores.” (FIESP/CIESP/IRS, 1987:11)

Amato segue seu discurso apontando a importância de conviver com as lideranças sindicais, aceitando suas “legítimas aspirações”, como fazendo uma concessão aos novos tempos democráticos.

“O empresário não pode ficar alheio aos desafios econômicos e institucionais com que se defronta o País. Esse é o capitalista socialmente útil, e de sua atuação a coletividade não pode prescindir. (...) O empresário tem igualmente uma responsabilidade definida na consolidação do regime democrático (...). Promovendo o ambiente propício, pela criação de condições que assegurem o bem-estar material e a justiça social, através do melhor relacionamento entre capital e trabalho, o empresário torna-se ao mesmo tempo agente e o principal fiador da ordem democrática organizada dentro do respeito à liberdade de iniciativa. (FIESP/CIESP/IRS, 1987:12)

Não se trata, aqui, diz Amato, de considerar as questões sociais fora das atividades que são próprias à iniciativa privada (dado básico da atividade empresarial na medida em que gera lucro e, por consequência, empregos), trata-se de aprofundá-las, sendo economicamente eficiente e

³⁰ Milton Friedman, em 13/9/1970, teria afirmado algo semelhante: “A responsabilidade social da empresa é aumentar seus lucros” (“The social responsibility of business is to increase-its profits”. *New York Times Magazine*, apud SILVA, César Augusto Tibúrcio da e FREIRE, Fátima de Souza (2001) *Balanço Social: teoria e prática*. SP: Atlas (p. 9). Este argumento consta de um de seus livros mais populares, publicado no Brasil em 1977 *Capitalismo e Liberdade*: “Em uma economia livre (...) há uma e só uma responsabilidade social do capital: usar os seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo.” (116) A questão talvez seja: como e por quem as regras do jogo estão sendo decididas? Que elementos compõem essas regras? Esta é uma das questões a discutir na conclusão deste trabalho.

comprometido com as grandes causas nacionais – no caso, a “consolidação democrática”, pela qual o empresariado seria nada menos que “fiador”: a hostilidade à empresa lucrativa é uma incompreensão sobre o relevante papel que o empresário cumpre na sociedade, fecha Amato.

Roberto Della Manna, então diretor do Departamento de Cooperação Sindical da FIESP também fez seu pronunciamento, intitulado “Capital-trabalho: a importância de negociar”. Nele destaca a importância das negociações sindicais, que data em 1978, com a eclosão dos movimentos grevistas. Della Manna volta no tempo para lembrar como era tratada a questão social:

“Se a questão social em nosso País chegou a ser considerada ‘caso de polícia’, esse conceito, hoje, faz parte de um passado que nada tem a ver com o que ocorre agora.”
(FIESP/CIESP/IRS, 1987:19)

Mário Amato permaneceu na presidência da FIESP de 1986 a 1992. Em artigo intitulado “Suprindo as Funções do Estado”, publicado originalmente em *O Estado de S. Paulo* (11/3/1990) e republicado na *Revista da FIESP/CIESP*³¹ em 1992, enfatiza a importância da eficiência da iniciativa privada contra a ineficiência do Estado para gerir empreendimentos sociais (no caso, escolas) usando, para isso, palavras do próprio Governador do Estado, na época Orestes Quércia:

“Vocês, da iniciativa privada, são capazes de reformar as escolas com metade dos recursos e do tempo que o Estado gastaria.” (Orestes Quércia, *OESP*, 11/3/90)

Segundo Amato, os empresários e entidades de classe há algum tempo contribuem para atenuar os problemas sociais do Brasil: “...já que o Estado não cumpre suas funções fundamentais, prestando serviços de baixa qualidade à população.” Dentre as ações sociais empresariais, menciona um investimento de US\$ 1 milhão da FIESP/CIESP/SESI para a TV Cultura (programa *Rá-Tim-Bum*), o “Projeto Cem”, que viabilizava 60.000 casas para trabalhadores de baixa renda do interior do Estado, com parceria entre prefeituras, empresários e CEF (financiamento em até 25 anos), dinamizando a construção civil e estimulando a desconcentração industrial, já que a área metropolitana da capital teria problemas mais do que suficientes. Cabe destacar que Mário

³¹ Grande parte das revistas era dedicada a artigos de Mário Amato originalmente publicados em jornais de grande circulação.

Amato refere-se aqui a investimentos - ao menos em parte, públicos - cuja aplicação é intermediada por organizações empresariais³².

Carlos Eduardo Moreira Ferreira: ao Estado, o social. Mas os empresários podem ajudar

Nos anos seguintes, já com Carlos Eduardo Moreira Ferreira na presidência da FIESP (cargo que ocupou entre 1992 e 1998), as questões sociais começam a ter um foco mais voltado para o tema educação. Ainda em 1992 a FIESP defende a idéia da criação de um “*voucher-educação*” para crianças de 5 a 15 anos para, com ele, poderem escolher uma escola-pública ou privada.

A primeira edição de 1993 da *Revista da Indústria* tem como tema de capa educação, mas internamente o número é dedicado em maior parte ao contrato coletivo de trabalho. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, em artigo intitulado “Educação é responsabilidade de todos”, afirma:

“Há algum tempo, educador era sinônimo de professor; hoje, com 4 milhões de crianças fora da escola, somos todos nós.” (FIESP/CIESP, 1993a)

A defesa da privatização, já presente em Amato ainda que mais enfaticamente como defesa à eficiência da iniciativa privada, é reforçada nos discursos de Carlos Eduardo Moreira Ferreira em meados de 1993. Na *Revista da Indústria: Nova Série* (1993b), que tem como tema de capa *Privatização: opção pela modernidade*, publica o artigo “A lógica da privatização”, que de forma mais ou implícita está no fundo de vários dos discursos destes anos:

“A privatização não é uma questão ideológica, mas de racionalidade econômica para salvar o Estado, cuja redução o tornará mais sólido e capaz de cumprir suas finalidades.” (FIESP/CIESP, 1993b)

Carlos Eduardo Moreira Ferreira reforça o argumento pró-privatização defendendo a idéia segundo a qual é por tratar de assuntos privados que o Estado deixou de cumprir suas funções sociais:

“A empresa privada passou a exercer tarefas típicas de governo, assumindo a

³² Relativamente aos recursos do chamado *Sistema S* (Senai, Senac, Senat, Senar e Sebrae) a Receita Federal esclarece: “A concepção dessas contribuições criou uma situação ímpar em que, embora as receitas delas resultantes sejam cobradas e arrecadadas por órgão do serviço público federal (no caso, o INSS), a arrecadação obtida é integralmente repassada a entidades cuja administração não é diretamente vinculada ao governo. Em outras palavras, não obstante tais contribuições decorram da legislação federal e sejam coletadas pela União, os recursos arrecadados não se destinam a atender à programação financeira do Estado.” (www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao)

responsabilidade pela oferta aos seus funcionários de serviços médico e dentário, transporte, previdência social e até alimentação. (...) Traduzindo: o desmantelamento do Estado aumentou o ônus social do setor privado. Devemos ser o caso único de um país onde os serviços essenciais foram elitizados como resultado de uma política desenvolvimentista. Só o investimento público poderia trazer alguma mudança significativa no plano social. (...) o que o governo não pode fazer mantendo empresas ineficientes e deficitárias.” (FIESP/CIESP, 1993b:10-11)

Educação: o destaque social

Em meados de 1993, a *Revista da Indústria: Nova Série* é dedicada a divulgar o primeiro ano da presidência de C. E. Moreira Ferreira na FIESP, através de seus discursos e pronunciamentos. Em sua posse (5/10/1992), afirma que a modernidade requer mão-de-obra qualificada:

“É certo que a função de dar educação aos jovens é do Estado. Mas, diante do quadro atual e das exigências do Brasil do presente, insistir comodamente nessa posição seria simplesmente ignorar o problema. Se não atuarmos com mais rigor na área de educação formal poderemos estar comprometendo irremediavelmente o nosso projeto de modernização industrial.” (FIESP/CIESP, 1993c: 44-46)

Para Ferreira, fortalecer sistemas educacionais semelhantes aos do Senac e Senai seria uma solução. As bandeiras de sua gestão são “mudanças, modernização e educação”. Mais uma vez referindo-se a educação, compara o Brasil a outros países: nos desenvolvidos, segundo a Revista, a força-de-trabalho tem 11 anos de estudo; na Ásia, a média é de 7; e no Brasil, 4. Mais uma vez a colocação do empresariado como aquele que “socorre” o governo: “[há] disposição do empresariado de assumir funções que o governo deixa de cumprir.”

Em 13/7/93, em pronunciamento intitulado “O Empresário e a Educação” na *VI Reunião de Presidentes de Organizações da Ibero America* cujo tema central é “Formação Educacional e Educação Básica: a responsabilidade dos empresários”, define educação como sendo composta por ensino básico e formação profissional. Educação é importante por ser a mola mestra do desenvolvimento econômico e social para aumentar a produção e “por uma questão de cidadania”. Na década de 40, afirma Moreira Ferreira, a OIT defendia a formação profissional como preparação do homem para ocupar um posto de trabalho enquanto para a Unesco a educação deveria estar voltada para a capacidade intelectual do homem, sem se preocupar com sua motivação para o trabalho produtivo. Em 1975, segundo a recomendação 150 da OIT, subscrita pela Unesco, a formação profissional é considerada “processo educacional de

desenvolvimento de recursos humanos capaz de promover mudanças e impulsionar o progresso.”

Daí, conclui Ferreira: o homem passou a ser concebido enquanto profissional, cidadão e pessoa:

“Hoje, tudo é educação (...) Elevados níveis de educação e de qualificação são requisitos não apenas para o bom desempenho profissional, mas formam a base do progresso técnico num sentido mais amplo, uma vez que a sociedade tecnológica depende de consumidores esclarecidos e cidadãos adaptáveis. (...) Não há futuro para países que não solucionarem a questão educacional.”

A solução à crise é de responsabilidade não somente de Estado, afirma Ferreira. Uma vez que este se mostrou ineficiente, mas de toda a sociedade. O empresariado, juntamente com outros segmentos sociais, precisa encarar de frente esse desafio. O fato de Ferreira admitir que o empresariado possa colaborar com o Estado não significa, em absoluto, que acredite que o empresariado faz pouco, senão que o Estado sequer o que deve fazer, faz:

“Cuidar da educação e gerir a escola não é a missão primordial do empresariado. Longe estamos de propor que possamos resolver o problema educacional do País. No entanto, acreditamos que a participação, o envolvimento e a própria mobilização são fundamentais para o equacionamento e superação do problema.

Em primeiro lugar, por questão de sobrevivência. Não há como competir sem pessoal educado e qualificado. Em segundo, porque é imprescindível buscar novas idéias, experimentar soluções alternativas, encontrar caminhos que suplementem a ação do poder público.”

As fontes de recursos estariam no salário-educação (2,5% sobre a folha de pagamentos) e no próprio sistema “S”. O SESI em 1992 teria 591.000 matrículas no ensino fundamental; o SENAI, 869 unidades por todo o país, com 1.760.000 matrículas em cursos e treinamentos para menores aprendizes e trabalhadores industriais. Por quê são competentes tais instituições, questiona Ferreira: “Porque, em lugar de ficarem atrelados a ministérios ou deixadas à deriva, foram colocadas sob responsabilidade de quem ‘toma conta do caixa’ e ‘consome o produto’, o empresariado, ou seja, as federações da indústria e do comércio.”

Apesar da FIESP admitir possibilidades de parcerias com escolas da rede pública, não lhes deu qualquer seguimento. Sua congênere mineira, a Fiemg – Federação das Indústrias do Estado

de Minas Gerais, desde 1994 incentivou convênios entre iniciativa privada e escolas das redes estadual e municipal, voltadas para a melhoria do ensino fundamental³³:

“Grandes empresas mineiras decidiram incluir a educação em seu planejamento estratégico. Cerca de 300 mil alunos da rede pública de Minas Gerais [10.000 escolas, das quais 6.500 estaduais] estão sendo assistidos, direta ou indiretamente por programas de apoio representados por quase mil parcerias empresa-escola.

O conselheiro [de educação] da Fiemg afirma que a chamada ‘empresa parceira’ ou cidadã, está desenvolvendo suas estratégias de educação a partir de uma motivação não só social, mas também empresarial, ao se entender que a competitividade das empresas depende da sociedade³⁴ onde está inserida. (...)

O objetivo não é apenas a simples ‘adoção’ de escolas, baseada exclusivamente em apoio financeiro. Não é apadrinhamento nem filantropia. Precisa haver comprometimento mútuo com os resultados e envolver a comunidade.” (*Gazeta Mercantil*, 7/1/1998:A-6)

O trabalho em destaque na reportagem é o da Acesita em Timóteo/MG. A Fundação Acesita³⁵, que existe desde 1994, recebeu em 1998 o Prêmio Eco, da Amcham pelos investimentos que tem realizado no município. Um deles, que de acordo com a reportagem [de janeiro de 1998] tinha consumido R\$ 920 mil, treinou 900 professores e beneficiou 18 mil alunos.

“A empresa não vai querer buscar mão-de-obra em Belo Horizonte no futuro próximo. Acreditamos que os problemas de natureza social poderão se tornar no futuro próximo problemas de ordem econômica.” (Wilson Brumer, presidente da Fundação Acesita, *Gazeta Mercantil*, 7/1/1998:A-6)

Em 1996, a Confederação Nacional da Indústria – CNI elaborou o documento *Competitividade: propostas de empresários para a melhoria da qualidade da educação*, no qual educação deixa de estar tão fortemente atrelada ao universo da produção, e se vincula ao “(...) fortalecimento da cidadania, da construção permanente da democracia, da geração de bens e serviços, do bem-estar e da realização integral das pessoas – é uma questão de interesse nacional, para a qual devem

³³ O site da FIEMG mantém a área *Cidadania Empresarial* na qual consta um “Banco de Projetos” que consultei em janeiro de 2001. O único projeto disponível é da Fundação Ioschpe, na área de educação.

³⁴ A noção de sociedade da maioria dos discursos aqui apresentados apresenta-se como uma somatória de comunidades.

³⁵ Talvez a Acesita seja um caso exemplar de “responsabilidade social empresarial” pós privatização: demitiu milhares de funcionários, criou uma fundação e tem patrocinado vários empreendimentos/cooperativas com base no trabalho com a matéria prima aço.

convergir e da qual devem participar todos os segmentos da sociedade.” (CNI:1996, apud Ganz, Sochaczewski e Mattar, 2000:15)

Ação social quantificada: discursos sobre práticas

É de 1994 a primeira pesquisa da FIESP sobre a atuação social dos empresários paulistas, que indicava a educação como o principal foco das ações. Foram enviados questionários à totalidade das grandes empresas e aplicada uma amostra de 25% sobre as de médio porte (100 a 499 empregados), totalizando 1730 questionários com retorno de 857 (49,5%), “que coletaram informações sobre os benefícios sociais (excluídos os benefícios obrigatórios) oferecidos a empregados, familiares e à comunidade em geral.”³⁶ De acordo com a FIESP, as respostas indicavam que “apenas 6 não prestavam nenhum atendimento social. Das 851 empresas que empregavam 574.473 pessoas, 504 tinham programas sociais para empregados e familiares, e 374 atuavam também junto à comunidade. Isso demonstrava que praticamente todas as médias e grandes indústrias de São Paulo ofereciam benefícios a seus empregados, 60% inclusive a seus familiares, e 40% desenvolvem ações na comunidade.” (www.FIESP.org.br)

Pesquisa semelhante foi realizada em 2001, agora aplicada ao universo dos associados da CIESP (ou seja, incluindo pequenas empresas), promovida pelo Núcleo de Ação Social da FIESP. A pesquisa é segmentada por porte de empresas, havendo para cada item uma média, cuja construção não é esclarecida.

No segmento grandes empresas, 84% disseram atuar em ações sociais; dentre as médias, 69%; nas pequenas, 57%, totalizando uma média de 65% de empresas que dizem ter algum tipo de ação social. Agregadamente, 65% realizam doações a organizações/programas conduzidos por terceiros. A grande maioria das empresas (84%) declaram realizar ações sociais através de doações, porcentual que cai conforme o porte: das grandes, utilizam essa forma 69%. Destes 84%, 47% doam recursos para a APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (47%).

³⁶ Um dos vieses de pesquisas deste tipo está associado à própria amostra: é razoável supor que apenas as empresas que realizam algum tipo de ação social tenham algum interesse em respondê-la. Não há qualquer informação relativa à confirmação das informações fornecidas pelas empresas às quais foram enviados questionários. Pesquisa semelhante realizada pelo IPEA incide em problema similar. Ver IPEA (2000). *Ação social das empresas no Sudeste: quem são, onde estão*. Além disso, as perguntas colocadas nem sempre são entendidas pelo respondente da mesma forma que o pesquisador. Para uma reflexão sobre pesquisas deste tipo, ver de Pierre Bourdieu (1987) “A opinião pública não existe”.

A Fundação Abrinq, por exemplo, tem 14% de menções, e a AACD, (17%). “Outras” é uma categoria que concentra 70% das menções³⁷.

Quanto ao tempo de atuação, 70% dizem atuar há 5 ou mais anos, com algum destaque para as grandes, mas sem grande diferença em relação às pequenas (76% e 67%, respectivamente). As finalidades às quais se dirigem os projetos incluem Educação (53%), Saúde (50%) e Alimentação (42%). A criança é o grande beneficiário (65%), seguido pela “comunidade” (51%).

Os resultados (para as empresas) concentram-se em *ficar mais conhecida na comunidade* (45%), *despertar nos funcionários a vontade de desenvolvimento de trabalho voluntário* (26%) e *melhorar a relação patrão empregado* (22%).

Um dado pode surpreender: 73% das empresas declaram não divulgar as ações sociais que realizam. Este dado pode ser ponderado quando se analisam os resultados por porte de empresa: das pequenas, não divulgam suas ações 88% e das grandes, 60%. Além disso, não sabemos o que cada respondente entende por divulgação³⁸, apesar da pergunta seguinte, por exclusão, dar algumas indicações. Dos 27 % que afirmam divulgar ações sociais, 75% fazem-no através de boletins internos, 32% em boletins ou jornais para o público externo, 17% em *home page*, 15% em Balanço Social (que não sabemos se divulgado ao grande público³⁹). Cabe lembrar, ainda, que existem vários *sites* que se dedicam a divulgar ações sociais, de empresas privadas e outras de organizações – cuja atividade fim é exatamente realizar ações sociais e/ou comunitárias. Outro dado relevante: 57% autorizam a FIESP/Ciesp a divulgar seu projeto social – 43%, não, dado que sobe para 75% em se tratando das grandes. Uma possibilidade de leitura deste dado, diferentemente do que sugere a interpretação da FIESP (as empresas não querem divulgar suas ações sociais), é que as empresas, elas mesmas, querem se responsabilizar pela divulgação de suas atividades.

³⁷ As porcentagens, que totalizam mais de 100%, quantificam individualmente várias alternativas por respondente.

³⁸ O jornal *Diário de S. Paulo*, de 11/1/2002, divulgou uma pequena nota que poderia ser entendida como uma forma de divulgação: “A Parmalat não divulga as ações sociais que realiza”.

³⁹ Realizei pesquisa em vários *sites* sobre balanços sociais disponíveis. São raros os que estão disponíveis. Frequentemente o que existe são descrições de ações sociais não quantificadas nem quantificáveis em termos de valores dispendidos ou público alvo. Os próprios *links* do *site* Ibase para balanços sociais de empresas que adotam seu modelo na maioria das vezes apenas remetem à empresa, não a seu balanço.

Nas considerações finais, a justificativa às ações, associando a “figura institucionalizada do voluntário” à “dificuldade do Estado em garantir os programas sociais, que vão desde o atendimento à saúde, educação, até à capacitação do pleno exercício da cidadania.” Este tema vai aparecer no artigo de Eliane Belfort, do NAS – Núcleo de Ação Social da FIESP, de forma mais desenvolvida, que trataremos a seguir.

A gestão Piva e o NAS – Núcleo de Ação Social

O NAS – Núcleo de Ação Social da FIESP existe desde 1999, mas seu papel dentro da entidade ainda não está claro. Horácio Lafer Piva⁴⁰ afirma que estão estudando qual a melhor atuação do Núcleo:

“Se o que deveríamos fazer é contratar um grupo de especialistas para orientar esse pessoal da FIESP que já tem trabalhos; se devemos continuar os instigando e induzindo a fazer trabalhos; ou se o nosso objetivo é abraçar causas que já estão aí no mercado e apoiá-las financeiramente.” (Entrevista de Horácio Lafer Piva à *Revista Educação*, Edição 247, Nov/2001)

Na mesma entrevista (que não está disponível no site da FIESP), Piva, questionado sobre o que o empresariado tem feito pela melhoria da educação, apresenta uma mudança de concepção do que seria o papel do empresariado:

“O tema educação entrou na agenda do empresariado nacional nos últimos anos. (...) parte da nossa visão viciada talvez tenha nascido porque considerávamos essa matéria responsabilidade do Estado e, por isso, nós deveríamos cobrar dele uma melhor efetividade, sem abraçar causas. Nos últimos anos, ficou claro que a coisa não é por aí e passamos a ter preocupações dentro de um novo espectro, desde a preocupação social até o pragmatismo de termos uma mão-de-obra cada vez mais multifuncional para a indústria.” (Entrevista de Horácio Lafer Piva à *Revista Educação*, Edição 247, Nov/2001)

Mas Piva não se atém à educação pelas necessidade requeridas pela produção industrial: a pobreza tornou-se visível, está nos sinais de trânsito de qualquer cidade e a sociedade é por ela responsável:

“Nós paramos na rua, vemos um garoto e sabemos que faria diferença se ele estivesse

⁴⁰ Piva, com 44 anos, presidente da FIESP desde 1998, é apresentado como um jovem com um estilo diferente de seus antecessores: gosta de mergulhar, de andar de moto (tem uma Yamaha V-Max 1200 cc), estudou um ano e meio de cozinha japonesa, fez um curso de culinária francesa; ouve Mozart e Jimmy Hendrix (entrevista disponível em www.fiesp.org.br).

na escola. Somos assaltados no sinal e sabemos que a culpa não é do garoto e de seus pais, mas da sociedade, da elite que de alguma forma não soube cuidar desse garoto. A culpa é nossa. (...)

Se tratarmos apenas de educação para o trabalho vamos construir uma sociedade de robôs.” (Entrevista de Horácio Lafer Piva à *Revista Educação*, Edição 247, Nov/2001)

Em outro artigo, intitulado “Parceria Total” e publicado no site, Piva (que é conselheiro do Comunidade Solidária) afirma que o universo das lideranças coletivas o fez perceber mais claramente o valor do voluntariado⁴¹,

“...um valor que faz bem ao espírito, afetando diretamente executivos e funcionários, e que soma um novo significado às operações usuais da empresa. Há benefícios em termos de melhora imediata no moral das pessoas envolvidas num esforço altruísta, refletindo-se sobre os níveis de engajamento e de entusiasmo demonstrados pelos funcionários da empresa.” (Horácio Lafer Piva, “Parceria Total”, disponível em www.FIESP.org.br)

No final de 2001, a FIESP introduz na sua pauta a questão ambiental. Piva anunciou em novembro a criação do *Prêmio FIESP SOS Mata Atlântica de Educação Ambiental* e do *Programa FIESP-SOS Eco Cidades*, que pretende fornecer aos municípios alternativas de desenvolvimento em áreas de proteção ambiental:

“O aumento da participação de empresas e cidadãos na luta pela preservação ambiental é a nova meta do trabalho da entidade. Uma das medidas anunciadas foi a criação, em parceria com a ONG Conservation International, de um fundo nacional de incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). O fundo, que custeará despesas de proprietários a fim de incentivá-los a proteger suas áreas, já dispõe de 500 milhões de dólares e pode chegar a 1 milhão de dólares até fevereiro de 2002.” (IndusNet, *Notícias*, 23/11/2001, www.FIESP.org.br)

A FIESP mantém uma área intitulada “Responsabilidade Social” em seu site. A área contempla uma *Cartilha de Incentivos Fiscais* elaborada com a Prefeitura Municipal de São Paulo (gestão Marta Suplicy/PT), alguns artigos e pesquisas. Na abertura, a definição do que seria responsabilidade social, diferenciando-a de filantropia:

⁴¹ Como Ano Internacional do Voluntariado, 2001 foi um ano em que as reportagens sobre o tema mereceram bastante espaço, como o encarte especial da *Folha de S. Paulo*, 1º/4/2001, “Voluntariado”; antes de 2001 temos a *Exame*, de 22/4/98 com matéria de capa “Fazer o bem compensa?”; *Você*, Dezembro de 2000, “Você é do bem? Profissionais que doam dinheiro ou conhecimento para boas causas já são mais valorizados pelas empresas”, dentre outras.

“Ter responsabilidade social é incorporar valores éticos ao processo de decisões nos negócios, cumprir a legislação e respeitar as pessoas, as comunidades e o meio ambiente. A divulgação eficiente dos princípios adotados e das práticas socialmente responsáveis da empresa serve ao duplo propósito de beneficiar a própria empresa destacando-a aos olhos do consumidor e aumentando sua competitividade e de contribuir para a construção de uma sociedade melhor.

Ao longo dos anos as empresas têm demonstrado vários exemplos de responsabilidade diante da sociedade, esclarecendo-se aqui a grande diferença existente entre responsabilidade social e a filantropia típica do início do século. Responsabilidade social envolve o estabelecimento de relações duradouras que beneficiem a todos.”

Quanto à abrangência de tais relações, elas vão crescendo em círculos concêntricos, de dentro para fora da empresa:

“... [com] a qualidade de vida dos funcionários da indústria e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo.”

Na seção *Artigos*, um título (“A responsabilidade social é um bom negócio?”) reforça os principais alvos de “uma organização ética e com responsabilidade social”. Nele podemos ver os três elementos que compõem a idéia de responsabilidade social da FIESP: clientes, funcionários e fornecedores:

“Uma organização ética ganha confiança do mercado e, no cenário atual globalizado a reputação e confiança são grandes vantagens competitivas. As organizações confiáveis atraem a lealdade de clientes, que deve ser um dos fatores mais procurados em qualquer relacionamento. Quanto custa recuperar um cliente perdido e ganhar um novo?

Internamente uma organização ética e com responsabilidade social possibilita a criação de um ambiente que suporta e estimula a criatividade e a ausência de medo para assumir responsabilidades, podendo responder mais rápida e eficientemente às demandas dos clientes. Quanto as organizações estão perdendo com as táticas que seus funcionários usam para proteger-se motivados pela falta de transparência da alta direção e de confiança na gestão empresarial?

As parcerias, tanto com fornecedores como com clientes, são cada vez mais necessárias para o alto desempenho e bons resultados; as organizações éticas e confiáveis atraem e conseguem relacionamentos com os melhores parceiros existentes no mercado. Qual o valor de um fornecedor confiável e ético? ” (www.FIESP.org.br)

Ainda na seção *Artigos*, em palestra feita por Eliane Belfort, do NAS, em seminário comemorativo dos 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA realizado em Ribeirão

Preto/SP, o desenvolvimento do assunto assume contornos mais complexos, retomando a idéia de pacto social, do Estado como formulador de políticas e, mais importante e até surpreendente para alguém que fala pela FIESP, a necessidade de subordinar a *lógica do mercado ao interesse público*:

“A concentração do poder econômico, seja no internacional ou no nacional, ao lado da fragilização do papel regulador do Estado, compromete profundamente os mecanismos da ordem democrática. Neste contexto, a responsabilidade pela garantia da coesão social é transferida para as empresas e entidades sem fins lucrativos, que em aliança teriam o papel de amenizar os efeitos socialmente perversos da lógica do mercado.

(...) Na lógica mercantil globalizada, que hoje predomina, o papel das empresas e do 3º setor é de promover o alívio da pobreza, e de suas seqüelas, mas dentro deste escopo sua ação é tão limitada quanto são os recursos destinados a esta tarefa.

Porém, (...) o desenvolvimento humano sustentável depende da construção de uma nova ordem institucional, capaz de subordinar a lógica do mercado à regulação do interesse público. Para isso é preciso revigorar e aprofundar os mecanismos democráticos de controle sobre o conjunto das atividades sociais, aí incluídas a economia e a ação do Estado.

Penso que esta questão não se define a partir dos interesses corporativos, de uma fundação empresarial, de uma empresa, de uma ONG, ou de sindicatos. Ela tem de se definir pelo interesse público. (disponível em www.FIESP.org.br, seção *Artigos*; palestra de Eliane Belfort, do NAS/FIESP, em seminário comemorativo dos 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; grifos nossos)

A FIESP atualizou seu discurso: daquele de Amato que afirmava *ao estado, o social* passou progressivamente a admitir parcerias, apoios e ajudas, até à idéia de um programa específico, cujo formato ainda não se delineou: pode contemplar apoios aos programas já em curso, apoio a novos, desenvolvidos por seus associados, ou simplesmente manter-se como “central de informações”, divulgando e avaliando o que está sendo feito. Para além disso, afirma publicamente a necessidade de empresas privadas, organizações da sociedade civil, sob a coordenação do Estado, estabelecerem estratégias de desenvolvimento e de superação da pobreza e da exclusão.

As limitações da FIESP estão patentes nos discursos de seus três últimos presidentes, ainda que enfática e explicitamente apenas no discurso de Eliane Belfort: sem uma “nova ordem

institucional” que subordine ao interesse público os interesses privados, a questão social jamais será equacionada.

PNBE: prioridade social é educação

O PNBE, entidade fundada sobre o discurso que a FIESP veio a ter nos anos Piva, sempre teve um discurso que podemos qualificar como social-democrata. Suas preocupações com o acirramento da democracia está em todos os seus discursos, e sua preocupação com o social, notadamente com a educação, idem. Apesar disso, como instituição não conseguiu levar adiante nenhum projeto social de maior fôlego, sendo essa tarefa realizada por alguns de seus associados. Sobre suas propostas trata este subcapítulo.

O PNBE como dissidência da FIESP

O PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais constituiu-se em 1987 com um grupo de empresários que, com pouco espaço no interior da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na virada da década 80-90, criam sua própria organização. Mendez (1999) atribui a formação do PNBE (assim como do IEDI, de 1989, do Instituto Liberal, de 1983, e de outras associações empresariais de menor expressão) à crise econômica e política dos anos 80, a qual teria como consequência

“(…) uma crise da representação empresarial que se manifestou sob a forma de surgimento, a partir de meados da década de 80, de uma pluralidade de organizações empresariais que marcavam distância das tradicionais federações e confederações patronais.

O nascimento dessas entidades ocorreu no marco de um esgotamento da velha estrutura representativa. Tanto o PNBE como o IEDI surgiram no interior dos sindicatos patronais e da FIESP, primeiramente como movimentos internos e só mais tarde como associações independentes. As duas entidades, apesar de terem objetivos diferentes, encontraram por parte da cúpula da FIESP a mesma reação de descaso ou oposição ativa, dependendo da situação. O resultado, em ambos os casos, foi o mesmo: a criação de organizações autônomas, desvinculadas da estrutura tradicional de representação do empresariado.”⁴²

⁴² Mendez, Alvaro Gabriel Bianchi (1999). *Crise e representação empresarial: as transformações do associativismo empresarial nos anos 80 e 90*. (Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais do IFCH/Unicamp, disponível em <http://br.geocities.com/agbianchi.htm>). Ver ainda MENDEZ, Alvaro Gabriel Bianchi (1999). *Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais*. IFCH: Unicamp (dissertação de mestrado sob orientação de Edmundo Fernandes Dias). O IEDI – Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial foi formalmente constituído em 1991, congregando apenas indústrias nacionais, com

O PNBE institucionalizou-se em 1990 defendendo um diálogo mais sistemático com as lideranças sindicais e partidárias da oposição e pautou nestes anos sua ação por uma certa euforia, um “espírito cívico” de resgate de ética na política, proporcionado basicamente pela campanha *Pela Ética na Política*, pelo *impeachment* de Collor, valorizando os procedimentos democráticos.

Da lista dos primeiros associados ao PNBE constam nomes como Emerson Kapaz e Oded Grajew, aos quais em 1990 somam-se Helio Mattar e Sergio Mindlin, o qual se engajou diretamente no *impeachment* de Fernando Collor. Desde 1994 o PNBE mantém o Prêmio PNBE de Cidadania, no qual já premiou personalidades como Betinho (1993), Dom Paulo Evaristo Arns e Henri Sobel (1996), empresas como Pão de Açúcar e TV Cultura (1998), McDonald’s (1999), Natura (2000) e organizações, campanhas e programas como Olodum (1993), Fundação Abrinq (1996), SOS Mata Atlântica (1999). (www.pnbe.org)

Desde 1996 é um dos mantenedores do programa “Associação Minha Rua Minha Casa”, que se iniciou quando alguns empresários, em 1994, descobem a “Sopa do Glicério”, e resolvem participar de uma ação voltada para a população de rua, melhorando as condições da preparação das refeições, através de, por exemplo, disponibilização de água encanada e construção de uma cozinha comunitária, sala para vivência e reuniões, banheiros. (www.uol.aprendiz.designsocial/mmc/homes/historico.htm)

Uma de suas primeiras publicações (1990) intitula-se *Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas*, e abre de forma pouco sutil, como lhe era característico em seus primeiros anos de existência:

“A esperança é a de que o texto consiga mostrar com objetividade todas as informações necessárias para o leitor formar uma opinião própria, induzindo-o, assim, a influenciar oportunamente a legislação. Dessa maneira, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas poderá vir a se transformar num fator dinamizador das relações capital/trabalho, e não num obstáculo ou, pior ainda, em mais um expediente burocrático irrelevante.”(PNBE, 1990; grifos nossos)

Em Outubro de 1993, em seu terceiro jornal intitulado *Pensamento Empresarial*, o PNBE publica resultados da enquete respondida por empresários a ele associados: “que nota o empresário brasileiro merece por sua contribuição social?” Numa escala de 0 a 10 os empresários deram-se

uma atuação voltada de forma mais direta à formulação de propostas de políticas industriais, com vários documentos a esse respeito, disponíveis em www.iedi.org.br.

4,7. Em edições anteriores os empresários já tinham avaliado o Congresso (3,3) e o Presidente, na época, Itamar Franco (3,7); no número seguinte (Março de 1994) avaliaram o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique, atribuindo-lhe 7,0.

“Nesta edição, os empresários quase escaparam, mas também foram reprovados: tiraram nota 4,7 pela contribuição social que prestam ao país. Na avaliação dos próprios empresários, portanto, muito ainda pode ser feito para melhorar a sua participação na solução dos problemas do Brasil.” (PNBE, *Pensamento Empresarial*, Outubro/1993c:3)

Educação como prioridade

Nos primeiros anos da década, quando educação básica de qualidade era tema da literatura acadêmica – tanto a vinculada a políticas públicas quanto a vinculada a processos de trabalhos e novas tecnologias, pauta da imprensa e demanda de empresários, o PNBE, na edição de outubro de sua publicação mensal tem por manchete de capa “Dá para salvar a escola pública? Projetos desenvolvidos pela iniciativa privada indicam que a parceria empresa/escola abre caminho para resgatar a qualidade da educação.” Na matéria, dados alarmantes sobre a educação nacional, cuja contrapartida era a apresentação, pela coordenadora da área educacional do PNBE, de algumas iniciativas empresariais.

“A produção industrial não se apóia mais naquele velho processo em que bastava ensinar o alfabeto. (...) Em todas as etapas do processo produtivo, os funcionários têm de tomar decisões, garantir a inovação, trabalhar de forma integrada. Os mecanismos de seleção das empresas valorizam o raciocínio lógico, a capacidade de resolução de problemas. Nas empresas americanas, por exemplo, a ênfase está nos conteúdos de educação geral, e não no ensino vocacional, valorizado principalmente nos anos 60. ‘Como chegar à produtividade do primeiro mundo se o operário brasileiro em geral mal sabe escrever o nome?’, questiona Célia. Ela acha fundamental incentivar a participação da iniciativa privada para acelerar as transformações. Muitas empresas já tomaram essa iniciativa, comprovando que a gestão empresarial, a serviço da qualidade no ensino, pode dar bons resultados.” (PNBE, 1993c:5)

Que iniciativas empresariais são essas? Além da da Amcham (tratada aqui no Capítulo 3), a da Porto Seguro⁴³, que adotou uma escola desde 1991 de cerca de 800 alunos de 1ª a 8ª série, e cujo apoio vai de melhorar as instalações físicas ao treinamento dos professores e à instituição de um sistema de avaliação. Além dela, é mencionada outra experiência semelhante de iniciativa da

⁴³ As entrevistas realizadas no primeiro semestre de 1994 com membros do PNBE vinculavam esta iniciativa mais à presidência da empresa, exercida por Jaime Garfinkel, que à empresa propriamente dita. A escola adotada, aliás, é vizinha a sua residência (não é próxima a qualquer escritório da empresa), e ele visitava-a frequentemente.

Natura⁴⁴, em Itapecirica, vizinha à sua unidade industrial. Na Bahia, a Ferbrasa – Companhia Ferroligas da Bahia, através de sua Fundação, destinava na época US\$ 2 milhões/ano a oito escolas de várias cidades do interior. A Fundação Abrinq, criada em 1990, ia mais longe, pretendendo assegurar os direitos básicos de cidadania às crianças. Um dos projetos que desenvolvia na época pretendia garantir recursos para que crianças sem família ficassem em instituições educacionais idôneas. Para isso, fazia campanhas junto a empresários (mas não só): US\$ 50,00/mês era o necessário para a permanência de uma criança numa dessas instituições, previamente avaliadas pela Fundação. Em propaganda, era mostrada a fotografia de um adulto, de terno e gravata, pedindo esmola, na qual se lia: “Para que as crianças não tenham que passar pela humilhação de pedir dinheiro, a Fundação Abrinq faz isto por elas.”

Outras iniciativas mencionadas não tratavam exatamente de parceria privado-público, mas de “absorção” da função pública pelo privado: a Método Engenharia levou para seu canteiro de obras uma escola de alfabetização, e o certificado por ela emitido (um curso de dois anos) era válido para o ingresso na 5ª série da rede oficial.

A proposta do PNBE (“Projeto Escola Empresa”), ia na mesma direção da proposta por Carlos Estevão Martins, com uma diferença: aos empresários que aderissem ao projeto o Estado garantiria crédito fiscal de 20% do ICMS devido. E Célia Tilkian tenta explicar:

“O empresário não quer pagar menos impostos⁴⁵. Mas, ao invés de pagar 100 para o governo, poderia dar 80 e os 20 restantes iriam para as fundações, que seria fiscalizadas pelo Estado. O importante é garantir a gestão eficaz dos recursos.” (PNBE, 1993c:6)

“Ética” é mais um elemento colocado pelo PNBE desde então: em uma nota com a trajetória profissional de Guilherme Leal (desempregado pela Fepasa, “vítima da troca de equipe que

⁴⁴ Em visita a esta iniciativa (1994), os professores da reclamavam o fato da Natura, vizinha à escola, não atender os pedidos de reforma e quererem ver – e controlar - dados relativos a aprovação/reprovação/evasão. A Natura está em processo de mudança de Itapecirica da Serra para Cajamar (a concluir em 2002) e produziu um documento (a quatro cores e com papel de ótima qualidade) relatando esta ‘parceria’, encerrando-a.

⁴⁵ Em nenhum lugar da publicação existe qualquer proposta de diminuição da carga tributária de forma direta. Há, porém, uma proposta encaminhada ao então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, por uma campanha anti-sonhegação: “Peça nota fiscal e ganhe um país.” Segundo a campanha, conforme a arrecadação aumentasse as alíquotas de impostos seriam diminuídas. Há, ainda, uma pesquisa com empresários, na qual defendem cortes nos gastos do governo, particularmente os relativos a empresas estatais. Em entrevista a Célia Tilkian, em 24/3/94, ela afirma: “A gente precisava na verdade conseguir um benefício fiscal, porque... a situação do país é... são poucas as empresas que podem investir uma parte de seus lucros em educação; e tem muita gente que tem e não quer investir.”

costuma ocorrer nas estatais quando muda o governo”, e que se tornou um dos executivos mais conhecidos da Natura) ele afirma:

“A ética (...) deve sempre acompanhar a empresa, ainda que isso traga problemas. É justamente o fato de colocar a ética em primeiro lugar que faz da Natura uma empresa de grande credibilidade no mercado. Pagar impostos muitas vezes é um ônus, já que há concorrentes que não adotam a mesma postura.” (PNBE, 1993c:8)

O Projeto Escola Empresa

De acordo com a então coordenadora da área de educação do PNBE⁴⁶, Célia Tilkian, o “Projeto de Parceria Empresa/Escola Pública para Resgatar a Qualidade do Ensino Básico” ficou pronto em 1993, foi apresentado ao governador, que gostou da idéia, mas não se pronunciou de forma mais efetiva. Foi, ainda, apresentado num evento do qual participaram Sérgio Costa Ribeiro (pesquisador), Sérgio Callegari (FDE) e Rose Neubauer (na época, pesquisadora/educadora). Depois dele, num almoço com o Ministro da Educação e, depois, com o secretário (Carlos Estevam Martins⁴⁷):

“A gente já foi lá conversar, eles não impedem que a gente faça, mas eles também não dão um caminho legal para a gente chegar na escola; agora nós estamos conversando com o secretário faz três meses; dia 6 de abril nós vamos lá de novo para ver o que ele vai responder para nós; porque essa parte do incentivo, do benefício fiscal - não é incentivo é benefício porque não é que o empresário ia pagar menos imposto, ele ia dar uma parte diretamente para a escola - isso nós não conseguimos desse governo, porque a arrecadação já está comprometida, aquele monte de papo... não tem vontade política, entendeu?” (Célia Tilkian, entrevista realizada em 24/3/1994)

Mas não eram só os órgãos públicos que manifestavam pouco mais que um interesse genérico na participação dos empresários na discussão e implementação de políticas educacionais. Mesmo dentro do PNBE não eram todos os empresários que estavam interessados na idéia de terem uma atuação mais direta nas questões sociais no país:

⁴⁶ Entrevista realizada em 24/3/1994.

⁴⁷ A Secretaria de Estado de Educação tentou, na primeira gestão Carlos Estevam Martins, mapear as iniciativas do que se vulgarizou como “parceria escola-empresa”, mas da solicitação às delegacias regionais de ensino conseguiu muito pouco. A lista a que tive acesso, no primeiro semestre de 1994, totalizava 23 experiências em todo o Estado, nas quais constava basicamente o município, nome da escola e o da empresa.

“A gente faz vários eventos para mobilizar os empresários, acontece que todo o mundo sabe que a educação está caótica, mas a educação só é conversada pelos educadores; então o que a gente está pretendendo no PNBE é que outras pessoas passem a falar de educação, que os empresários consigam perceber que a educação - tanto quanto a saúde - é muito mais importante para o desenvolvimento da empresa dele que o índice inflacionário, que eles só se reúnem para falar disso!”

Eles são muito imediatistas! (...) Se você chamar todo o mundo para discutir a URV, eles vão. Eles ainda não estão... todo o mundo sabe que a educação está ruim, mas eles ainda não entenderam a necessidade de investir na educação para melhorar o mercado consumidor, a mão-de-obra e o mercado consumidor, não é só a mão-de-obra. Agora, para isso precisa assim... é meio que uma lavagem...é uma revolução cultural que a gente quer. É uma mudança de mentalidade...” (Célia Tilkian, entrevista realizada em 24/3/1994)

Apesar da ênfase dada a educação no discurso veiculado pela entidade, a proposta de parcerias empresa-escola estava associada basicamente a duas iniciativas em andamento, às quais o PNBE queria dar amplitude, basicamente através da proximidade – física – entre as empresas e residência de empresários e as escolas:

“Uma das escolas, a da Natura, ela não é aqui em São Paulo, ela é em Itapevicirica, então é uma coisa mais bairro, a comunidade trabalha mais; a outra, é na favela de Paraisópolis - é no Morumbi, mas as crianças vêm da favela de Paraisópolis, e a Porto Seguro é longe, a escola é perto da casa do empresário... então essas coisas que a gente está vendo agora; o ideal seria passar para uma outra empresa e a Porto Seguro adotar uma mais perto da empresa; sabe, vai um pessoal do RH lá... a Natura, por exemplo: outro dia foi a moça do laboratório foi lá mostrar para as crianças porque é que tem que lavar a mão. Então ela levou um monte de lâminas e as crianças puseram o dedo (nas lâminas) e aí fez a cultura, e levou lá para eles verem...esse tipo de coisa não é uma participação só de dar dinheiro: é isso que é a coisa mais importante.” (Célia Tilkian, entrevista realizada em 24/3/1994)

A proximidade facilitava pequenos incrementos da empresa (no caso da Natura) ou do empresário (no caso da Porto Seguro) que podiam se transformar em grandes alavancas para a escola, mesmo sem implicar em qualquer investimento em infraestrutura física, a qual também não é descartada, ainda que não se constitua em atividade-fim:

“Na verdade a gente tem o nosso projeto, que eu não chamo de projeto porque não é uma coisa acabada, ele é uma orientação, porque depende da realidade da escola. Nessas duas escolas que nós estamos falando, elas são bem equipadas fisicamente; agora, tem escolas aqui em São Paulo que têm 3.000 alunos e um banheiro! Então você não pode dizer para o empresário vá cuidar só da qualidade, ele vai ter que fazer

um banheiro; não adianta você ter um manual: não faça banheiro, não cuide da vidraça...” (Célia Tilkian, entrevista realizada em 24/3/1994)

A iniciativa divulgada pelo PNBE como sendo da Porto Seguro, mas bastante referenciada a seu presidente, Jaime Garfinkel (tema que será abordado na entrevista com Isabel da Apeoesp e Maria Luiza, assessora contratada pelo PNBE), desvinculava sua ação na escola à possibilidade de incentivos fiscais:

“Mas... como ele, quantos é que eu vou achar? Então que eu consiga 100, nós temos 6.500 escolas públicas estaduais. É claro que a gente não vai adotar todas, mas a ausência de benefício vai limitar muito...” (Célia Tilkian, entrevista realizada em 24/3/1994)

Havia várias tentativas de articulações do PNBE com outras iniciativas: Oscar Motomura, da empresa de gestão Amana Key, a Câmara Americana de Comércio. Estava programado, ainda, evento com a Gazeta Mercantil e com a Unicef no sentido de alargar as possibilidades de parcerias. Já com a FIESP:

“Nós tentamos fazer um contato com a FIESP, a FIESP não quis entrar no projeto com a gente... O projeto não era só para empresários do PNBE, mesmo porque empresários do PNBE são 400, é um projeto para toda a sociedade. Agora, o Carlos Eduardo sabe desse projeto, o secretário de educação levou esse projeto para a FIESP... não é um projeto novo, não fomos nós que inventamos. O nosso projeto é uma coisa feita por idealistas... nós saímos do nosso trabalho e vamos lá trabalhar!⁴⁸ (...) A gente ia fazer um seminário que era a Unicef, a Gazeta Mercantil, o PNBE e a FIESP. A FIESP não quis participar, problemas políticos aí, né... as pessoas têm que pensar na educação, não têm que pensar em quem vai fazer. Como o projeto foi apresentado pelo PNBE, a FIESP não quer embarcar. Porque ele foi apresentado pela FIESP primeiro, mas a FIESP não deu continuidade, e o PNBE deu. Então ficou uma guerra política, que é um horror...” (Célia Tilkian, entrevista realizada em 24/3/1994)

As relações com a Apeoesp também não eram das melhores: de acordo com Célia, a recusa do sindicato em não participar de iniciativas tipo o projeto do PNBE porque eram tópicas, localizadas, residia no corporativismo da entidade. Além disso, a entidade propunha em “bônus assiduidade” aos professores que não faltassem⁴⁹, ao qual a Apeoesp se opunha radicalmente, pois dividiria a categoria. Mesmo com críticas, Célia considerava importante apoiar a campanha

⁴⁸ A entrevista foi realizada em seu local de trabalho, uma escola privada de São Paulo, e Célia Tilkian referia-se ao PNBE como local de trabalho voluntário. É desta época a contratação de uma assessoria para tratar especificamente da ponte escola-empresa.

⁴⁹ A Cummins, que veremos adiante, tinha procedimento semelhante. Aos não faltantes era dada uma cesta básica.

promovida pela Apeoesp mas com apoios de várias entidades empresariais, denominada “Educação no Centro das Atenções”.⁵⁰

“Essa campanha da Apeoesp é uma campanha de conscientização da sociedade, que eu acho que a gente tem que fazer e patrocinar... o que nós tentamos conversar com a Apeoesp, e nossas conversas foram interrompidas pela greve e não foram retomadas, é que nós não vamos conseguir resolver o problema de todas as escolas, de uma vez; então vemos tentar resolver de algumas; eu sei que é uma gota no oceano, mas se hoje a gente tiver mais 10 empresários falando de educação, é melhor que ontem, que a gente não tinha nenhum. O nosso grupo, no PNBE, nós temos certeza que a gente não vai conseguir uma enorme realização num curto espaço de tempo; o objetivo é não esmorecer para tentar cada vez... ter um efeito multiplicador. Bem ou mal, já teve duas reuniões sobre educação no PNBE, a FIESP já fez uma...” (Célia Tilkian, entrevista realizada em 24/3/1994)

A posição da Apeoesp às parcerias público-privado

Isabel, na época funcionária contratada da Apeoesp para assuntos educacionais – que marcou bem o fato de não pertencer à diretoria do sindicato e, por isso, poder emitir opiniões que não refletiriam o Sindicato, em entrevista realizada em 4/4/94, atribuiu as mesmas razões à oposição que a Apeoesp fazia à escola-padrão e às parcerias: isso apenas fracionaria a rede (na época de cerca de 6.500 escolas), elitizando algumas e mantendo em estado de penúria as demais. Pessoalmente, porém, acreditava que não se podia desprezar algo que podia melhorar algumas escolas – por menos que fossem:

“Quando chega a discussão sobre as parcerias empresa-escola, a discussão é a mesma [que sobre a escola-padrão]... eu acho que você não pode outra vez mandar às favas. Por quê? Porque se há a possibilidade de fazer alguma coisa e de se tentar um caminho... É lógico que você não pode abandonar o seu olhar crítico, você não pode perder a sua capacidade de denúncia, a briga. Mas você negar *a priori*, eu acho é complicado! Uma outra coisa: acho que há dois anos atrás teve aquela corrida dos alunos das escolas particulares para a rede pública e algumas escolas passaram a ter filhos de pais de classe média, muitas vezes até intelectualizados, que estavam mais preocupados com a realidade da escola; e muitos desses pais que pagavam, sei lá, hoje 200.000 (cerca de US\$ 250) de mensalidade poderiam dar 50.000 para a APM por mês para a escola ficar um pouquinho melhor equipada... eu acho que eu não posso mandar isso para o lixo... e o sindicato é contra, porque é um atributo do Estado

⁵⁰ A propósito da campanha e dos apoios empresariais a ela, o *Jornal da Apeoesp* (n 188/Jan 1993) afirma: “Se, por um lado, a crise econômica trouxe o desemprego, a miséria, a violência, por outro, soa o alerta mmuito maior para a nação: a necessidade de se investir em Escola Pública porque necessitam de emregados mais qualificados.” O lema da campanha era: “A educação deve ser prioridade nacional e fator estratégico para o desenvolvimento nacional.” Dela participaram a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, a FIESP, a Cúria Metropolitana, a Andes – Associação Nacional de Educação Superior, a SBPC, a CUT e a ABI.

arcar com o custeio, a manutenção, etc... do trabalho escolar.” (Isabel, entrevista realizada em 4/4/1994)

Quanto ao encontro entre PNBE e Apeoesp, Isabel expõe o que a Apeoesp teria discutido, enfatizando que projetos do tipo teriam de envolver valores materiais:

“A gente teve uma discussão com o PNBE sobre adoção de escolas e o projeto está inclusive no início... essa discussão que a gente fez, que acabou não tendo continuidade, ela dizia o seguinte: para conseguir fazer essas adoções, a Fundação - um dos modelos de adoção - buscaria a isenção de impostos. E ela [Célia Tilkian] colocou isso, pelo menos no discurso um pouco impensadamente ainda, mas queria além da coisa do salário-educação... entraria diretamente na carga total de tributos que a empresa deveria estar pagando. Isto é complicado. Por que é que isto é complicado? Porque a gente tem uma economia recessiva onde a diminuição do volume de arrecadação vai significar um bolo menor para o montante do conjunto das escolas e para aquilo que teria que ser assumido pelo Estado. Então, em detrimento do conjunto da rede, algumas escolas poderiam estar numa situação um pouquinho melhor. O que eu acho que tem um pouco o argumento do empresário por trás dessa discussão é: vou fazer sim alguma coisa, com o dinheiro que não é o meu. A minha contribuição enquanto entidade civil, ela fica a nível da boa vontade, a nível da ação, de uma abnegação, nunca a nível do financeiro...”

Eu acho que no fundo a questão é o seguinte: isso é colocado como uma alternativa à crise educacional? A Apeoesp é contra. (...) Agora, numa ação individual e tão pouco significativa como essa [Porto Seguro], eu acho que o sindicato nem se posiciona! A questão ganha um peso maior na medida em que isso é alardeado como alternativa para a questão educacional do estado de São Paulo.” (Isabel, entrevista realizada em 4/4/1994)

As contradições do discurso são explícitas e revelam os impasses colocados ao poder público e aos sindicatos que com ele se relacionam: por uma lado a Apeoesp só pode ser contra alternativas de melhoria da qualidade do ensino que não sejam uma alternativa para a rede como um todo – por isso a oposição ao PNBE naquilo que ele propunha para o futuro, cuja intenção inicial (e abortada desde logo) seria unir as várias representações empresariais e atuar diretamente em escolas próximas às empresas. Quanto às pequenas iniciativas que estavam em curso, essas podiam caminhar à vontade, porque afinal eram irrelevantes. Assim, ou o apoio do Estado é para o conjunto do equipamento público ou ele não pode ser justificável.

Além deste aspecto, Isabel expressa um certo temor de que educação signifique, para estas iniciativas, algo vinculado diretamente ao trabalho:

“Se a gente fizesse um balanço de como que a imprensa está se debruçando sobre a questão educacional, está muito mais em pauta a necessidade que o empresariado tem de formação da mão-de-obra. Se você pegar as declarações do Antônio Ermírio de Moraes, Odebrecht... se você não sabe quem é o autor você pensa que é um grande intelectual da educação... tem coisas ilustrativas de como é que o empresariado tem se posicionado nos últimos dois anos sobre a questão educacional. E sempre discutindo a coisa da qualidade, o que é que a gente precisa da escola hoje, em função das novas tecnologias, da cidadania... e a gente não sabe muito bem como é que seria a prática dessas pessoas. Eu não sei se a escola que o presidente da FIESP quer é a mesma que acadêmicos querem, que setores do professorado querem, que entidades da sociedade civil querem.

Apesar disso, eu acho que interessa para a gente sentar com esses caras, mesmo que a escola que eles querem seja diferente da que nós queremos. Porque hoje você precisa criar um espaço a nível de opinião pública, para conseguir uma pressão que oriente, que faça uma mudança de rumo nas políticas educacionais, porque você tem um histórico de luta de 20 anos, com um segmento muito restrito ao gueto educacional que não foi suficiente para gerar essa mudança de políticas. Aí você está isolado, o professor está isolado, os parceiros preferenciais têm uma ação pequena, então nós continuamos sem conseguir mudar. Então se tem mais gente com o mesmo discurso na atual conjuntura, eu acho positivo que se somem esses discursos. Então aí vem essa campanha com 10 pontos que unificam todo o mundo em torno da escola pública...” (Isabel, entrevista realizada em 4/4/1994)

Enquanto grande parte do discurso da Apeoesp se pautava por problemas alheios à escola e a seu caráter de equipamento educacional, empresariado e governo faziam planos para avaliar o ensino ministrado em sala de aula – e controlar a relação de aprendizado, a relação professor-aluno:

“A Apeoesp é absolutamente contra o estabelecimento de uma promoção salarial ligada ao nível de desempenho da escola. Ela se embasa num princípio de disputa, de concorrência entre os próprios profissionais da rede, muito semelhante à ‘produtividade’ que os trabalhadores da produção direta possuem nas empresas privadas. Os profissionais da educação não trabalham com parafusos ou máquinas, numa produção em série ou grande escala. É esta especificidade que nos distingue dos demais trabalhadores.” (*Jornal da Apeoesp*, Setembro de 1993)

O PNBE põe a mão na massa: a concepção de quem viabiliza as parcerias

A assessora do PNBE⁵¹ que realizava as pontes entre empresas que pretendiam realizar algum tipo de parceria com as escolas com receptividade a elas relativiza o discurso catastrofista do

⁵¹ AEsta assessora, contratada pelo PNBE, era remunerada mensalmente através dos dois empresários que mantinham relações sistemáticas de apoio a escolas: um de Guilherme Leal (Natura) e outro de Jaime Garfinkel (Porto Seguro). Esta assessoria durou de 1994 a 1995. Anteriormente Maria Luiza havia trabalhado no governo Erundina, na organização dos NAEs – Núcleos de Ação Educativa. Reflete, ao menos em parte, a preocupação de vários dos empresários que compunham este grupo dentro do PNBE.

poder público e do empresariado, reabilitando a importância da escola e radicalizando o significado da participação da comunidade na escola como uma concepção consequente, porque continuada no tempo e no espaço. É fortalecer a escola de dentro para fora e de fora para dentro, em processos concomitantes, que se somam:

“... a escola pública me dá muita raiva, esse jeito de lidar com os dados da escola pública... a escola pública está falida, os professores da escola pública são desqualificados, esses dados assim, generalistas! Não é um fato! As escolas públicas estão aí! Elas estão conseguindo sobreviver, existe aluno sendo aprovado, existe aluno aprendendo a ler e a escrever! Existe professor dando aula muito bem!” (Maria Luiza, entrevista realizada em 28/4/1994)

Quanto ao PNBE, ela explica seu papel e o significado de educação nela embutido:

“É uma concepção de educação que extrapola os muros da escola... hoje acho que isso está bem claro, está em políticas institucionais, a política pública da prefeitura de São Paulo... Só que essa participação da comunidade é vista por alguns como aquela que vai para consertar o telhado, promover a festa junina... e não uma concepção de interação, tanto da comunidade para dentro da escola, para ajudar a escola a trabalhar com as crianças, a desempenhar essa responsabilidade [de garantir a permanência das crianças na escola] da educação; é nesse sentido que é a nossa assessoria nessa parceria.” (Maria Luiza, entrevista realizada em 28/4/1994)

A participação comunitária é um pré-requisito ao êxito de qualquer parceria, explica Maria Luiza: sem ela, o equipamento público não é visto como tal (é ‘dos outros’, não dos usuários):

“A comunidade é a maior defensora de um equipamento que lhe atenda. A questão é que o equipamento público não atende muitas vezes a população pobre... as pessoas querem um muro bem alto para protegerem a si mesmas. Não é raro as escolas quererem aumentar o pátio do estacionamento em detrimento da área de recreio dos alunos, afinal os carros dos professores, se fora da escola, são riscados... num conselho de escola organizado, discutido prioridades, você terá pais dizendo: é, mas nossas crianças precisam de área de lazer, elas não têm outro lugar para brincar...”

Aí, numa parceria como essa [supondo uma com a escola que quer o muro de 4 metros⁵²], eu imagino que a nossa parceria faria o seguinte: ‘tá bom, vamos sentar e discutir com todo o mundo da escola para ver se todo o mundo quer o muro de 4 metros.’ A comunidade também quer esse muro de 4 metros? o que é que os alunos

⁵² Este caso é verídico: em entrevista com uma diretora de uma escola de Guarulhos, objeto de algumas ações por parte da Cummins, empresa vizinha, ela comentava a proposta da Secretaria de Educação de progressivamente abrir a escola à comunidade, abrindo portões, tirando muros. De acordo com sua entrevista, ela era alvo de duas gangs rivais, que usavam a escola como local de confronto. A Cummins dispôs-se a colaborar na construção desse muro, conforme veremos adiante, sem questionar a eficácia de tal empreendimento.

querem? esse tipo de assessoria a gente pode estar dando... e ajudando a definir um plano de trabalho... e ajudando também a montar um sistema de avaliação, porque é tudo muito... é um processo educacional do qual vai participar a empresa, a escola, e a empresa como um elemento da comunidade... não como alguém com recursos que diz 'olha, estamos dando para vocês, vocês fazem...' só que isso dá um pouco de trabalho porque isso passa pela confiança..." (Maria Luiza, entrevista realizada em 28/4/1994)

Apesar de educação nesta visão implicar em participação comunitária, ela pode não ter como resolver muitas questões, dentre elas o fato de nem sempre os alunos serem moradores da escola. E Maria Luiza esclarece: "a parceria não é para melhorar a participação da comunidade, a parceria é para garantir menos evasão e menos reprovação." A questão do trabalho, longe de ser vista como limitação (como é para a Apeoesp), é vista como possibilidade:

[cita uma reunião entre um diretor de RH de uma empresa e a direção de uma escola] "...onde a diretora dizia: eu quero que os meus alunos possam estar participando de um mundo do trabalho ao qual eles não têm acesso que é o da sua empresa.' Como é que isso pode acontecer? Diz o Gerente de RH: 'podemos estar montando estágios, a gente pode estar vindo aqui na escola e mostrar que tipo de formação têm que ter para estar trabalhando nisso... e a diretora dizia: 'eu quero, porque os meus alunos não têm acesso a isso...' os professores não sabem fazer isso, e os alunos, esses alunos de periferia têm acesso ao mercado de trabalho desqualificado: é office boy, é... então eu acho que essa diretora foi de uma lucidez, sabe? A escola dela tem 2.002 alunos, 15 salas de aula lotadíssimas de manhã até de noite, não tem uma biblioteca... Essas coisas não são caríssimas, são pequeninas coisas... O forte desse projeto está justamente nisso: é essa escola com essa empresa... quando a gente tiver um lote maior de empresas, a gente vai definindo um modelo..." (Maria Luiza, entrevista realizada em 28/4/1994)

Por vezes a parceria terá de questionar as demandas da escola: nem sempre a demanda da escola entendida como unidade⁵³ é a mesma da escola quando entendida como parte de uma comunidade:

"A diretora queria vidros porque os vidros quebrados ela está vendo todo o dia, a fossa vaza só às vezes, e vaza para fora... a fossa vazava, um morador antigo do bairro já informou qual era o problema as casas têm esgoto, mas a escola não está ligada a ela, se propôs a ajudar 'mas só nos finais de semana.' Pode parecer bobagem, mas uma concepção de educação de que você tem que ter a população participando, é fundamental... esse homem que vai ajudar a resolver o problema da fossa que vaza, também estará entrando no dia em que a gente for fazer avaliação, ele também estará dizendo coisas que ele quer dessa escola.

⁵³ Carlos Estevam Martins escreveu sobre o assunto na *Folha de S. Paulo* quando secretário, em artigo que causou alguma polêmica: autonomia, para ele, seria construída não no isolamento, mas na interação, e incluía menos autonomia ao professor.

Não basta você ter criado por lei o conselho de escola, como política pública, do mesmo jeito que você investe na formação permanente do professor, você está investindo na formação da população, para estar participando da escola que lhe é de direito. Entendeu-se durante muito tempo que educação era de responsabilidade do especialista, que era uma coisa técnica, mas é da natureza da educação a participação de todos, é da natureza da educação...” (Maria Luiza, entrevista realizada em 28/4/1994)

Se a parceria deve potencializar o equipamento público fazendo com que seu entorno dele participe e dele cobre um funcionamento que atenda às necessidades da população através de iniciativas locais, que público seria este? Em relação à posição da Apeoesp, que criticava ações tópicas e localizadas e demandava soluções universais – ou o caráter público estaria definitivamente perdido, Maria Luiza responde:

“É da natureza do público atender bem, é da natureza do público atender bem o público... o público desta escola é este entorno [mostra no papel, circunscrevendo uma escola seu entorno]. (Maria Luiza, entrevista realizada em 28/4/1994)

Questionei, criticando o fato de nem sempre ações isoladas poderem ser somadas, desperdiçando esforços:

"O gerenciamento da coisa pública é de responsabilidade também do Estado, o Estado gerencia mal a coisa pública... é parceria, implica em reciprocidade, não é a empresa que dá meia dúzia de lápis que estão sobrando... enquanto nesse país a sociedade civil não tiver como certeza que educação tem que ser levada a sério, não vai melhorar...

Abrir para a participação não é garantia de que a participação seja legítima, porque você tem líderes populares muito autoritários, você tem população desorganizada onde ela provavelmente sofrerá efeito de manipulações... de novo é necessário um gerenciamento, se você abre para a participação como Estado, você tem que possibilitar qualidade dessa participação...” (Maria Luiza, entrevista realizada em 28/4/1994)

E ao final das contas, qual a especificidade de trabalhar para uma associação empresarial?

“Respeitados princípios éticos e princípios de educação, é muito bom trabalhar junto com os empresários. Eu não vou fazer um discurso a priori que eu sou contra empresa... O que é que eles querem? Hoje a desqualificação é muito grande, e o funcionário tem que ter 4a, 8a série concluída, porque senão eles não vão saber lidar com esses equipamentos. No caso do PNBE, existe uma consciência política, é uma consciência cidadã, que extrapola o seu papel de empresário. O poder de compra dos 140 milhões de brasileiros, hoje deve estar resumido a 20 milhões! O pequeno empresário e o médio empresário são os sócios do PNBE - o PNBE, não é a FIESP...

Vários empresários nos procuram, porque o Emerson [Kapaz], a Célia [Tilkian] deram entrevista, expuseram o programa e se interessaram.

A minha impressão é que são pessoas, empresários cidadãos... passa pela pessoa cidadão. Eu fui recebida por um diretor presidente que disse: 'eu recruta meninos para trabalhar aqui dentro... eu posso ter meninos das escolas... ele conta a história de vida dele, que começou como office boy⁵⁴. (...)

Passa também pela coisa da sobrevivência... e não é só isso, é a concepção de que alguma coisa tem que ser feita. O Guilherme Leal da Natura é uma pessoa que dizia numa reunião da avaliação que quer a comunidade mais dentro da escola, ele financia.”

Aí eu volto para a coisa pública: a empresa estado, ao ter na sua mão 6.500 escolas, ele tem que investir na formação permanente. (Maria Luiza, entrevista realizada em 28/4/1994)

Apesar da heterogeneidade presente nas falas apresentadas, os problemas são os mesmos – mas a solução jamais se cruza. A Secretaria de Educação fala de parcerias, mas não se pronuncia sobre as que existem; a Apeoesp afirma a melhoria da qualidade do ensino e, claro, como sindicato vê isso basicamente como melhoria das condições de trabalho e de sua remuneração, ao que os demais vinculam a mais trabalho – ou, ao menos, ao cumprimento do elementar, como diminuição de faltas. O PNBE reafirma vários dos elementos presentes na fala sindical ao lembrar que a coisa pública tem de ser gerenciada, e que tal gerenciamento cabe ao Estado, seja na cobrança pelo trabalho de impostos invertidos diretamente, seja na garantia de que os equipamentos públicos efetivamente o sejam. Sua concepção de educação como requisito básico à superação dos problemas sociais, aliás, supera a da própria Apeoesp, mesmo nas palavras de sua assessora educacional, cujo discurso não é o sindical. Efetivamente, no entanto, o PNBE não teve qualquer êxito. Vejamos no capítulo seguinte algumas práticas empresariais sobre a questão educacional.

⁵⁴ Este mesmo empresário teria afirmado a Maria Luiza que queria ajudar uma escola que não fosse padrão porque não queria ajudar aquilo que já era objeto de aportes adicionais: "...das seis escola que eu elenquei lá perto do centro empresarial, duas são padrão; o empresário me disse: 'eu quero adotar as escolas mais pobres e próximas, porque eu quero ter aluno aqui dentro fazendo estágio.' ”

CAPÍTULO 3. PRÁTICAS

Este capítulo descreve dois tipos de atuação empresarial sobre a dimensão social, particularmente na área de educação. A primeira, a Cummins, tem características mais tradicionais, associadas a seu entorno. Existe um foco em educação, mas a atuação de dirige também à saúde e à habitação e saneamento básico, a atividades culturais e de lazer. A segunda, da Amcham, também age no entorno (em escolas da rede pública próximas a empresas), mas de forma mais estruturada e pré-definida. O projeto da Amcham tem objetivos claros e formas de atuação definidas, e tem intersecções com órgãos de governo e com grande número de empresas, apóia-se nos diagnósticos realizados sobre a ineficiência do ensino público no país, aqui apresentados no Capítulo 1. A Cummins age mais isoladamente, de acordo com as “maiores necessidades da comunidade”, segundo a orientação da matriz e recursos dela advindos. Estas duas práticas empresariais são objeto desta capítulo.

Cummins: A comunidade da empresa, a empresa na comunidade ou as práticas sem discursos

A Cummins, empresa norte-americana que produz motores a diesel, localiza-se em Guarulhos, num bairro bastante industrializado (Cumbica, próximo ao Aeroporto Internacional, rodovia Presidente Dutra) e bastante populoso, com várias áreas de ocupação irregular. A empresa instalou-se no Brasil em 1971, e em 1974 iniciou suas atividades industriais em Guarulhos (SP). Atualmente emprega 731 funcionários, produz mais de 30 mil motores por ano com faturamento superior a US\$ 170 milhões, dos quais cerca de 32% provenientes de exportações para vários países. A empresa fornece para os diversos segmentos do mercado, principalmente para caminhões de todos os portes: *pick-ups*, montadoras de ônibus, aplicações estacionárias, máquinas de construção e equipamentos agrícolas, máquinas para mineração e aplicações marítimas.

“A partir de 1996 foram reestruturadas as operações da Cummins em toda a América Latina, com a criação da Cummins Latin America, que consolidou as ações do grupo nos 17 países da região. A nova estrutura passou a englobar as atividades anteriormente separadas da Cummins Brasil e da Cummins America, transformando-as numa única organização, com escritórios em Guarulhos e em Miami. Responsável pelos negócios da Cummins na América do Sul e Central, a nova empresa dá suporte a todas as operações de fabricação e de vendas dos OEMs locais e internacionais.”
(www.cummins.com.br, acessado em dezembro de 2001)

O site da Cummins/Brasil não trás qualquer informação além de dados técnicos sobre sua

produção. É na *Folha de S. Paulo*, na coluna “Dá para resolver”, espaço que a Fundação Abrinq manteve no jornal entre 1993 e 1994, uma das poucas notícias que temos sobre suas atividades extra-fabris:

“Empresa cede área para escola

A empresa Cummins Brasil Ltda. de Guarulhos, produtora de motores a diesel com matriz nos Estados Unidos, foi uma das diplomadas como Empresa Amiga da Criança na última terça.

Entre as iniciativas da empresa que garantiram a obtenção do diploma está a Escola Estadual de Primeiro Grau Victor Civita. A escola foi criada a partir de um convênio entre a empresa, o governo do Estado e a Prefeitura de Guarulhos. Atende hoje 687 alunos. A maior parte dos estudantes é de crianças da comunidade do bairro Cumbica 1, uma área de favela. A empresa cedeu um espaço livre que havia em seu clube para abrigar a escola. A prefeitura é responsável pelo pagamento de funcionários e pela merenda, e o Estado paga os professores.

A escola, inicialmente com quatro salas, foi ampliada no ano passado e agora conta com oito salas de aula e uma biblioteca. A empresa também instalou, em 1992, uma Unidade Básica de Saúde, que faz atendimento ambulatorial e odontológico. O posto de saúde foi construído pela empresa e doado à prefeitura da cidade.” (*Folha de S. Paulo*, “Empresa cede área para escola”, 14/10/96)

Além de mencionada nesta reportagem, a Cummins é uma das empresas/fundações listadas em um estudo da ARCO – Assessoria de Relações Comunitárias⁵⁵, que realizou um mapeamento da filantropia empresarial no Brasil, em 1993, para a Fundação Interamericana⁵⁶. Nele há um contato (Solange, “coordenadora dos trabalhos de comunidade e eventos”). O programa é classificado como filantrópico doador-operador, ligado à Cummins Foundation/EUA.

Quanto aos tipos de doação, elas são “em dinheiro, materiais (equipamentos médicos, cestas básicas, materiais de construção) e Recursos Humanos (engenheiros, eletricitas, professores, treinadores para deficientes físicos).” Estimam os investimentos em US\$ 20.000/ano nas áreas de saúde e educação.

“A preocupação da empresa é com o trabalho em equipe, onde todos participem

⁵⁵ O mapeamento tem uma breve introdução sobre as origens da filantropia no Brasil, associando-a à Igreja Católica, e um mapeamento de ações de algumas empresas e fundações e foi-me indicado nos primeiros contatos que tive com a Amcham.

⁵⁶ “A Fundação Intaramericana foi criada em 1969 pelo Congresso dos Estados Unidos para estimular diretamente as iniciativas de autoajuda da população pobre da América Latina e do Caribe.” (Arco, 1993:apresentação)

através de mutirões. Ex.: na construção de um Centro de Saúde, a prefeitura doou o terreno, a Cummins os materiais de construção e a mão-de-obra especializada, e a comunidade ergueu o prédio. Os projetos são selecionados através de pesquisas periódicas junto aos líderes da comunidade.

Parcerias:

Com a Fundação Cummins dos Estados Unidos, que contata a Direct Relief, que, por sua vez, faz as doações de equipamentos médicos, especialmente quando são mais sofisticados e difíceis de serem encontrados aqui

Com órgãos municipais, estaduais e federais, com os quais faz convênios para construir centros de saúde e escolas

Com a APAE – Associação de Pais e Amigos do Excepcional.” (ARCO, 1993:18-9)

No documento⁵⁷ da Cummins que descreve o programa, intitulado *Comunidade - Projetos Educacionais – 1990*, aparece como Filosofia: "trabalhar na área social e comunitária onde se estabelece" e destaca os investimentos em Educação e Saúde. São sete itens, dos quais seis para a "comunidade externa" (apoio a duas escolas, montagem de um posto de saúde) e um para a "interna" (curso supletivo, auxílio educação, teleposto da Fundação Bradesco). Em 1994 a Cummins contava com 1200 funcionários e uma pequena parcela era moradora do entorno (12 funcionários).

Comunidade interna

Alfredo, funcionário da Cummins responsável pela "comunidade interna" que, como todo "elemento de RH, aqui, faz de tudo um pouco", é o responsável pela comunicação interna, por programas participativos, que funcionam desde 1989 em 9 comissões: saúde, comunicação, transportes, previdência (privada), cesta básica, alimentação, banco (no caso, Bradesco), comunidade e ADC (Associação de funcionários que conta com esporte e ginástica). A premiação por desempenho é realizada através de vale supermercado e, segundo Alfredo, muitos funcionários têm uma boa complementação de renda com isso. A premiação pode beneficiar apenas um funcionário, um grupo ou vários, individualmente. Quanto a treinamento, em 1993 a média foi de 75 horas/ano/funcionário, e para 1994 a meta era atingir 100 horas.

A Fundação Bradesco está presente na Cummins desde setembro de 1993; antes disso, a

⁵⁷ Nada elaborado, em papel A4, xerox de impressão.

escolaridade básica era feita através de uma suplência do próprio Estado - e foi daí que surgiu a Victor Civita, que acabou se tornando uma escola para as crianças do bairro. A empresa oferece o telecurso Bradesco, mas muitos funcionários não conseguem acompanhá-lo (reclamam de dificuldade), e procuram escolas particulares, caso em que a Cummins entra com 50% dos custos.

Realizam todas as segundas-feiras um café da manhã para 20 funcionários, do qual recentemente passaram a participar mais os “macacões azuis”. Quando funcionava com cerca de metade do pessoal de RH, todos engravatados, era mais inibidor para o pessoal da produção.

“Antes, a gente servia bacon e ovos, mas o pessoal achava meio esquisito e quase não comia. Hoje, a gente tem mais frutas, iogurte, pão.... Dura religiosamente 30 minutos e serve como canal de comunicação, se não der para resolver as coisas nestes 30 minutos, agenda-se para outra hora.” (Alfredo, entrevista realizada em 17/3/1994)

Ainda de acordo com Alfredo, o auge da Cummins foi na década de 70, começou com cerca de 500 funcionários, chegou a 1800 (em 1980-82) e em 1994 estava com 1200. No início a Cummins vendeu a imagem de ser uma empresa de ótimos salários, onde se podia subir muito.

“Mas não é bem assim... ela construiu uma espécie de arquétipo de grande mãe. Teve muita influência o diretor da Cummins, que hoje está na Suíça, Miller⁵⁸ ele colocava a mão na massa, o que importava naquela época [meados 70] era volume de produção, mais que qualidade”. (Alfredo, entrevista realizada em 17/3/1994)

Os salários são bons para Guarulhos, e iguais aos de São Paulo, nada muito acima da média. Cerca de 40-50% são sindicalizados (Força Sindical, Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, São Paulo e Guarulhos) e nunca tiveram greve, sempre negociaram. A previdência privada existe desde 1986.

Comunidade externa

De acordo com Solange (entrevista realizada em 17/3/1994), a responsável pela “comunidade externa”, setor que existe desde 1990 (antes estava alocada em Recursos Humanos, “tinha uma atuação menos sistemática”), a Cummins tem por filosofia um trabalho comunitário, seja no Brasil, nos EUA ou onde esteja instalada:

“É uma filosofia da corporação que trás para todas as suas filiais, não só no Brasil;

⁵⁸ Segundo Solange, a Cummins tem uma política de rotação de diretores, que não permanecem mais que 4 anos no cargo.

dentro dessa filosofia a gente procura trabalhar a comunidade ao seu redor.

Criamos um posto de saúde em parceria com a comunidade, com a prefeitura e Cummins, construímos um posto de saúde na favela; hoje ele funciona com médico clínico, ginecologista, pediatra, odonto. É muito bem montado, é uma das poucas unidades boas que existe em Guarulhos e no andar de cima nós estamos agora montando um laboratório de análises clínicas; mandamos para os Estados Unidos o projeto para que eles nos mandem as máquinas, as aparelhagens todas para montar o laboratório; o pessoal que vai trabalhar vai ser da prefeitura e a comunidade vai trabalhar com a mão-de-obra não especializada (montagem, parte de manutenção) e nós damos o suporte, o apoio quando as coisas estiverem acontecendo.

A Cummins praticamente vive dentro de uma favela; hoje, você visitando, metade dela já não tem mais características de favela, por causa do trabalho que a gente tem desenvolvido junto com a prefeitura, com o próprio núcleo comunitário. Eles conseguiram doação das terras, parte dos blocos, então você já vê casas de alvenaria, e mais para o fim é que você vê a parte de madeira, a parte mais negra de uma favela; eu acredito que daqui a mais 5, 6 anos isto se torne realmente um núcleo habitacional e não mais uma favela.

Nós temos uma escola no centro desportivo [EEPG Victor Civita] nosso que fica aqui do outro lado da rua; nós temos o ginásio e na parte de baixo nós construímos uma escola; essa escola hoje é para 360 crianças estudando em três turnos e à noite nós temos um turno de adultos (supletivo) com mais cento e poucas pessoas; então o que nós fazemos com ela: professores são do estado, a merenda é da prefeitura - que é uma droga, tanto da quantidade como da qualidade - e o prédio é nosso; e nós damos todo o suporte do que eles precisam, em termos de manutenção do prédio, nós damos toda a infra estrutura necessária que a prefeitura não dá e que o Estado também não dá." (Solange, entrevista realizada em 17/3/1994),

Perguntei como havia sido o processo junto à Secretaria de Educação para que fosse construída uma escola – pública – em um prédio que abrigava um clube de funcionários de uma empresa – privada, e Solange não nega que demorou tempo demais, mesmo sendo interesse da Secretaria, pois na região havia crianças fora da escola. Quanto ao trabalho propriamente dito, ele tem de olhar não só o foco (qualidade da educação), mas todo o entorno, que envolve a própria criança, sua família e o professor:

"Fazemos um trabalho psicológico com pais, crianças e professores; através da FIG [Faculdades Integradas de Guarulhos], temos a coordenação de professores de lá, onde eles pegam os alunos de último ano e fazem como estágio um trabalho com pais, alunos e professores; vêm um dia da semana, de 15 em 15 dias e um dia, no sábado, para os pais. (...) A comunidade vem até a escola e lá eles trabalham os professores e os alunos. (...) A coisa surgiu pelo nível baixo de aprendizado que as crianças tinham, então os professores acharam que as crianças eram problemáticas;

então nós paramos para pensar que às vezes o problema não é a criança: ela pode ser desnutrida, ela tem a alimentação ruim, ela pode não estar enxergando bem, pode ser uma questão de saúde... aí olhamos: o professor está revoltado, chateado porque ganha pouco, ganha uma miséria, então ele passa mal para o aluno, tem a má vontade de passar, que é uma coisa até normal de a gente ver nessa estrutura toda nossa; e por outro lado, por mais estrutura que a gente dê ao aluno, que dê ao professor, chega uma hora que esse aluno vai ter conflito dentro de casa, porque os pais não vão entender nada do que está acontecendo lá; então não adiantava você dar para um e não dar para o outro nem para o terceiro; aí fizemos um tripé; através desse projeto desenvolvido com a FIG, os alunos [da FIG] fizeram uma bateria de testes psicológicos com todos os alunos para verificar quem realmente está em deficiência ou não, quem precisa de ajuda ou não; fizemos um trabalho com os professores e com os pais, para que pudessem todos estarem falando a mesma linguagem. Começamos isso ano passado [1993] surtiu um efeito muito bom e estamos dando continuidade agora em 94. (Solange, entrevista realizada em 17/3/1994),

O apoio da Cummins à Escola Estadual Victor Civita inclui almoço para os professores (eles retiram a marmita na Cummins e comem na escola “porque o tempo é muito curto para almoçarem na empresa”) e cesta básica como premiação, dada através de uma auto-avaliação, cujos itens são disciplina, assiduidade, comprometimento, participação. De acordo com Solange, o professor deve ser premiado não por aquilo que é remunerado pelo Estado para fazer (mesmo admitindo que ganha pouco), mas pelo que se dedica adicionalmente. Apesar de reconhecer as dificuldades vividas pelos professores da rede – que entraram “praticamente nada” na greve de 1993, Solange fala de dificuldades no trabalho com os professores, que comprometem o aprendizado do aluno por não se dedicarem à função.

Há outra escola vizinha à Cummins, a Escola Estadual João Ribeiro de Barros, na qual a empresa também realiza algumas ações.

“Nós participamos nas festinhas, temos um cronograma. Por exemplo, na Páscoa vamos dar ovo de páscoa para as crianças, incluímos eles nas nossas festividades, mais ou menos para dar um cunho melhor de... carinho, né? Fora outras coisas: precisa de baldes de lixo, precisa de luz, de consertos... agora mesmo eles estão solicitando construir um muro de 4 metros, então a Cummins vai participar...” (Solange, entrevista realizada em 17/3/1994)

Quanto a dados de evasão, repetência, na João Ribeiro de Barros, escola maior que a das dependências da Cummins, Solange nunca pediu acesso a eles. Quanto aos da Victor Civita, imagina que não sejam dos melhores:

“...como são alunos de favela, os pais mudam de emprego e eles vão para outras

favelas, então retiram as crianças... não se fixam em coisa nenhuma..., eles vão para onde a coisa favorece mais a vida deles.

A evasão é muito grande, muito mesmo, mas é engraçado porque é uma renovação, porque sai uma família, mas para aquele local que saiu uma, entra outra [refere-se à favela], então essa leva os filhos para a escola... aquilo ali não fica vazio. Como nós estamos tratando de uma comunidade assim relativamente bem pobre, eles se tornam assim meio ciganos, o que a própria conjuntura favorece.” (Solange, entrevista realizada em 17/3/1994)

A Cummins mantém também um trabalho com a APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais, levando pequenos trabalhos para eles fazerem (basicamente no fechamento de embalagens). Em 1993 empregaram dois excepcionais e gostaram do trabalho: “são mais perfeitos que os normais... eles são fantásticos!” Quanto à Fundação Bradesco, ela mantém um supletivo noturno para os funcionários da empresa.

Existe outro programa, o *Empresários do Futuro*, que é em parceria com a Amcham – Câmara Americana de Comércio. É um trabalho também com os alunos das escolas da comunidade:

“Eles aprendem o que é uma empresa na prática, fazendo sua própria empresa: desde o capital (eles vendem as ações para o pai, o tio, o vizinho)... cada um recebe 5 ações, vendem, trazem o dinheiro, abrem a conta no banco. Tem o presidente tem os diretores; tem o conselheiro da área de finanças, de marketing, de produção, de RH. Cada ‘empresa’ [cada grupo de alunos] aprende a fazer uma folha de pagamentos, a produzir sem ter refugo, aprende técnicas de qualidade de vendas...às vezes algumas viram empresas mesmo.

Eles conhecem todas as 4 linhas de uma empresa: finanças, marketing, produção e RH, depois se definem o que é que eles querem na vida. É uma coisa extremamente interessante.” (Solange, entrevista realizada em 17/3/1994)

Há, ainda, o trabalho feito na própria favela, junto a seus moradores, pais dos alunos da Victor Civita, que tem por objetivo dimensionar a necessidade de ações para o futuro:

“Eles trabalham em nível mais baixo, pedreiro, ajudante, nada assim muito qualificado. Nós começamos a fazer agora um trabalho de censo dentro dessa favela; eles têm ruas, então todas as pessoas que moram nessa rua nós cadastramos: pai, mãe, filho, se estuda se não estuda, se trabalha, se não trabalha, que idade tem. Isso para que a gente tenha uma idéia daqui a dez anos, cinco anos, quantas crianças eu tenho, para dimensionar as necessidades futuras; eu tenho esse material e estou colocando no micro para poder formar um banco de dados... tem o pessoal que eles chamam de ‘xerifes’ (os ‘diretores’ da favela) e eles têm uma ligação muito forte com a gente; quando o material estiver pronto, eu falei com eles que eu estarei enviando, para que

eles façam a checagem: quem mudou, quem nasceu, quem morreu... Hoje, moram umas 360 famílias...multiplica isso no mínimo por três ou quatro...

O Lagoa⁵⁹, é o 'xerifão' de lá, ele que manda lá, é o presidente da coisa. Eles são bem organizados, eu participo com eles.

Lagoa é muito forte lá, esse Lagoa trabalha junto com o serviço social da prefeitura. Então ele que conseguiu a briga de ter os terrenos, ele é respeitado na comunidade.

Eu tive uma reunião lá às oito horas da noite, e realmente fiquei impressionada: horário de novela, (se é que eles têm televisão, mas têm, hoje em dia todo o mundo tem televisão) e estavam todos lá, com filhos no colo, em pé, durante uma hora, ouvindo o que eles estavam falando. São pessoas assim super bacanas para conversar.” (Solange, entrevista realizada em 17/3/1994)

Quanto à verba, existe uma para a comunidade que não inclui educação para os funcionários da própria Cummins. O supletivo Bradesco, por exemplo, vem da verba de funcionários, cujo grau de analfabetismo, segundo Solange, foi praticamente zerado depois da entrada do supletivo. Além da escolaridade formal, “a área de treinamento da Cummins é muito forte. Tem aquelas escolas volantes do Senai que vêm aqui para a Cummins.”

Solange conclui sobre o trabalho que fazem na 'comunidade externa', mostrando suas limitações:

“A gente pode fazer muito mais, mas esse pouco que a gente faz é muito para eles porque é o nada existente... é um pessoal muito carente, muito, muito, muito carente. A gente tem idéias de estar fazendo muito mais coisas, é pouco ainda, mas muito para eles. A necessidade desse pessoal é muito grande, você não pode avaliar.” (Solange, entrevista realizada em 17/3/1994)

Acompanhei Solange e Alfredo (comunidade interna) à Escola Estadual Victor Civita: eles tinham sido chamados pela diretora por causa de um problema de “fluxo”: no horário do intervalo das crianças, quando elas iam pegar a merenda, havia um acotovelamento geral, que provocava brigas. Além disso Célia - a diretora - apresentou uma reivindicação dos professores da tarde, que em função do escalonamento de horários tinham que ficar durante 4 horas com as crianças, sem terem 10 minutos de folga sem as crianças (não há ninguém para ficar com elas durante o intervalo). Célia reclamou de lâmpadas que precisavam ser trocadas e Solange se prontificou a ver isso no mesmo dia; quanto à confusão do fluxo de alunos indo buscar merenda,

⁵⁹ Na sequência, entrevista com Sr. Lagoa, presidente da Associação de Moradores da Favela Cumbica 1, mais conhecida como “Favela da Cummins”.

tudo se resumia a colocar um grande balde para recolher os pratos de quem já havia comido do outro lado.

O equipamento público na empresa privada

A escola era simples, mas com equipamentos pouco típicos para uma escola da rede pública. Na cozinha, por exemplo, existia uma cadeira de diretor - quando a Cummins troca móveis, doa-os para equipamentos públicos da região. Assim que o problema de fluxo foi equacionado e as demais demandas resolvidas, sentei com Célia, e conversamos, já sem Solange nem Alfredo. Célia, a diretora da Escola Estadual de Primeiro Grau Victor Civita - doravante, VC - chegou aqui por convite da primeira diretora. Não foi concursada, trabalhava na delegacia, antes da delegacia trabalhava numa outra escola.

“O que eu sinto é que aqui a gente consegue as coisas com muito mais facilidade, nas outras a gente consegue mais a longo prazo e com a firma a gente tem assim tido um bom relacionamento; por exemplo, falta uma lâmpada, é a firma.

Eu não peço socorro ao Estado, coisa que se eu estivesse numa escolas estadual sem nenhum convênio, sem nenhum contato com outra firma, eu teria que fazer um officio, solicitar à delegacia, aguardar a FDE, ‘n’ coisas, e talvez daqui a um mês talvez a gente estaria com as lâmpadas aqui. Só recorro à FDE quando não está na alçada da firma.” (Célia, entrevista realizada em 17/3/1994)

A APM - Associação de Pais e Mestres - é vista exclusivamente como apoio financeiro:

“Nós não temos APM porque eu não vejo necessidade: é um bairro carente e eu tenho quem dê suporte. As APMs costumam ajudar com mais merenda, por exemplo. Aqui, a firma ajudou a merenda em 1993 com pão, manteiga... este ano estão planejando a firma mandar uma refeição sempre, de forma sistemática e desde o começo do ano.

O trabalho da firma primeiro é matar a fome; criança com fome não vai realmente ter nenhum sentido de estar aqui na escola; aos poucos a firma propõe e a gente vai tentar fazer reciclagem de professores: cursos de extensão cultural e continuidade no trabalho psicológico com a FIG, a campanha da saúde visual...” (Célia, entrevista realizada em 17/3/1994)

Para Célia, a diferença básica entre escolas da rede pública e da rede privada está ligada ao grau de tolerância, que Célia qualifica como *democracia*:

“A escola pública é muito mais democrática que a particular. Aqui, nós resolvemos todos os problemas, somos tolerantes: as crianças que chegam atrasadas não vão embora, pedem para trazer o irmão mais novo para sala de aula porque a mãe saiu e

não tinha com quem deixá-lo...” (Célia, entrevista realizada em 17/3/1994)

O ‘xerife’ da comunidade

Além do trabalho específico junto às escolas, a Cummins mantém uma estreita relação com o bairro, especificamente com a favela, cuja interlocução é realizada através do ‘xerife’, como Solange o chamou, Sr. Lagoa. Entrevistei-o em 3/5/1994 por cerca de duas horas, e ele achou pouco. Tem cerca de 60 anos, é Presidente da Associação de Moradores da Cidade Jardim Cumbica I (fundada em 12/2/1989). Através da lei 3.238, conseguiram direito adquirido, válido por 99 anos para os moradores e descendentes dos atuais moradores, de lotes para 340 famílias.

Sr. Lagoa veio do Bairro do Limão, município de São Paulo, em 1971; era carpinteiro, trabalhava em obras. Desde lá vem trabalhando na associação de moradores: foi ele quem conseguiu água e esgoto, em 1982, benefício que a rua com que a favela faz divisa, de casas de tijolo, não tinha (conta isso com orgulho). Sua participação no Centro dos Trabalhadores para a Defesa da Terra foi importante, principalmente porque o ensinou a falar em público, a comandar uma mesa de assembléia. O senso de oportunidade levou-o a estabelecer contatos com a empresa vizinha:

“A Cummins, é uma firma, uma empresa vizinha e nós achamos muito importante a Cummins, como uma grande empresa, e a gente procurou ela e então ela se prontificou de ajudar...”

Em 89... 88 nós começamos o papo com a Cummins, começamos a chegar, conhecer, começamos a levar nossas dificuldades, problemas de conservação da área em volta... então nós começamos a fazer contato, porque se alguém visse como era a favela, alguém podia pensar alguma coisa⁶⁰, então nós tratamos de chegar junto com ela, para levar nossos conhecimentos à Cummins, e como era uma área assim... de gente muito carente... muita gente de fora, como a Cummins é uma firma cheia de visitas, de hora em hora é visitada, então muita gente acha que deveria... que a favela não era muito bem vista... Nós achava que devia pegar mal, eu acho que deve pegar mal...

Meu primeiro contato com a Cummins foi na saúde, então ela se propôs que podia fazer alguma coisa, mas que primeiro ia fazer um estudo, fazer um levantamento da comunidade, saber o que é que era necessário para nós poder trabalhar junto...” (Sr. Lagoa, entrevista realizada em 3/5/1994)

Perguntei a que comunidade ele se referia, quais os bairros que compunham esta ‘comunidade’ e Sr. Lagoa não titubeou: “O Cumbica I, que é aqui, do lado.”

Quanto à troca da escola profissionalizante, que estava nos planos de Sr. Lagoa, pelo laboratório de análises clínicas, sr. Lagoa não a aprovou inteiramente, mas também não se opôs. O laboratório deve ser montado no segundo andar do prédio onde já funciona o posto de saúde, construído com material fornecido pela Cummins e mão-de-obra dos moradores do Cumbica I, do qual aliás Sr. Lagoa muito se orgulha:

“Eu preferia a escola, mas como a Cummins é uma firma que ela trata os nossos interesses, e aí a próxima coisa é ela construir uma escola dentro da Cummins... O que foi falado é que essa vai ser construída dentro de um galpão aqui dentro da Cummins mesmo. A criança... como é que fala... já sai da teoria e já entra na prática... crianças de 12 anos para cima... continua estudando e quando sai lá do ginásio vai lá para a escola profissional, não vamos mais ter crianças na rua...” (Sr. Lagoa, entrevista realizada em 3/5/1994)

A Cummins mantém poucos funcionários do Cumbica I, mas já foi diferente, e Sr. Lagoa lembra-se desse tempo com visível tristeza mas um ‘quê’ de ‘compreensão’ pelos problemas maiores do país, pelos quais a Cummins não pode ser responsabilizada:

“Nós já tivemos bastante funcionários, mas teve aquele tempo de recessão, que foi mandado muita gente embora. Então, não é só porque é da comunidade que pode segurar... então teve aquele problema que foi dispensado muito funcionário. Mas todo o mundo que saiu não criou problema para a firma, tudo bem... qualquer coisa que precisar deles (a empresa) eles pode ajudar, fazer qualquer coisa...”

Agora eu tô conseguindo a doação da tubulação pela Cummins [para canalizar um córrego, que corre a céu aberto].

Apesar do tom personalista e autoritário de muitas das falas de Sr. Lagoa (*Agora eu tô conseguindo a doação da tubulação pela Cummins para canalizar o esgoto*), verga-se à preocupação pelas crianças do bairro, cujo futuro vê incerto: a firma não emprega mais, a escola só atende um período do dia, não existe escola profissionalizante.

A empresa privada no equipamento público

Além da Victor Civita, que ocupa parte das dependências do ginásio de esportes da Cummins, outra escola estadual, a João Ribeiro de Barros, localiza-se nas imediações e frequentemente a Cummins participa com alguns incrementos. Conversei com Estela, vice diretora, em 30/3/1994.

⁶⁰ Conforme veremos adiante, na entrevista com a direção da Escola João de Barros, executivos da matriz vieram visitar a Cummins e seu entorno. Foram às escolas próximas, e perguntando às crianças onde elas moravam, algumas responderam: “na favela da Cummins”, que, aliás, é como o bairro é conhecido localmente.

Estela é vice diretora desde 92, mas está na escola desde 1983. Tem 2.706 alunos, 11 classes de supletivo, 46 de 1^a a 8^a, 5 de deficientes auditivos, que se dividem em 4 turnos. Pergunto como começou o trabalho de empresas com escolas da região:

“Primeiro o Gill entrou com a Cruzada⁶¹, depois a Cummins, no ano de eleição do Collor. O Gill lançou o plano de reformar as escolas com participação da comunidade (que entrava com a mão-de-obra) antes do governo. A diretora disse: ‘o pai que não vier na reunião tem matrícula do filho cancelada’, foi em tom de ameaça... no dia da reunião não tinha lugar para tanto pai, não tinha nem como fazer reunião.

Quem participou da reunião foi o Gill, o Tadeu [que trabalhava na Cummins] e a cunhada do Gill, a Nazaré. A Cummins deu vídeo, TV e aparelho de som. Roubaram tudo, foi aluno, tenho certeza! (...)

Em 1993 (em 14 de maio) teve uma luta beneficente com o Maguila⁶². Só aí é que todos ficaram sabendo que a escola tinha classes de deficientes. Conseguiram US\$ 8.000, o que significa 8 aparelhos, para 4 crianças. A Eucatex fez a sala: tratamento acústico, com placas para isolar o som, o McDonald’s deu os lanches e a Boverly deu carpete... Isso custou mais de 100 ofícios para conseguir, meses de trabalho de direção e professores...”

A Cummins começou aí. Depois, uns americanos foram visitar a gente aqui, a escola lá deles, e perguntavam às crianças onde moravam, e elas diziam: ‘na favela da Cummins, na favela da Cummins... Os americanos ficaram desesperados achando que a Cummins tinha uma favela! (Estela, entrevista realizada em 30/3/1994)

Quanto à APM, a exemplo da Victor Civita, também não existe. Os problemas da escola são de várias naturezas: atualmente tem 14 meninas grávidas, cuja idade está entre 14 e 16 anos. Além disso, a violência:

“Sexta feira chamei a polícia 5 vezes! E depois ainda vem a Cogesp⁶³ dizendo que as escolas não deviam ter muros! As escolas deviam ter muros de 5 metros com fio de alta tensão! A gente não tem tempo de cuidar da parte pedagógica, ela não importa, não há tempo para ela, eu não tenho sossego, não consigo nem tirar férias.” (Estela,

⁶¹ Refere-se a Valentin Gill, empresário da Açoplast, empresa próxima à Cummins, que tinha pretensões políticas no município. A Açoplast mantinha um programa chamado “Cruzada Pró Equilíbrio Social”, originalmente em parceria com a ACM (Associação Cristão de Moços) que acabou promovido apenas pela Açoplast. Através dele, cerca de 100 crianças de escolas vizinhas à empresa passavam meio período nas dependências da empresa, na quadra de esporte, na horta, tendo aulas de reforço escolar, com almoço e uniforme patrocinados pelas empresas. Antes disso, Gill havia incentivado a “Escola de cara nova”, que chegou a realizar algumas reformas/embelezamentos de escolas públicas da região. A Açoplast mudou-se para o interior de São Paulo e não há notícia de continuidade deste trabalho.

⁶² Adilson Maguila, lutador de box, é de Guarulhos e participou da luta em prol das classes de deficientes auditivos da escola.

⁶³ Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, órgão da Secretaria de Educação.

entrevista realizada em 30/3/1994)

Algumas críticas aos projetos da Secretaria, particularmente em relação à existência de vagas para todos, já mencionada por Solange quando da montagem da EEPG Victor Civita.

“A escola padrão, por exemplo, eu não quero! Ela só pode ter três turnos, onde é que eu vou botar o resto dos meus alunos? Vou ser linchada! Os micros, por exemplo, que eles tanto anunciaram: foram só para as padrão. Aqui, nós recebemos caixas e caixas de disquetes. O que é que eu vou fazer com disquetes sem computador, me diz?”

Esse negócio de vagas, é uma loucura. Vou te contar a história: então no ano passado me mandaram montar a Cummins II, outra escola, ia ser onde é o posto de saúde. ‘Monta a Cummins II’, montava a Cummins II. ‘Desmonta: não vai ter mais Cummins II’. Eu montei e desmontei 6 vezes a escola ano passado! (...)

Porque acharam que eu estava mentindo, inventando alunos! eu tenho classe de supletivo com 50 alunos, tenho uma quinta série à noite com 52 alunos... eu preciso inventar aluno?

Aí tinha assim, quatro montes de alunos com um papel bem grande: ‘sem destino’, que não tinha vaga aqui, não tinha vaga! Eu nem não sabia que esse pessoal da Cogesp vinha, isso era serviço nosso aqui, para localizar, porque era tanto monta desmonta que eu não sabia mais o que fazer... aí as mulheradas da Cogesp entraram... ‘que é que é isso? sem destino, sem destino...’ ‘eles não têm vaga’ ‘como não tem?’ ‘eles não têm vaga aqui, não têm vaga no ‘Fusco’ (porque se aqui nós estamos com 69 classes o Fusco [outra escola estadual próxima] deve estar beirando umas 80 e tantas se não tiver mais, abriu até uma extensão na igreja)... eles queriam forçar 2º grau, só que eles não constrói escola... quando a mulher viu os montes ‘sem destino’, a mulher pulava de raiva... cada monte ‘sem destino’ tinha 40, 30... ela foi contar aluno por aluno da escola para ver quantos tinha de verdade... eu nem sabia que essa mulher vinha aqui... eles chegaram de surpresa.

Por quê chegaram? Porque o *Aqui e Agora* tinha estado aqui, porque de certo alguém lá de cima mandou vir aqui ver o que estava acontecendo, porque ninguém, vem, né?

Quando o secretário fala ‘tem vaga’, tem vaga em SP, aqui não... porque essa região aqui há mais de 15 anos que precisa de uma escola!” (Estela, entrevista realizada em 30/3/1994)

Finalmente perguntei sobre a Cummins: como era vista pelas pessoas, o que achavam:

É uma firma... por exemplo, a Cummins está com um projeto, *Empresário do Futuro*, nós temos aluno lá, já é a terceira ou quarta vez; se nós deixarmos, 200 alunos queriam fazer o curso, porque na Cummins eles vêm ascensão... é uma coisa assim bem vista... É uma firma assim que todo o mundo daria o céu para trabalhar lá... eu não sei a firma em si como é, eu não conheço... mas todo o mundo quer trabalhar lá.

Quando alguém fala ‘o pai de fulano trabalha lá’, aí, todo o mundo ‘ah, nossa, trabalha na Cummins!’ É bem vista, pelo menos nunca ouvi ninguém falar... (...)

Inclusive eu vou deixar uma lista pronta para fazer o trabalho com o posto de saúde, vão analisar todas as crianças... o trabalho de deficiente auditivo não sei se vai ser com o médico da Cummins ou com o da prefeitura, mas... avaliaram as crianças, tiraram fotografia e mandaram para os Estados Unidos... fizeram entrevistas... ficaram de ver os aparelhos para os deficientes auditivos... eu também entendo essas coisas, né? é realmente uma coisa muito burocrática. (Estela, entrevista realizada em 30/3/1994)

Quanto ao muro de 4 metros, exemplo vivo de negação das tentativas da Secretaria de Educação fazer as escolas aproximarem-se mais de seu entorno, tornando o equipamento público mais usado e, assim, menos depredado, Estela é taxativa:

“A Solange me falou o seguinte: tenta trabalhar a comunidade⁶⁴, para ver se não precisa da construção do muro; eu tô esperando o orçamento do muro. Inclusive eu escrevi no ofício que não me adianta um muro de bloco, tem que ser de tijolo, se você olhar você vai ver cada furo assim... porque eles furam para subir! Eles jogaram uma bomba deste tamanho! Foi deus quem ajudou, a menina levantou para ir falar com a professora... se a menininha está a carteira... uma bomba maior que isso... sabe? Anteontem eu peguei três escondidos no armário da sala 14... eles arrebentam, eles estouram tudo... então a minha intenção é fazer com que eles destruam menos a escola... (Estela, entrevista realizada em 30/3/1994)

Quando Estela resolveu abrir a escola à comunidade, no entanto, não foi muito feliz:

“Na época da luta do Maguila [luta beneficente, em prol dos deficientes auditivos da escola] foi ótimo, a mulher do prefeito ajudou, o jornal veio, fez entrevista, porque ninguém sabia que tinha deficiente aqui, nem a prefeitura, ninguém... Nisso, o Movimento de Emancipação Cumbica⁶⁵ veio pedir a escola emprestada para fazer uma reunião e a diretora deu ordem que podia.

Nisso eu disse que pra mulher do prefeito que precisava de um coisas para fazer festa junina. Aí nós fomos fazer a festa junina, eu fui na secretaria da turismo, nossa! eu consegui tudo! todas as barracas que eu queria, show disso, daquilo... ‘a sra. vai para a escola, faça um ofício...’ Quando eu volto com o ofício lá, ‘tenho uma péssima notícia para dar para a senhora: vocês estão trabalhando politicamente contra nós,

⁶⁴ Em nenhum momento das conversas que tive com Solange ela questionou a necessidade do muro de 4 metros ou qualquer outra das demandas das escolas ou da favela. Antes desta fala de Estela a impressão que tive de Solange era que ela se via como uma funcionária da Cummins (e não como uma profissional que desenvolve projetos comunitários) cujo papel é resolver problemas substantivos que afetam o entorno, a vizinhança, sem entrar muito em seu mérito.

⁶⁵ Alguns entrevistados referiram-se a este movimento, que defenderia a emancipação de Cumbica por concentrar cerca de 80% da arrecadação municipal de Guarulhos.

vocês emprestaram a escola para o PT'. 'A escola para o PT? Porquê?' Aí que eu entendi, tinha sido o movimento de emancipação, a prefeitura ficou sabendo e não queria mais dar nada...

Aí quando chegou setembro a escola desfilou muito contra meu gosto. Não queria deixar e este ano não vai porque eu já aprendi: a gente faz desfile bonito para enfeitar festa deles... foi boicote, retaliação. né? só porque a gente abriu a escola para o povo!" (Estela, entrevista realizada em 30/3/1994)

A Cummins é um exemplo de empresa que se constitui referência para o entorno mais próximo sem grande alarde sobre isso. A interação com a comunidade, no entanto, envolve mais que apenas boas intenções, e nem o poder público nem a iniciativa privada têm meios, de forma isolada, para resolver problemas que atingem o bairro, o município, o estado, o país.

Mesmo sendo multinacional, norte-americana, não faz parte do programa levado a cabo pela Amcham – Câmara Americana de Comércio, que agrupa várias empresas num programa educacional de grande porte, que veremos na sequência.

A Câmara Americana de Comércio - Amcham

O primeiro contato que tive com a Amcham foi em 01/07/93, via telefone, com Elizabeth Reis, então coordenadora de Projetos Especiais e da Comissão de Relações Comunitárias que, segundo ela, a Amcham sempre manteve; no dia seguinte convidou-me a ir à Amcham para que pudesse conhecer os integrantes do *Projeto Qualidade no Ensino* (doravante, PQE) uma vez que estariam em reunião. Apresentei-me como pesquisadora, interessada na questão educacional e em sua intersecção com empresas privadas. A primeira notícia que tive do trabalho da Amcham foi através de um artigo publicado pelo IEDI (1992).

Elizabeth forneceu-me alguns folhetos de divulgação do Programa, então desenvolvido em três escolas estaduais de Taboão da Serra e Embu, São Paulo. Aproveitei a reunião mensal do Programa e conversei com Christian (Arco - Assessoria de Relações Comunitárias, que sempre trabalhou junto à Amcham) e Camilo (coordenador do projeto, professor, secretário da educação do Embu). Não tinha sido convidada a participar da reunião, e achei melhor não me convidar.

De acordo com Christian (com forte sotaque norte-americano), a primeira empresa a aderir ao projeto foi de Taboão da Serra/SP, pois tinha problemas de recrutamento e resolveu investir na escola, sua vizinha. A Apeoesp num primeiro momento foi radicalmente contra a iniciativa

(porque o projeto trazia ‘técnicos recrutados de fora’ e porque ‘trazia as regras do controle de qualidade da iniciativa privada para dentro da escola pública’), mas depois apoiou – que, como veremos, pode não ser lido exatamente como apoio. Esta primeira empresa, no entanto, tinha pouca clareza do que poderia fazer para melhorar a qualidade do ensino na escola, procurou alternativas, e chegou à Câmara Americana de Comércio.

Um diagnóstico sobre a questão educacional

Camilo, secretário da educação de Embu, município vizinho a Taboão, foi o idealizador do projeto e quem apresentou à Amcham a idéia, tendo participado de sua elaboração. De acordo com ele, qualquer projeto deve ser avaliado quanto a suas atividades fim: mais importante que injetar recursos é monitorar o processo a fim de que haja resultados no produto. Comentei quanto a possíveis posições contra avaliações externas, e Camilo referiu-se à posição da Apeosp:

“Quem avalia a escola é a sociedade: temos que acabar com o corporativismo; o projeto não pretende modificar a proposta curricular da CENP [Coordenadoria Estudos e Normas Pedagógicas]. A Apeoesp alegava que os conteúdos iam mudar. Conteúdos não se discutem. Estamos colocando em prática um sistema empresarial de administrar os colégios.” (Camilo, entrevista realizada em 1/7/93)

Christian comentou alguns trabalhos que estavam sendo realizados por outras entidades empresariais: acha supérfluo o trabalho do Instituto Herbert Levy⁶⁶, que contava com um grande orçamento para diagnosticar os problemas do ensino público no país: “o diagnóstico nós já temos”; o Instituto Liberal também manteve um projeto no qual não acredita muito, pois apoiado em cursos de reciclagem/atualização para professores. De acordo com Christian, “o problema está dentro de sala de aula: não adianta dar cursos para professores se o trabalho não for acompanhado, avaliado e corrigido sistematicamente.”

Recebi alguns documentos através da Arco. Este material fornece alguns contatos das empresas/entidades que atuam com educação, algumas reportagens sobre o PQE, folders de divulgação do programa. Além disso, um plano de ação com metas a 3, 6 e 12 meses, um

⁶⁶ O Instituto Herbert Levy/Gazeta Mercantil, com o apoio da Fundação Bradesco publicou em 1992 *Ensino fundamental e Competitividade Industrial: uma proposta para a ação do governo*, no qual faz um diagnóstico do ensino fundamental e algumas propostas, mas é o diagnóstico que ocupa a maior parte do documento. Grande parte dos textos apresentados no documento são análises publicadas anteriormente pelo IPEA, IEA/USP e FCC – Fundação Carlos Chagas, elaboradas por pesquisadores da área (João Batista de Araújo e Oliveira, Cláudio de Moura e Castro, Sérgio Costa Ribeiro, Guiomar Namó de Mello, dentre outros).

“rascunho”, escrito em inglês.

Na pasta que continha o material, lemos a missão da Amcham: “A missão da Câmara Americana de Comércio – São Paulo é impactar a política pública no Brasil e nos Estados Unidos, servir os nossos associados e promover o comércio, o investimento e o conceito de cidadania empresarial.”

Um dos documentos é relativo a um workshop, realizado ainda em 1992. Nele estavam presentes alguns empresários/Fundações (Fundação Romi, Fundação Bradesco, Fundação Vitae, Açoplast), educadores (Guiomar Namó de Mello - à época, deputada estadual, Leila Mafra), Elisa Tonnetto, do movimento *Pró-Educação*, o Prof. Oliveiros Ferreira, da USP e vinculado ao jornal *O Estado de São Paulo*, Camilo Oliveira, secretário municipal de Educação no Embu, a pesquisadora do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Maria Aparecida Zacarelli e o Instituto Liberal. Em discussão, problemas e propostas para a educação nacional, particularmente para a escola pública de ensino fundamental, com muitos consensos e alguns dissensos. Vamos a eles:

Os consensos

recursos x atividade fim: não atingem a atividade-fim. Frequentemente o município entende pavimentação da rua próxima à escola como “gastos com ensino”;

educação + trabalho: no Brasil o universo de alunos-trabalhadores cresceu muito e muito rapidamente, mas o tamanho da jornada de trabalho não sofreu qualquer alteração;

formação/dedicação dos professores: os professores são mal formados, os de ensino básico foram formados, no geral, pela própria rede de ensino público, e raramente têm mais que o 2º grau (ou até têm cursos superior de pedagogia de escolas, no mínimo, duvidosas); além disso, fixam-se pouco à escola (começam na periferia e progressivamente vão se deslocando para áreas mais centrais e/ou mais nobres); o material didático é ruim, simplista, mas apenas espelha esta realidade; é usual a atividade de professor ser mais um ‘bico’, que complementa o orçamento doméstico.

proximidade da burocracia x distanciamento da comunidade escolar: os diretores de escolas estão amarrados a uma grande burocracia, permanecem pouco na escola, frequentemente sequer conhecem sua realidade – e fornecem dados equivocados às instâncias decisórias;

projetos-piloto x políticas consequentes: as políticas educacionais estão repletas de projetos que jamais deixam de ser piloto, responsáveis por descontinuidades e rupturas que geram descrédito;

infraestrutura física: houve pouco investimento em novas escolas, o que fez as classes incharem em número de alunos – grande número de alunos também é uma constante nas escolas privadas.

Os dissensos

ensino básico x superior: a universidade é priorizada (gasta-se cerca de US\$ 250,00/ano com um aluno de nível primário e US\$ 7.000/ano com um de nível superior). Mas, pondera Oliveiros Ferreira, a universidade deve ser chamada a buscar soluções para todos os níveis de ensino. O ensino básico é de má qualidade porque educação não é um valor social importante – não porque se gaste demais em ensino superior⁶⁷.

'qualidade' dos alunos: a qualidade do ensino tende a ser diretamente relacionada ao nível sócio-econômico dos alunos – o que a faz inóqua; *envolvimento dos pais x custo mensalidades*: quanto mais as mensalidades das privadas sobem, mais os filhos de classe média migram para as públicas. O envolvimento destes pais faz a escola melhorar, contando inclusive, com incrementos financeiros às APMs – Associações de Pais e Mestres. Movimentos como o *Pró-educação*, formado por voluntários, pais de alunos, cujo lema é “educação é mais importante que a novela das oito” acredita que a solução está no envolvimento da escola com a comunidade. Hércio Saraiva, da Fundação Vitae, discorda das teses que tendem a atribuir a má qualidade do ensino ao aluno: é preciso adequar a escola ao aluno, “o sistema brasileiro de ensino tende a culpar a vítima”, afirmou.

Este workshop foi um primeiro momento de discussão sobre a atuação do *Programa de Cidadania Empresarial*, que em 1991 havia decidido focar ações na área de educação depois de enquete a seus associados.

Após a realização deste workshop, a Arco elaborou um documento com alguns parâmetros básicos que iriam nortear sua atuação junto a escolas da rede pública. Este documento é um rascunho (interno) daquilo que a Amcham pretendia realizar em educação pública. Escrito em inglês com termos técnicos de quem conhece os trâmites jurídico-políticos norte-americanos e brasileiros, o documento é dividido em ações de curto (2-3 meses), médio (6-8 meses) e longo prazo (12 meses). Um primeiro problema é o fato de, no Brasil, o voto não ser distrital, o que faz com que a pressão pela aprovação de emendas seja dificultada. A solução proposta é compor um grupo de membros da Amcham, um segundo, que seria um grupo de trabalho e um terceiro, composto por especialistas em Educação. Formados estes grupos, haveria respaldo institucional da Câmara, técnico (grupo consultivo) e operacional (grupo de trabalho) para que se começasse a estabelecer interlocução com os congressistas preocupados com a questão educacional, dirigindo-lhes comunicações mostrando a importância da educação para o desenvolvimento

⁶⁷ Francisco Fonseca (1994), *A Imprensa Liberal na Transição Democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento* (Revista *Visão* e Jornal *O Estado de S. Paulo*). No trabalho, Fonseca destaca a importância que OESP, como um dos fundadores da Universidade de S. Paulo, sempre atribuiu ao ensino superior.

nacional. O grupo de trabalho seria responsável por estabelecer uma interlocução com o consultivo sobre as reformas necessárias, e focá-las inicialmente em um nível (municipal, estadual, federal), que a partir da experiência acumulada deveria encampar as demais esferas de governo.

A questão político-jurídica é relevante, justifica o documento, pois é ela que decide, por exemplo, alocar mais recursos à universidade que ao ensino básico ou a forma como a administração destes recursos é realizada. Para colocar em pauta este tipo de discussão, seria útil contar com redes de apoio, formadas, por exemplo, por movimentos como o *Pró-educação*, subsidiando-os com equipamentos e material de escritório e assessoria jurídica. Uma vez tornado público, este procedimento deveria ser ampliado, com mais organizações. O documento enfatiza a importância de contar com colaboradores e apoiadores que não sejam identificados com qualquer partido ou com os interesses norte-americanos, os quais devem estar sempre subsidiados por dados relevantes, divulgando-os.

Como medidas de médio prazo, o documento discute alguns problemas que têm intersecção com o universo do trabalho. Um deles é a jornada de trabalho do aluno trabalhador: entre 8 e 10 horas, contra cerca de 6 em outros países. O equacionamento ao problema, neste caso, seria a própria atuação dos membros da Câmara, de preferência de empresas vários setores e tamanhos, dando exemplos de adequação entre trabalho e estudo, estabelecendo guias de ação, fazendo com que trabalho e estudo se potencializem. Um segundo problema seria o suporte familiar: “pais de estudantes pobres frequentemente tiram-nos da escola por não terem como oferecer-lhes uniformes ou livros.” Para resolver esta questão, outro grupo de trabalho deveria ser criado – aproveitando ou não membros dos demais.

Em seguida, o documento apresenta dados que mostram a expansão do sistema público de ensino de primeiro e segundo graus: em 1930, apenas 1% da população completava o secundário, enquanto hoje (o documento é de 1990-91), 20% formam-se no secundário. “O sistema está sobrecarregado e, mais importante, despreparado para incorporar este contingente de alunos que, pela primeira vez na história brasileira, pode obter acesso à educação formal.” Uma das evidências deste despreparo do sistema são as taxas de evasão e reprovação (*drop-out rates*), que devem ser a principal frente de ataque a longo prazo, a partir de programas que as diminuam sem elevar substantivamente os custos das ações.

Finalizando, o documento afirma que os problemas da educação pública brasileira são mais conhecidos que suas possíveis soluções: “Várias empresas, fundações, agências de governo e universidades têm desenvolvido programas experimentais em pequenas escala.” Seria, portanto, necessário avaliar seus impactos, seu potencial de ‘massificação’, aprofundar suas possibilidades (contando inclusive com experiências norte-americanas), disseminando as informações.

A partir deste estudo, aí sim, seriam escolhidos um ou dois programas com suporte efetivo de empresas e fundações (que poderiam ser adequados tendo em vista a subsequente incorporação de empresas de menor porte), a fim de disseminá-los.

De fato, como veremos, algumas questões foram encaminhadas como o documento sugere. Porém, questões básicas – e de maior magnitude – como a adequação trabalho/estudo do aluno trabalhador ou o apoio às famílias que não conseguem manter seus filhos na escola, ignoradas. Quanto à opção inicial pelo Legislativo, ela parece ter se deslocado para o Executivo, com ligações estreitas tanto com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e com o governo de Mário Covas, como com o Ministro da Educação, com a Secretaria de Educação Básica do MEC e com a própria Presidência da República. Fazem parte do Conselho Administrativo do IQE (2001/2003) como membros honorários Maria Auxiliadora A. Pereira, da Secretaria do Ensino Fundamental e Rose Neubauer, da Secretaria Estadual da Educação (SP).

Divulgação na mídia

Em 1992 o Programa começou a funcionar com o apoio da Amcham, e em 1993 começou a ser divulgado na grande mídia:

“Uma velha receita: com aulas de reforço e professores bem treinados, três escolas públicas de São Paulo melhoram seu desempenho.” (Revista *Veja*, 24/2/1993)

“Investir em educação alavanca lucros - Projeto mostra com ‘adotar’ escolas. Segundo várias corporações de primeiro mundo, um dólar aplicado em educação reverte em 100 de lucro quando se qualifica mão-de-obra.” (*Folha de S. Paulo*, 14/11/1993, Seção Brasil Viável)

A própria Apeoesp noticiou o Programa, na seção “orçamento” de seu Jornal:

“A boa escola é possível: A Escola Pública atual, com os mesmos professores e alunos, poderia melhorar muito, com o retorno dos recursos que foram tirados dela

nos últimos anos.”⁶⁸ (*Jornal da Apeoesp*, março/abril de 1993)

Em 1993 o programa foi noticiado ainda no Diário do Comércio de São Paulo (27/4/1993), no Jornal da Orla, de Santos (25/4/1993) e em um jornal de Fortaleza. O PNBE (PNBE, *Pensamento Empresarial*, outubro/1993:3) também o divulgou. Toda a divulgação do Programa destacava o fato de, com poucos recursos adicionais, ser possível elevar substantivamente a qualidade do ensino público:

“A idéia de que é preciso aplicar muito dinheiro na educação para reverter a catástrofe do ensino está sendo desmentida pela experiência das escolas paulistas. Gastou-se relativamente pouco para levar o projeto adiante. O custo adicional de 50 dólares por aluno beneficiado equivale a um terço dos 150 que o governo gasta anualmente com cada estudante.” (*Revista Veja* (24/2/1993)

No Boletim da Fundação Abrinq, informação semelhante:

“A Amcham ajuda a melhorar a escola pública (...) reduz a evasão escolar em 21% em dois anos (...) a um custo adicional de US\$ 50 ao ano por aluno a escola pública pode ter qualidade.” (*Dá para resolver*, no 3, março 1994)

Na *Folha de S. Paulo* de 17/06/94, artigo de Clóvis Rossi, associando interesses empresariais à atuação em educação:

“Nem tudo é escuridão

Dias atrás, o vice-presidente da Amcham (Câmara Americana de Comércio), John Edwin Mein, apareceu num telejornal explicando o projeto Qualidade no Ensino, lançado há dois anos com financiamento de 62 empresas filiadas à Câmara.

Mein usou uma expressão que me pareceu fundamental para caracterizar o relacionamento entre as empresas e o sistema educacional. ‘Somos usuários do sistema’, dizia o empresário.

Parece óbvio. Desde sempre as empresas utilizam a mão-de-obra formada pelas escolas, públicas ou privadas. O problema é que, até recentemente, os tais de usuários pareciam pouco se incomodar com a qualidade dos ‘produtos’ que estavam sendo formados ao menos nas escolas públicas.

A iniciativa da Amcham quebra esse comportamento passivo. Mais importante ainda:

⁶⁸ De acordo com o noticiado em seu jornal e com entrevistas realizadas na Apeoesp nesta época, não podemos dizer que a Apeoesp era a favor do Projeto. Suas declarações iam no sentido de mostrar que, com recursos adicionais – alocados basicamente em maior permanência do professor na escola, em atividades extra sala de aula - a qualidade do ensino poderia melhorar.

as empresas envolvidas não estão criando novas escolas particulares para formar pessoal mais preparado do que o que supõe que saia da escola pública. Investiram nesta ou, pelo menos, em um grupo delas, a título experimental.

Descobriram, no percurso, que o Estado investe, em média, o equivalente a US\$ 400 por aluno/ano na escola pública ou, por dia, um pouco mais do que o preço de um maço de cigarros Hollywood. Bom, com apenas US\$ 50 a mais, também por ano, 'é possível desencadear um processo de mudança de qualidade' no ensino, diz relatório da Amcham.

Melhor ainda: esses US\$ 50 estão saindo do cofres das empresas e não do governo e melhorando o ensino. Melhoria mensurável e não retórica: as médias gerais no primeiro grau pularam de 3,5 em maio de 92 para 5,7 em maio de 94, em português. E de 3,5 para 6,0, no mesmo período, em matemática.

Para chegar ao ponto, que o espaço está acabando: se todo o empresariado se convencer de que é usuário não só da escola pública, mas também do sistema de saúde pública, e decidir investir nessa parceria, vai compensar o investimento (de resto pequeno) com 'produtos' de melhor qualidade no mercado de trabalho.

Ganham todos e o país fica menos indecente." (Clóvis Rossi, *Folha de S. Paulo*, 17/06/94)

Nos boletins da própria Amcham (*Update*, boletim quinzenal), o PQE também foi noticiado⁶⁹:

"De volta à escola: presidente e diretores da Câmara vêem de perto os resultados do Projeto qualidade no Ensino (...)

Os empresários passaram a manhã conversando com os alunos, de todas as séries, sobre o projeto. Saíram com a certeza de que estão no caminho certo. No entanto, segundo Hill [Brian Hill, presidente da Cargill Agrícola] a batalha está apenas começando: 'Foi uma das melhores manhãs que passei. Esse é um projeto e tanto. Mas precisa de mais recursos.' (...)

O professor de inglês, Geraldo Pereira da Silva Júnior, explica que a visita concretizou na cabeça dos alunos, o que é o Projeto, trazendo uma maior autoconfiança para todos aqueles que durante tanto tempo haviam se perguntado quem eram aquelas pessoas que estavam tão interessadas em ajudar." (*Update*, 5/abril/1993:8)

O que é o PQE? A operacionalização do programa em Embu e Taboão da Serra

O Programa, implementado em 1992 em três escolas⁷⁰ (totalizando 3.200 alunos) de São Paulo a

⁶⁹ A maior parte desta edição do *Update* foi dedicada a uma entrevista com Paulo Maluf, cuja manchete criticava a política econômica do governo: "Um país que em cinco meses muda três ministros da Fazenda, não tem política econômica."

um custo estimado de US\$ 50/aluno/ano⁷¹, contava com quatro “monitores” que se revezavam nas escolas, cuja função era assistir as aulas ministradas pelos professores do quadro da escola e instruí-los quanto a possíveis melhorias. Os professoras da escola dedicam-se algumas horas a mais, ficando disponíveis para que os alunos possam tirar dúvidas, fora do horário regulamentar e dando aulas de reforço sempre que detectada sua necessidade, sendo por isso remunerados adicionalmente.

De acordo com a Amcham, o Projeto estava orçado em US\$ 300.000⁷² para os dois primeiros anos de funcionamento, sendo sua origem contribuições dos associados que se interessam em aderir ao programa⁷³. No folder de divulgação do programa, um esclarecimento:

“As contribuições são dedutíveis do imposto de renda e são cuidadosamente gerenciados pela Câmara Americana – sinônimo de credibilidade. O projeto realça a credibilidade institucional de sua empresa como cidadã.”

A administração da verba cabe a um Conselho, com representantes da Câmara e das escolas (professores)⁷⁴. Além de remunerar os monitores e as horas adicionais que os professores dedicam à escola, no primeiro ano do projeto as escolas contam com dois computadores e acervo para a biblioteca.

Os incrementos ao ensino são dados – e os resultados, cobrados. O Projeto estabeleceu como

⁷⁰ São elas: EEPG Isabel de Oliveira, e EEPG Laert Benardo, em Taboão da Serra e EEPG Lúcia de Castro.

⁷¹ As estimativas sobre o custo de um aluno de uma escola pública paulista é matéria de alguma divergência, variando as estimativas em 1993 de US\$ 150/ano a US\$ 400/ano. A divulgação do programa, no entanto, pautava-se por mostrar que com pequenos incrementos adicionais (US\$ 50, que podem variar de um terço a um oitavo do valor já investido, dependente da estimativa), podem fazer uma grande diferença na qualidade do ensino oferecido.

⁷² Este valor foi divulgado pela Veja e confirmado por Elizabeth Reis. Nos dois primeiros anos o projeto deveria contar com mais recursos, pois estavam previstas pequenas reformas (se absolutamente necessárias), a biblioteca e os computadores. Em folheto de divulgação do PQE os custos totais para os dois primeiros anos estão assim discriminados: gastos operacionais – US\$ 220.000 (honorários de 6 professores, 4 equipes temporárias para correção de provas, 1 digitador, 1 programador, 1 operador de xerox; material de escritório); equipamentos e materiais pedagógicos (investimentos por escola): US\$ 32.000 (1 micro, 1 impressora, 1 retroprojetor, 1 projetor de slides, mobiliário; ‘fitoteca’, coleção Barsa/Mirador e livros ‘diversos’).

⁷³ No *Termo de Adesão* ao Programa constam valores que vão de US\$ 5.000 a US\$ 500, havendo espaço em aberto para contribuições acima e abaixo desses valores, além de outras contribuições, como trabalho voluntário ou acesso dos alunos à empresa para cursos e palestras. A adesão era bienal (4 contribuições semestrais), o que garantia ao Programa os dois primeiros anos de existência. Ao aderir ao Programa o empresário tinha direito a se candidatar ao Conselho Consultivo do Projeto e a receber informações periódicas sobre seu andamento.

⁷⁴ No dia de minha visita à Amcham em que estava tendo reunião de avaliação do projeto, havia representantes da Câmara, da ARCO e Camilo Oliveira, coordenador do projeto.

meta para seu primeiro ano de existência (1992) alfabetizar 60% das crianças da 1ª série, e fazer com que 70% dos alunos da 5ª série escrevessem redações de qualidade e interpretassem textos, meta que não se concretizou: apenas 50% dos alunos conseguiram elaborar redações com o nível esperado. Todo o projeto está assente na idéia anunciada por Camilo: sem avaliação a escola não funciona – ela precisa ser cobrada pelos objetivos para os quais foi criada. Assim, testes de avaliação sobre o aprendizado dos alunos são realizados várias vezes ao ano (idealmente a cada bimestre, mas nem sempre foram realizadas todas as avaliações previstas) nas três escolas participantes do programa. Em um ano (1992) o rendimento escolar que se mostrou menos positivo das duas disciplinas avaliadas (português e matemática) foi em matemática na 5ª série, segundo Camilo, porque as dificuldades advindas do primário são maiores.

De acordo com entrevistas realizadas na Secretaria de Educação de São Paulo realizadas durante o primeiro semestre de 1993, as três escolas que faziam parte do projeto da Amcham não eram padrão mas, sob demanda da Amcham ao secretário, tornaram-se, com a condição de que outras escolas fossem incorporadas ao Programa. De acordo com Weida, da Secretaria,

“...a diferença entre as ações de empresários de ontem e de hoje, é que antes eles consertavam muro; agora, cobram resultados.” (Weida, entrevista realizada em 13/1/1994)

Foi na Secretaria de Educação que tive acesso ao relatório *Resultados da 3ª avaliação diagnóstica de Português e Matemática e comparação entre avaliações*, de dezembro de 1993. De acordo com o relatório, o objetivo era “fazer com que mais de 75% dos alunos dominem mais de 70% dos conteúdos curriculares estabelecidos pela CENP.” Até esta data haviam sido realizadas três avaliações em 1992 e três em 1993, sendo que a última tinha sido realizada também em mais duas escolas da região com “clientela semelhante” para comparação de resultados. Nas primeiras séries (“porque os alunos ainda não têm muito vícios”) os resultados são melhores, diz o relatório: a porcentagem de aprendizado de matemática e português de todas as séries do primeiro grau (exceção à 5ª série) subiu, em média, 50%, no primeiro ano do programa.

Nas avaliações posteriores, alguns dos resultados negativos foram atribuídos à greve de 1993, que paralisou as atividades em duas das três escolas e à posição dos professores frente ao projeto:

“Na EEPG Laert Benardo, há professores muito refratários ao projeto, que pouco comparecem às orientações metodológicas fora do horário de aula ou se dispuseram a aplicar os materiais subsidiários.”⁷⁵

Como justificativas ao Programa, o material de divulgação esclarece:

“A queda da qualidade do ensino público no país é notória. Esta queda de qualidade já está afetando a produtividade empresarial necessária à cada vez mais acirrada concorrência internacional. (...)”

Por quê o projeto é necessário? O projeto busca garantir que os alunos aprendam a:

- Ler e escrever bem
- Realizar com segurança as operações matemáticas básicas
- Raciocinar e resolver problemas

Estes são conhecimentos importantes para que os alunos:

- Compreendam o mundo em que vivem
- Consigam trabalhar em empresas modernas
- Contribuam para a melhoria da sociedade

A escola oferece ensino inadequado. Em muitas escolas:

- Pais: sentem dificuldade para participar, não sabem a situação dos filhos na escola
- Escola: não tem conseguido promover a participação da comunidade; não tem instrumentos para apoiar o professor e os alunos;
- Professores: não têm boas condições de trabalho: repetem as mesmas aulas sem inovar; conhecem pouco dos próprios alunos; estão desestimulados para ensinar; não trabalham em equipe
- Alunos: decoram a matéria ao invés de aprender e criar; não têm prazer de aprender”

Como funciona o Projeto?

“O Projeto é liderado pelos diretores de escola que o idealizaram, Com o apoio da Secretaria da Educação, está testando um modelo de aprimoramento do ensino em três escolas públicas de 1º e 2º graus.

1. Testes padronizados para avaliação do rendimento dos alunos
2. Agilidade na divulgação e acompanhamento dos resultados
3. Aproveitamento imediato dos resultados

E mais: a distribuição de boletins e vários eventos especiais visam aumentar a

⁷⁵ Os professores era remunerados adicionalmente pelo tempo que passavam a mais com o aluno, mas não por todas as reuniões do Projeto.

participação dos pais nas escolas.”

Em vários documentos do Programa aparece o “apoio da Secretaria de Educação”. Nas entrevistas que lá realizei o programa era consentido, mas não era divulgado e os técnicos da Secretaria apenas o mencionavam sem conhecer seu funcionamento. De fato, a aprovação da Secretaria era necessária para regulamentar a remuneração adicional aos professores. Além disto, houve demanda – atendida – da Amcham à Secretaria para que as três escolas fizessem parte do projeto ‘escola padrão’. Ao que consegui levantar, a relação entre Amcham e Secretaria era diretamente com o Secretário.

Continuidade ampliada e desdobramentos: de programa a instituto

Em 1994 o PQE foi encampado pelo IQE – Instituto de Qualidade no Ensino, mantendo os propósitos iniciais mas com algumas definições adicionais sobre seu papel. Em 20 de agosto de 1996 o *Update* dá manchete ao programa com a frase de uma aluna: “minhas notas agora são apenas A”. Na reportagem, um comentário da mãe dessa aluna:

“O Estado é que deveria ajudar as crianças e melhorar a qualidade do ensino, mas se as empresas estão vendo esse problema e querem ajudar, ótimo. Se as empresas não têm interesse pelos nossos filhos, quem vai ter?” (*Update*, 20/8/1996:7)

Seu editorial também é dedicado ao Programa:

“No Brasil do passado – de ineficiência econômica, e democracia relativa – não era preciso educar a população. A meta de construir um sistema educacional universal, de excelência, não está longe de ser uma demanda revolucionária, tanto será sua potência para ajudar a sociedade. Não vamos dizer que há forças que se opõem a tal meta, mas certamente não é, ainda, a primeira prioridade de todos.” (*Update*, 20/8/1996:editorial)

O Programa em 1995 atingia 6.500 alunos de quatro escolas (uma delas, a mais nova, em Santo Amaro), e estimava seus custos em R\$ 71,00/aluno. Se inicialmente se preocupava em divulgar a melhoria do aprendizado dos alunos, agora enfatiza a participação comunitária no projeto:

“As reuniões com os pais, que antes não existiam, hoje vivem lotadas. ‘Todos os pais vêm às reuniões, conversamos sobre o material adotado pela escola, as dificuldades mais comuns dos alunos que serão desenvolvidas pelos professores.’

Este maior envolvimento criou mais espírito de comunidade, que leva os pais a buscar suas próprias soluções, em vez de esperar do governo.” (*Update*, 20/8/1996:6)

Progressivamente o IQE passou a voltar-se para o ensino fundamental. Esta opção aconteceu imediatamente após a reformulação do ensino público do Estado de São Paulo de 1995, que definiu que as escolas deveriam atender preferencialmente alunos de séries próximas: as escolas deveriam deixar de ter alunos de primeiro e segundo graus, juntos, devendo especializar-se em um nível de ensino: 1^a a 4^a séries, 5^a a 8^a ou segundo grau. Esta reformulação fez com que grande parcela dos alunos das escolas atendidas pelo projeto mudassem de escola, zerando as séries de avaliações, que se constituem desde sempre no principal diferencial do projeto. Foi neste momento que o IQE tomou a decisão de atuar mais em ensino básico.

Uma vez institucionalizado, o IQE passou a ter uma estrutura organizacional mais definida. De acordo com informações disponíveis em seu site,

“[O IQE] tem como parceiros 77 empresas e 29 pessoas físicas. É gerenciado por um Conselho Administrativo, não remunerado, composto por um presidente e, até, 23 conselheiros e 3 honorários, eleitos por voto, em Assembléia Geral Ordinária.

Esse Conselho Administrativo é composto por representantes do setor empresarial, fundações e setor público educacional (MEC, Conselho Estadual da Educação - CEE - e Secretaria Estadual de Educação.

(...) Desde o início de seu desenvolvimento, em 1992, o programa Qualidade no Ensino já beneficiou mais de 25.000 alunos da rede pública de ensino estadual na cidade de São Paulo e nos municípios de Taboão da Serra e Embu das Artes. (www.iqe.org.br, acessado em agosto 2001)

A partir de 1999 o IQE estendeu-se para além dos municípios vizinhos Taboão e Embu, na própria capital (com núcleos em Santo Amaro e Campo Limpo) Campinas e Recife, e mudou a forma de realizar suas atividades, até então mais “artesanal”, com acompanhamento direto de membros da Câmara e de seu Comitê de Educação, começando a desenvolver instrumentos que permitissem a expansão do programa sem perda de conteúdos.

Além de melhorar o já existente (testes de avaliação, programas de reforço aos professores, material didático), o Programa, de acordo com o que divulga em seu site, tem feito com que a direção da escola internalize seus princípios, incorporando-os à sua proposta pedagógica. Além disso, vem investindo em programas de voluntários, basicamente com funcionários das empresas patrocinadoras. A expansão do programa vem sendo realizada com base em unidades compostas por entre 3 e 5 escolas que totalizem cerca de 3.000 alunos, número considerado ótimo para o uso

dos recursos (humanos e materiais).

No Núcleo Campo Limpo é onde o Programa de Voluntários está mais desenvolvido, com três grupos organizados, cada um deles atuando em uma das escolas do Núcleo Campo Limpo: Grupo Nasce (formado por funcionários da Nextel), Grupo Gerando o Futuro (Amcham, BankBoston, Rhodia Ster e Booz Allen) e Grupo Pueris Domus (Global Education, em parceria com a LegoDacta). No geral, os programas de voluntariado pautam-se por atividades de cunho artístico e de desenvolvimento comunitário, além de incrementos educacionais estrito senso.

No caso de Campinas, o trabalho tem sido desenvolvido de forma mais próxima com a FEAC - Federação de Entidades Assistenciais de Campinas, organização que coordena o movimento 'Aliança pela Educação', cuja meta é não deixar nenhuma criança de 7 a 14 anos fora da escola. Em virtude da preocupação da FEAC na sustentabilidade financeira do Programa, "para não gerar expectativas junto aos diretores e professores das escolas que poderiam não se confirmar", a decisão pela implantação do núcleo só se concretizou quando a IAF - Inter American Foundation - e várias empresas locais se mostraram interessadas em alocar recursos para implantação do Núcleo.

Todo o processo (identificação de empresas interessadas, composição do grupo gestor, identificação das escolas, treinamento da equipe de apoio, treinamento dos professores) durou, em Campinas, quase dois anos. Já o Núcleo de Recife, com intenso apoio do presidente da Philips, foi implantado em menos de oito meses.

“O presidente da Philips do Brasil, uma das empresas parceiras do IQE, viu no PQE uma oportunidade de melhorar o processo de ensino e aprendizagem de escolas de Recife, uma das cidades em que a empresa mantém suas fábricas. (...)
(www.amcham.org.br)

Em 2001, IQE começou a incrementar programas de ensino à distância para professores de 5ª a 8ª série, agora incluindo além de português e matemática, ciências, geografia e história. Convênios com o Ministério da Educação e com as Secretarias Estaduais de Educação de São Paulo e Pernambuco também foram firmados para expandir o programa, particularmente naquilo que ele permite de ensino à distância.

Para 2002, com o apoio do Banco Mundial, o programa pretende entrar em mais 36 escolas de 7

idades de Mato Grosso, Mato Grosso do sul, Goiás, Acre e Rondônia, atingindo 1,5 milhão de alunos (até 2001 o Programa divulga um atendimento a cerca de 100.000 alunos). (www.amcham.com.br/update)

Nem só de educação vive a cidadania empresarial da Amcham

No mapa do site⁷⁶ da Amcham não existe link apenas para o IQE, mas para um 'subsite' denominado "empresa-comunidade" (.org.br), criado em 5/4/2001, o qual dá acesso ao *Prêmio Eco*⁷⁷, à *Ação Comunitária da Chácara Santo Antonio*⁷⁸, *Amcham e CDI-SP*⁷⁹. Este 'subsite' é produto do Núcleo de Ação Social (denominação idêntica ao da FIESP), criado em abril de 2000, a fim de divulgar experiências na área de "cidadania empresarial", particularmente a partir das empresas participantes do Prêmio Eco: "[O núcleo] procura responder à necessidade de sistematização e disseminação de análises e propostas voltadas à ampliação e fortalecimento da ação social das empresas privadas." Na página de abertura, alguns dos feitos da Amcham:

"A Câmara não limitou sua atuação à esfera dos negócios. A cidadania empresarial figurou desde cedo entre suas maiores preocupações. Já em 1920 fundava a Graded School. Em 1954, ajudou a criar a Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Em 1965, deu início a uma série de seminários sobre métodos gerenciais, para estudantes universitários, que se prolongou por quinze anos.

Em 1978 foi criado o Amcham International Fellowship Program, que oferece bolsas de estudo integrais a jovens executivos qualificados. Mais de 100 brasileiros já se

⁷⁶ O site da Amcham, aliás, é bastante complexo ainda que bem sinalizado. Dele consta um mapa e, além deste, um conjunto de informações descrevendo o conjunto de informações disponíveis em cada entrada.

⁷⁷ Não trataremos aqui do Prêmio Eco, que foi objeto de análise rigorosa por Sérgio Goes de Paula e Fabiola Rohden, "Filantropia empresarial em discussão: números e concepções a partir do Prêmio Eco", em Landim (1998). Os autores descrevem vários anos de premiação, contrapondo o regulamento aos projetos premiados, mostrando que muitas das premiações são ações compensatórias ou cumprimento a obrigações de ordem legal e, por isso, de acordo com o regulamento, não passíveis de premiação. O Prêmio destina-se a "iniciativas de intervenção social que partem de empresas privadas ou de instituições a elas vinculadas." (174) Este prêmio tem mais visibilidade que o próprio PQE, tendo sido, por exemplo, mencionado por documento recente do Banco Mundial (John W. Garrison, 2000. *Do confronto à colaboração: Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial*), o que parece reforçar a idéia que, mais importante que práticas propriamente ditas é a visibilidade que delas se tem. Este documento do Banco Mundial foi realizado com base em reuniões com líderes de ONGs e movimentos sociais, visando estreitar os laços entre ambos.

⁷⁸ A Amcham localiza-se na chácara Santo Antônio, e este é um serviço de segurança 24 horas, limitado a algumas ruas (Roque Petroni Jr., Santo Amaro, Verbo Divino, Alfredo Egidio de Souza Aranha e Nações Unidas até a Roque Petroni Jr.) de grande densidade empresarial: "Um projeto de segurança comunitária e cidadania, liderado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil - São Paulo, financiado por mais de 60 empresas da região, e integrado com a polícia civil, polícia militar, guarda municipal e comunidade." (www.empresa-comunidade.org.br)

⁷⁹ O CDI - Centro de Democratização de Informática coleta equipamentos junto a grandes empresas e os distribui junto a organizações comunitárias.

beneficiaram do programa e, ao retornar ao Brasil (para trabalhar obrigatoriamente por um ano, pelo menos), puderam colocar as mais modernas técnicas de gerenciamento a serviço de suas empresas e do País.

O Prêmio ECO, que reconhece projetos meritórios de cidadania empresarial nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, participação comunitária e cultura, foi criado em 1982. Em 1991, a Amcham-SP criou o Instituto Qualidade no Ensino (IQE).

Em 1998, a Amcham realizou a campanha Nordeste sem Fome, de solidariedade a populações afetadas por uma das mais severas secas das últimas décadas.

Em 1999, organiza o projeto Visão São Paulo 2020, destinado a reunir a comunidade empresarial da Grande São Paulo para reagir à crise que afeta a região.”
(www.empresa-comunidade.org.br)

A atuação social da Amcham não se resume a educação, ainda que seja este seu ponto forte. Seguindo a tradição das fundações norte-americanas, investiu em educação, estabeleceu conexões com várias instâncias de governo, adequou sua proposta à realidade nacional e traçou uma estratégia de atuação, resposta aos problemas já diagnosticados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou discursos e práticas da iniciativa privada (de empresas e de associações de empresas) sobre escolas da rede pública, em particular, e sobre a questão social, em geral, à luz de dois conjuntos de problemas.

O primeiro, mais desenvolvido no final dos anos 80 e início dos 90, vincula este tipo de iniciativa a mudanças na esfera da produção, traduzidas em novos processos de trabalho a necessidades de se alargarem e qualificarem mercados consumidores.

O segundo, popularizado em meados dos 90 sob a denominação genérica de terceiro setor, associa estas iniciativas empresariais a um conjunto maior que envolve a noção de iniciativas privadas com fins públicos ou coletivos para além da esfera estritamente econômica.

A pesquisa empírica, realizada entre 1993 e 1994, havia partido do universo da produção e da valorização da educação básica que o universo da produção enfatizava. Os processos de trabalho, mais integrados, flexíveis e ágeis, exigiam uma mão-de-obra compatível com tais mudanças, e a literatura acadêmica enfatizava este aspecto, assim como o discurso empresarial e o de formuladores de políticas públicas de educação.

Os dados sobre educação básica, no entanto, refletiam uma catástrofe: exemplo disso é o dado segundo o qual no final dos anos 80 uma criança demorava cerca de 14 anos para cumprir os 8 de escolaridade obrigatória; tal dado foi associado à descoberta de que mais do que evasão escolar (as condições de vida expulsam a criança da escola, compelindo-a a trabalhar prematuramente) o problema era de repetência (isto é, é a própria escola que expulsa a criança, que tenta aprender, mas desiste depois de muito repetir).

Mas a catástrofe vai além: além de demorarem muito na escola, de por ela serem expulsas, pouco aprendem: as comparações entre o aprendizado de alunos de vários países colocaram o Brasil em penúltimo lugar.

Estes dados foram lugar comum: estiveram nos formuladores de políticas públicas e no empresariado nacional, de FIESP a PNBE, passando pela Câmara Americana e pela Cummins.

Entre o universo daqueles que “consomem o produto” (para mencionar um dos discursos da FIESP, aqui apresentado), e o dos que o produzem tal “produto” (a escola pública), a idéia de ‘parcerias’ começou a se disseminar, e exemplos de parcerias ou de propostas de parcerias, integrando mais a escola a seu entorno (à ‘comunidade’) e às empresas que compunham este entorno começaram a ser divulgados e foram então meu objeto empírico.

Que parcerias eram estas?

O PNBE, entidade empresarial disidente da FIESP, tinha como associadas duas empresas que mantinham parcerias com escolas públicas: a Natura, em Itapevicirica da Serra e Jaime Garfinkel, empresário da Porto Seguros, apoiava um escola próxima a sua residência, no município de São Paulo. O PNBE montou um programa de apoio a escolas da rede pública para o qual tentou chamar mais empresários (incluídos os da FIESP) e o poder público (na forma de isenção de ICMS). Mas a própria Célia Tilkian, a coordenadora do projeto no PNBE, em um dos discursos aqui apresentados reclama: empresários, mesmo os do PNBE, reúnem-se para discutir inflação e URV, educação são só dois ou três.

De fato, o projeto do PNBE, apesar de toda a exposição na mídia, nada conseguiu. A parceria da Natura continuou e a de Jaime Garfinkel, idem – antes e depois do programa do PNBE, que acabou em 1995. A parceria da Natura acabou agora, em 2001, porque a empresa mudou-se de Itapevicirica.

A consultora contratada pelo PNBE para viabilizar tais parcerias dizia desde então algo que vai ser mais comum anos depois. O que dizia Maria Luiza? Maria Luiza afirmava que o apoio dos empresários à educação passa mais pela pessoa-empresário-cidadão, que pela necessidade de mão-de-obra.

A Câmara Americana de Comércio, que iniciou seu Programa de Qualidade de Ensino há cerca de 10 anos em três escolas vizinhas a empresas de Embu e Taboão da Serra, foi mais certa e conseguiu mais do poder público e de outros empresários, ampliando o programa para fora do Estado de São Paulo, por onde começou. Seu foco foi bastante preciso, desenvolveu a tradição das grandes fundações norte-americanas apesar de manter outros programas de caráter social ou comunitário, de caráter tópico, eventual.

A Câmara Americana apoiou-de nos diagnósticos catastróficos dos educadores e por eles pautou sua atuação: realiza avaliações sistemáticas sobre o aprendizado dos alunos, investe em sala de aula aumentando o número de horas do professor na atenção a alunos e em sua qualificação como docente. O entorno começou a ser incorporado depois de algum tempo – a prioridade e foco, ainda hoje, continua sendo a relação professor-aluno.

Ainda assim, planejou mais do que conseguiu, e sua atuação em Pernambuco, com o empenho pessoal do presidente da Philips, também revela que o empresário-pessoa física pode ser mais importante que a empresa-pessoa jurídica.

A Cummins, multinacional norte-americana de grande porte, maior produtora de motores diesel do mundo, tem uma atuação com foco desde sempre menos preciso. Segundo palavras da coordenadora do que a Cummins chama de “comunidade externa”, a Cummins tem por filosofia investir na comunidade, onde quer que ela mais precise. Seus funcionários não vêm do bairro onde se localiza, na periferia de Guarulhos, mas vêm de S Paulo.

A Cummins urbanizou a favela que lhe era fronteira, construiu uma escola estadual de ensino fundamental em suas dependências, montou um posto de saúde, promove festas e atividades culturais. A Cummins pouco aparece na mídia, não tem qualquer divulgação em seu site, não divulga qualquer balanço social.

A favela que urbanizou era chamada de “favela da Cummins”, e o líder dela referiu-se à Cummins como o único porto seguro a quem a comunidade (que no caso é o bairro) pode recorrer. O poder público é mencionado por este “xerife” da comunidade, como é chamado, com absoluto descaso e, até, com um quê de irreverência.

A FIESP foi aqui analisada porque voz de maior expressão nacional do empresariado. De fato, seu discurso pode ser considerado emblemático de uma década. Se em Mário Amato, presidente da FIESP entre 1986 e 1992, e primeiro dos discursos aqui analisados, a tônica era a defesa da eficiência da iniciativa privada com defesa da privatização, uma vez firmado o processo de privatização, o discurso da eficiência volta-se, também, para a possibilidade de realizar atividades sociais, e a educação inclui-se aqui como prioridade, já com Moreira Ferreira em sua presidência.

Em Mário Amato, o discurso mais forte é a afirmação segundo a qual a única responsabilidade

social do empresário é a geração de lucro e, com ele, a geração de empregos.

Os discursos mais recentes de Piva (mais social-democratas que liberais) apontam para preocupações com um social cujas evidências de deterioração estão expostas nos sinais de trânsito de qualquer cidade brasileira no formato criança carente e que remetem a uma incapacidade de equacionamento da questão social pelos agentes, sejam eles públicos ou privados.

Se a justificativa à ação social do empresariado no início dos 90 estava assente nos requisitos que o mundo da produção exigia e o da escola pública não dava, em meados da década tal discurso foi mudando, e no decorrer dela os discursos empresariais começaram a se aproximar do discurso de profissionais do que se popularizou chamar de ‘terceiro setor’. Este discurso está embasado em questões de ordem mais geral, voltadas para um social ainda centrado em educação, mas menos vinculado ao universo da produção.

A democratização do país, veiculada com um significado por demais assente nas eleições diretas de um presidente que logo se revelou corrupto, trouxe várias mazelas nacionais à tona. Educação era apenas uma delas, talvez basilar, mas cuja ausência (amplamente divulgada) foi se associando, de forma mais ou menos mediada, ao problema da fome, da corrupção e, mais tarde, à escalada da violência e da situação de “degenerescência social” que o mundo da Política não conseguia equacionar⁸⁰. A fome e a campanha contra ela, aliás, carregou consigo a visibilidade de tais mazelas e a necessidade de se desenvolverem solidariedades para além do imediato.

Aliada a esta desintegração social, a “globalização” tornou-se vocabulário de uso corrente e junto com ele a idéia de que para fazermos frente aos modernos e competitivos a tudo tínhamos de nos sujeitar. Esta sujeição finalmente revelou que o mundo das questões sociais estava associado à esfera econômica e a suas “externalidades”.

Esta associação, no entanto, não passou pelo universo das instâncias formais da Política, mas pelo das organizações tidas como não governamentais e como não lucrativas, caracterizadas com um quê de voluntarismo e, como esta pesquisa mostrou, pelo mundo dos negócios no que estes tinham de “não negócio”.

O universo da política passou a ser ocupado por organizações comandadas por indivíduos que se tornaram, sem mandato, representantes do povo e aglutinadores (“mobilizadores”, em seu jargão) de uma sociedade que nunca teve grandes laços horizontais, que passou a ser tratada como mera somatória de comunidades, que de comum tinham a ausência de muita coisa.

É esta “ausência de muita coisa” que algumas empresas timidamente se dispõem a preencher, e foi este o objeto da pesquisa. Tanto discursos quanto práticas empresariais apresentam-se aqui como limitados e, até, impotentes frente a questões sociais de tal magnitude.

A FIESP afirma no final dos 80 que o social sai direta e imediatamente do lucrativo, através da geração de empregos e dos encargos a que estão sujeitos. Os empregos, porém, andam raros, e este discurso, cerne da prática econômica, não se expõe na mídia. O que aparece na mídia são empresários consternados com a situação nacional, vitimados pela violência, solidários à sua superação. Enquanto isso, blindam seus carros, contratam segurança e reclamam providências do poder público.

As providências, no entanto, estão longe de todas as esferas, pública ou privada; política, econômica ou social. A FIESP afirma, hoje, que a superação dos problemas sociais não passa exclusivamente nem pelo econômico, nem pelo estatal, lugar de realização do público: passa por todos, mas sem o Estado (aquele que regula demais os negócios privados) tal superação não pode ser equacionada. Dos discursos aqui analisados, a FIESP detém o que pode ser tido como emblemático da década passada. Mesmo em Mário Amato, a afirmação de que ao empresário competia seguir as regras estabelecidas está presente. Mas quais são as regras? Quem as estabelece?

O Instituto Ethos de Responsabilidade Social, criado em 1999 e de certa forma herança do PNBE (mais precisamente de alguns de seus membros), divulga índices que pretendem mensurar o grau de responsabilidade social das empresas nacionais, que pretendem servir de parâmetro aos que se iniciam nesse caminho. Organizações como o Instituto Ethos passam a ser referência às empresas que pretendem aliar negócio a não-negócio, aliar o econômico ao social. O Instituto Ethos, no entanto, não faz parte daquelas regras que Mário Amato cumpre: elas não são universais, não têm

⁸⁰ Quando Ministro da Saúde, Adib Jatene, em entrevista ao *Programa do Jô*, perguntado como estava a saúde do país, respondeu: *caótica*.

o poder de coerção que costuma ser monopólio do Estado, nem o consumidor tem tanta opção (que neste caso é poder) para poder descartar as “empresas não responsáveis”. Na atual conjuntura, caracterizada por esferas com fronteiras pouco claras, é possível pensarmos em institutos ethos certificadores de empresas socialmente responsáveis assim como é possível pensarmos em políticas públicas que incorporem os elementos constituintes de tal responsabilidade, tornando-os universais. É possível, mas é difícil.

* * *

BIBLIOGRAFIA

- AÇÃO DA CIDADANIA, CONTRA A MISÉRIA E PELA VIDA (1993). *S.O.S. Brasil - Guia para a participação empresarial no apoio a cidadania*. RJ: Banco Arbi.
- ARCO (1993) *A filantropia empresarial no Brasil*. SP: Arco.
- BOFF, Waldemar (1996). "Ongs e Movimento Popular". In GONÇALVES, Hebe Signoorini (org.) *Organizações não governamentais: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade.
- BOURDIEU, Pierre (1987). "A opinião pública não existe". In THIOLENT, Michel (org.) *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. SP: Pólis.
- CARDOSO Ruth (1997). "Fortalecimento da sociedade civil". In IOSCHPE, Evelyn Berg. *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. SP: Paz e Terra.
- CARVALHO, Ruy Quadros (1992). *Projeto de primeiro mundo com conhecimento e trabalho de terceiro?*. DPCT/Unicamp: Campinas/SP. (Textos para discussão, 12).
- CARVALHO, Ruy Quadros. e SCHMITZ, Hubert (1990). "O Fordismo está vivo no Brasil". In: *Novos Estudos*, CEBRAP: SP, nº 27.
- CASTEL, Robert (1998). "A nova questão social". In: *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- CASTRO, Nadya Araujo (1993). "Modernização tecnológica e trabalho industrial na complexo automotivo brasileiro: um balanço dos achados empíricos da Sociologia do Trabalho nos anos 80". SP, mimeo.
- CEPAL/UNESCO (1992). *Educación y Conocimiento: Eje de la Transformación Productiva con Equidad*. CEPAL: Santiago do Chile.
- COELHO, Simone Castro Tavares (2000). *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. SP: Editora Senac.
- CORIAT, Benjamin (1991). *Penser à l'envers* Paris: Christian Bourgois Ed.
- COSTA, Sérgio (1994). "Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil - uma abordagem tentativa". In: *Novos Estudos*, SP: Cebrap, nº 38.
- COSTA, Sérgio (1997) "Categoria analítica ou *passé partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil". In: *BIB* 43, 1º semestre de 1997.
- DRAIBE, Sônia (1985). *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. RJ: Paz e Terra.

- DRAIBE, Sônia e HENRIQUE, Wilnês (1988). "Welfare-state, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional", *RBCS* 6 vol 3 .
- FAJNZYLBBER, Fernando (1992). "Educación e Transformación Productiva con Equidad", *Revista de la CEPAL*, agosto de 1992, n°47.
- FALCÃO, Joaquim. "Por um jornalismo cívico". In IOSCHPE, Evelyn Berg. *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. SP: Paz e Terra, 1997.
- FALCONER, Andres Pablo e VILELA, Roberto (2001). *Recursos privados para fins públicos: as Grantmakers brasileiras*. SP: Gife/Instituto Sinergos.
- FERNANDES, Rubem Cesar (1994). *Privado Aunque Público: el Tercer Sector en America Latina*. RJ: CIVICUS - Alianza Mundial para la Participación Ciudadana.
- FERNANDES, Rubens César. "As Organizações não Governamentais diante do Estado". In GONÇALVES, Hebe Signoorini (org.) *Organizações não governamentais: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- FERRAZ, João Carlos (1991). *O Impacto das Novas Tecnologias sobre a Qualificação de Mão-de-obra no Brasil*. RJ: IIE/UFRJ.
- FICO, Carlos (1999). *IBASE: usina de idéias e cidadania*. RJ: Garamond.
- Fiesp/Ciesp (1993a; 1993b; 1993c; 1994). *Revista da Indústria: Nova Série*. SP: FIESP/Ciesp.
- FIESP/CIESP/IRS (1987). *Responsabilidade Social do Empresário*. SP: Assessoria de Comunicação Social FIESP/CIESP.
- FIESP/CIESP/SESI/SENAI/IRS (1994a; 1994b), *Notícias*. SP.
- FOGAÇA, Azuete. *Educação e Desenvolvimento no Brasil*. FE/Unicamp, 1990.
- FONSECA, Ana (2001). *Família e política de renda mínima*. SP: Cortez
- FONSECA, Francisco César Pinto da (1994). *A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento*. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado apresentada ao IFCH/DCP, sob orientação de Reginaldo Moraes).
- FRIEDMAN, Milton (1988) *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Ed. Nova Cultural.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (1992) *Modelos de Análise de Fluxo Escolar*, RJ: FCC.

- FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA/CEPAM - CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. O município no século XXI: cenários e perspectivas, ed. especial: São Paulo, 1999. 400p.
- GANZ, Lúcio C.; SOCHACZEWSKI, S. (coord.), GEBRIM MATTAR, V. L. (2000) *Diálogo social, negociação coletiva e formação profissional no Brasil*. Montevideo: Cinterfor. (disponível em www.ilo.org/public)
- GARRISON, John (2000). *Do confronto à colaboração: relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil*. Banco Mundial: Brasília (disponível em www.bancomundial.org.br).
- GAZETA MERCANTIL (1998). “Quase mil parcerias empresa-escola em Minas”, *Gazeta Mercantil*, 7/1/1998:A-6.
- GIFE (1994a; 1994b; 1994c; 1995). *Informativo GIFE*. SP: Gife
- GOMES, Cândido Alberto e AMARAL SOBRINHO, José (org, 1992). *Qualidade, Eficiência e Equidade na Educação Básica*. Brasília: IPEA .
- GONÇALVES, Hebe Signorini (1996). “O Estado diante das Organizações não Governamentais”. In GONÇALVES, Hebe Signoorini (org.) *Organizações não governamentais: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade.
- HAYEK, Friederich von (1983). *Os fundamentos da liberdade*. Brasília: UnB.
- HUMPHREY, J. (1982). *Fazendo o Milagre*, Vozes/CEBRAP, Petrópolis, 1982.
- IAF (1994a; 1994b; 1994c). *Parceria* (Boletim do Serviço de Apoio Local da Fundação Interamericana no Brasil).
- IBASE, “Dom Mauro Morelli: a opção pela cidadania” (entrevista). *Democracia Ativa*, Moderna/Ibase, Março 1999, no 5 (pp 25-55).
- IEDI (1992a) *A nova relação entre e competitividade e educação: estratégias empresariais*. SP: IEDI. (série Mudar para Competir; com a colaboração de Claudio Salm e Azuete Fogaça/UFRJ).
- IEDI (1992b) *Modernização competitiva, democracia e justiça social*. SP: IEDI (Série Mudar para Competir).
- IHL/GM (Instituto Herbert Levy/Gazeta Mercantil (1993) *Ensino Fundamental e Competitividade Empresarial - Uma proposta para a ação do governo*. SP: IHL.

- INSTITUTO ETHOS (1999) *O que as Empresas Podem fazer pela Educação* (disponível em www.org.ethos.br).
- IOSCHPE, Evelyn Berg (org, 1997). *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. SP: Paz e Terra.
- IPEA (2001). *Bondade ou interesse? como e porque as empresas atuam na área social. Ação Social das Empresas Privadas - Avaliação Qualitativa da Região Sudeste*. Brasília: IPEA.
- ISER – INSTITUTO DE ESTUDOS DE RELIGIÃO E IAF - INTERAMERICAN FOUNDATION (1993) *Notas sobre Filantropia nos Estados Unidos*. RJ: ISER/IAF.
- JÓIA, Sonia (org) (1995). *O empresário e o espelho da sociedade*. RJ: Insight .
- KISIL, Marcos (1997). “Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária”. In IOSCHPE, Evelyn Berg. *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. SP: Paz e Terra.
- LANDER, Edgardo. “Limites atuais do potencial democratizador da esfera pública não-estatal”. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e GRAU, Nuria Cunnil (orgs) *O público não-estatal na reforma do estado*. RJ: FGV.
- LANDIM, Leilah (org.) (1998). *Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência*. RJ: Nau.
- LANDIN, Leilah (junho/1993). *Para Além do Estado e do Mercado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. RJ: ISER (série textos de pesquisa).
- LIMA, Paulo Rogério dos Santos (2001) *Responsabilidade social: a experiência do selo empresa cidadã na cidade de São Paulo – 1999*. SP: PUC (dissertação de mestrado em Administração orientada por Aldaíza Sposati).
- LOPES, Juarez Brandão (1994) *Novos parâmetros para a reorganização da política social brasileira*. Brasília: Ipea (Textos para discussão, 358).
- MARCOVITCH, Jacques (1997). “Da exclusão à coesão social: profissionalização do terceiro setor”. In IOSCHPE, Evelyn Berg. *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. SP: Paz e Terra.
- MARSHAL, T. H. (1992). *Cidadania, classes sociais e status*. RJ: Zahar.
- MELLO, Guiomar Namó de (1991). “Políticas públicas de educação”. In: *Estudos Avançados*, nº 13, vol 5 (Dossiê Educação II).

- MENDEZ, Alvaro Gabriel Bianchi (1999). *Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais*. IFCH: Unicamp (dissertação de mestrado sob orientação de Edmundo Fernandes Dias).
- MENESCAL, Andréa Koury. "História e Gênese das Organizações não governamentais". In GONÇALVES, Hebe Signoorini (org.) *Organizações não governamentais: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- MILL, John Stuart (1963) *Da Liberdade* SP: IBRASA.
- MIRANDA, Napoleão (Maio/1994). *O Comitê das Empresas Públicas na Ação da Cidadania, Contra a Fome, a Miséria e pela Vida*. RJ: ISER.
- MORAES NETO, B.R. (1984). Marx, Taylor, Ford. *Uma Discussão sobre as Forças Produtivas Capitalistas*. (Tese de Doutorado defendida no DEPE/IFCH/UNICAMP).
- NENO, Pinho (Jan-Mar/1987) "Algumas Notas Sobre o Insucesso Escolar no Ensino Básico" In: *Nova Renascença*.
- O'DONNELL, Guilherme, "O Público e o Privado", *Novos Estudos*, SP, Cebrap, nº 22, outubro de 1988.
- OFFE, Claus (1984) "A democracia partidária competitiva e o 'welfare state' keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização", *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. RJ: Tempo Brasileiro.
- OLIVEIRA NETO, Valdemar. "As ONGs e o Fundo Público" (In: idem Wolf).
- OLIVEIRA, Francisco. "O surgimento do antivalor - capital, força de trabalho e fundo público" In: *Novos Estudos* 22, SP: Cebrap, outubro de 1988.
- PAIVA, Vanilda (1989). *Produção e Qualificação para o Trabalho. Uma Revisão da Bibliografia Internacional*. IEI/UFRJ: RJ.
- PAULA, Sérgio Goes de e ROHDEN, Fabíola (1998) "Filantropia empresarial em discussão: números e concepções a partir do Prêmio Eco", LANDIM, Leilah (org.) (1998). *Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência*. RJ: Nau.
- PELIANO, Anna Maria T. Medeiros (coord) (2000). *A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas do Sudeste brasileiro*. Brasília: Ipea..
- PEREIRA, Bresser (1997). "A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle". Cadernos MARE de Reforma do Estado, 1. Brasília: Ministério da administração Federal e Reforma do Estado.

- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e GRAU, Nuria Cunnil. (1999) “Entre o Estado e o mercado: o público não estatal”, PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e GRAU, Nuria Cunnil (orgs) *O público não-estatal na reforma do estado*. RJ: FGV.
- PINTO, Ana Maria Rezende (1991). *O Mundo Capitalista e as Transformações do Fordismo: A Reabilitação da Escola Clássica na Era das Máquinas Inteligentes*. PUCSP, SP.
- PIVA, Horácio Lafer (2001). *Revista Educação*, Edição 247, Nov/2001 (entrevista).
- PNBE (1990) *Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas*. SP: PNBE
- PNBE (1993a; 1993b; 1993c). *Pensamento Empresarial*
- PRESSBURGER, Thomas Miguel (1996). “ONGs e cidadania” In GONÇALVES, Hebe Signoorini (org.) *Organizações não governamentais: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade.
- PRZEWORSKI, Adam (1989). *Capitalismo e Social-Democracia*. SP, Companhia das Letras.
- REIS, Elisa. (1995). “Desigualdade e solidariedade: uma releitura do ‘familismo amoral’ de Banfield”. In: *RBCS*, nº 29, ano 10.
- RIBEIRO, Renato Janine (1999). “Não há pior inimigo que a terra firme”, *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. SP: DS/FFLCH/USP, 1(1), maio de 1999.
- RIBEIRO, Sérgio Costa (1991). “A Pedagogia da Repetência”. In: *Estudos Avançados*, nº 12, vol 5 (Dossiê Educação I).
- RIBEIRO, Sérgio Costa (1992). *A Educação e a Inserção do Brasil na Modernidade*. SP: IEA/USP (Série Educação para a Cidadania - 4).
- RIFKIN, Jeremy (1997). “Identidade e Natureza do Terceiro Setor”. In IOSCHPE, Evelyn Berg. *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. SP: Paz e Terra, 1997.
- ROSANVALLON, Pierre (1984) *A crise do Estado Providência*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- ROSEMBERG, Fúlvia (1996). “Sociedade Civil como parceira do Estado na prestação de serviços”. In: GONÇALVES, Hebe Signoorini (org.) *Organizações não governamentais: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade.
- ROTSCHIELD, E. (1974). “Capitalismo, Tecnologia, Produtividade e Divisão do Trabalho na General Motors”, In: Gorz, Andre, *Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista*. Porto, Escorpião.

- SÁ, Domingos Bernardo (1996). "Conceito e reflexões jurídicas". In: GONÇALVES, Hebe Signoorini (org.) *Organizações não governamentais: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade.
- SALAMON, Lester (1997). "Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor". In IOSCHPE, Evelyn Berg. *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. SP: Paz e Terra.
- SALM, C. e FOGAÇA, A., "A modernização industrial e a questão dos recursos humanos", IEI-UFRJ, mimeo, 1991.
- SCHAFF, Adam (1990). *A Sociedade Informática - as Consequências Sociais da Segunda Revolução Industrial*. SP: Unesp/Brasiliense .
- SCHILD, Verónica (2000). "Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas novas democracias". In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (Orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. BH: Ed UFMG.
- SCHINDLER, Anamaria (1992). *O Estado e o social: o papel das instituições de assistência social em São Paulo, 1880-1910*. SP: USP/FFLCH (dissertação de Mestrado em Sociologia sob orientação de Sérgio Adorno).
- SILVA, César Augusto Tibúrcio da e FREIRE, Fátima de Souza (2001) *Balanço Social: teoria e prática*. SP: Atlas
- SOCHACZEWSKI, Ganz (coord) (2000). *Diálogo Social, negociação coletiva e formação profissional no Brasil*. Brasília: Cinterfor/OIT.
- SOUZA, Herbert de (1992). "As ONGs na Década de 90". In: GONÇALVES, Hebe Signoorini (org.) *Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs*. RJ: IBASE-PNUD, 1992.
- SPINK, Peter e CLEMENTE, Roberta (orgs) (1999). *20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania*. RJ: FGV.
- THOMPSON, Andrés (1997). "Do Compromisso à Eficiência? Os caminhos do terceiro setor na América Latina". In IOSCHPE, Evelyn Berg. *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. SP: Paz e Terra.
- WEFFORT, Francisco. (1992) "Democracia Política e Desenvolvimento Econômico". In: GONÇALVES, Hebe Signoorini (org.) *Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs*. RJ: IBASE-PNUD.
- WOLF, Alan. (1992) "Três Caminhos para o desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil". In: GONÇALVES, Hebe Signoorini (org.) *Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs*. RJ: IBASE-PNUD.